



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos

ALEXANDRE NABOR MATHIAS FRANÇA

MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA: uma trajetória
de luta por políticas públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2018

ALEXANDRE NABOR MATHIAS FRANÇA

MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROGRAMA RIO SEM
HOMOFOBIA: uma trajetória de luta por políticas públicas e o
reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP-DH –, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva

RIO DE JANEIRO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

F814m

França, Alexandre Nabor Mathias

MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROGRAMA RIO SEM
HOMOFOBIA: uma trajetória de luta por políticas
públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no
Rio de Janeiro / Alexandre Nabor Mathias França. -
Rio de Janeiro, 2018.
155 f.

Orientador: Sergio Luiz Baptista da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Políticas
Públicas em Direitos Humanos, Programa de Pós
Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos,
2018.

1. Rio sem Homofobia. 2. Movimento Social LGBT.
3. Políticas Públicas LGBT. 4. Reconhecimento da
cidadania LGBT. I. Baptista da Silva, Sergio Luiz,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todas e todos ativistas e militantes LGBTs que morreram por decorrência da LGBTfobia e por não ter tido a oportunidade de compartilhar algumas das conquistas do movimento social LGBT em reconhecimento da cidadania LGBT nos últimos dez anos no Rio de Janeiro. Dedico também ao Grupo Diversidade de Niterói, GDN, por ter me acolhido e ensinado a lutar por minha cidadania.

AGRADECIMENTOS

Em minha trajetória como pesquisador e militante gay, muitos desafios foram encontrados. Durante meu percurso, fui congregando com várias pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que esta dissertação de mestrado pudesse existir.

Agradeço de coração e fé às deusas e aos deuses, que me acompanham no meu dia a dia.

Àquelas e aqueles que foram para um lugar de eternidade: minha avó Odete Mathias, que com sua majestosa afeição me apoiou até o seu último dia, dando-me seu sorriso confiante; Marcio, grande amigo de adolescência, o qual perdi para a homofobia; minha querida eterna professora e amiga, Márcia Arán, a qual sempre me dizia, em *off*, que eu precisava fazer mestrado logo para ser professor universitário.

Àquelas e aqueles que continuam em minha caminhada me fortalecendo: aos meus pais, Emanuel Nabor da Costa França e Maria das Graças Mathias França, os quais sempre estiveram ao meu lado me ofertando confiança e empoderamento para encarar esta sociedade homofóbica. À minha irmã, Déborah Mathias França, e o meu sobrinho e afilhado, Pedro Gabriel França Simão, pela preocupação comigo; ao meu marido, Sergio Gomes, pelo carinho e paciência para comigo; ao meu querido amigo e orientador, Sergio Luiz Baptista da Silva, por sua assertividade, generosidade, preciosidade e carinho por me proporcionar este sonho.

Às amigas e aos amigos de sempre: Ercy Almeida e Rosa Lucia Paiva, com seus sorrisos alegres e cativantes; Murilo Mota, por me proporcionar a criação do Grupo de pesquisa Ganimedes e tantos momentos alegres edificantes para chegar a esta dissertação.

Aos companheiros de pesquisas do Grupo Ganimedes, Ana Paula Santoro, Yuri Jahara, Diego Lanza e Phelipe Ribeiro, pelas investidas e divertidas discussões.

Aos professores do PPDH, em especial, Maria Celeste e Vantuil Pereira.

Aos funcionários do PPDH, em especial, Luiza, por seu carinho; todas as amigas e os amigos da segunda turma de mestrado do PPDH, em especial, Henrique Rabello, Marcia Silva e Rosane Pereira Marques pelo carinho e amizade; ao amigo Carlos Aguiar, pelo companheirismo de sempre.

Ao LADECORGEN, por me acolher neste momento, em que estava mergulhado neste turbilhão de ideias.

Ao grupo de pesquisa GE-SER, em especial, Robson Miguel, por fazer a revisão textual deste trabalho.

À disponibilidade da professora Anna Marina Barbará e do professor José Jairo Vieira por estarem nesta banca de avaliação.

Aos professores Suplentes, Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva Cunha, UFRJ, e Andréa Lopes da Costa Vieira, UNIRIO, pelos aceites.

Ao movimento social LGBTI+, o qual me ensinou a me encontrar, a lutar pelos meus direitos e o reconhecimento da minha cidadania.

Ao Rio Sem Homofobia, na figura especial, de Denise Tayná L. Leite, por sua paciência e carinho comigo em todas as ocasiões que precisei do programa.

Ao Julio Moreira, do Arco-íris, pelo apoio e disponibilidade por todas às vezes que precisei de informações sobre a história do movimento social LGBT do Rio de Janeiro.

Por fim, aos amigos Claudio Nascimento, Olavo De Martino, Ernane Alexandre Pereira e Elizabeth Fernandes, pela disponibilidade e atenção aos meus questionamentos sobre o programa; e todas e todos que cruzaram de alguma forma pelo meu caminho.

*Você nada tem a perder,
além da vergonha.
Levante-se e saia
desses cantos
escuros cheio de mentiras.
Deixe a noite
para trás.*

Doug Youngblood – (*Lampião da Esquina*, 1979, p.7)

RESUMO

FRANÇA, Alexandre Nabor Mathias. **Movimentos sociais e o Programa Rio Sem Homofobia:** uma trajetória de luta por políticas públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos), Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta dissertação de mestrado tem o objetivo de analisar o envolvimento sócio-histórico-político entre os movimentos sociais e o Programa Rio Sem Homofobia (PRSH), na elaboração e na implementação das políticas públicas para o reconhecimento da cidadania LGBT, no Rio de Janeiro. A delimitação espaço-temporal do trabalho é de 2008 a 2015. Nesse período, ocorreram as conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT; a criação do Conselho Estadual de Direitos LGBT; e a criação do programa Rio Sem Homofobia, no Estado do Rio de Janeiro, como dispositivos governamentais, a fim de conter a violação de direitos, as violências, as discriminações e os preconceitos ocorridos contra a população LGBT. A pesquisa é qualitativa e está dividida em três momentos. No primeiro, faço uma revisão bibliográfica de pesquisas anteriores sobre o tema em questão; uma breve historicização sobre a invenção da homossexualidade em detrimento a heterossexualidade; e a trajetória do movimento social e do programa Rio Sem Homofobia para implementação de políticas públicas de reconhecimento da cidadania LGBT. No segundo, uso o método qualitativo descritivo (GIL, 2008) para mostrar o processo de elaboração das propostas apresentadas nas Conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro em 2008, 2011 e 2016, por meio de documentos públicos dos cadernos de propostas das Conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT, no Rio de Janeiro, sob o recorte temporal de 2008 a 2011; Relatórios de gestão de Ações e Metas do programa Rio Sem Homofobia de 2011 a 2015; Relatório Sintético de Gestão 2016, do programa Rio Sem Homofobia, entre outros documentos considerados importantes para este processo. Por último, apresento e analiso o recorte das entrevistas feitas com quatro gestores do Programa Rio sem Homofobia para verificação de sua implementação. O trabalho está fundamentado nos aportes teóricos das Ciências Sociais, de Michel Foucault, Jeffrey Weeks e Carole Vance; das Ciências Políticas de Thomas Marshall e Nancy Fraser; no campo das Políticas Públicas, de Enriques Saravia, Luciano Fedozzi, Claudia Feres Faria; dos Direitos Humanos, de Joaquín Herrera-Flores, Boaventura Sousa Santos; e no campo de Gênero e Sexualidade, de Didier Eribon, Sergio Carrara, entre outros. Em síntese, a pesquisa demonstrou que o programa Rio Sem Homofobia é um produto institucional governamental: fruto da elaboração do movimento social, sociedade civil e instâncias governamentais, que se mostraram estar em consonância com os objetivos históricos na luta por direitos e o reconhecimento da cidadania LGBT. O trabalho foi desenvolvido dentro do Laboratório de Pesquisa em Movimentos Sociais, Desigualdades e Diversidade de Corpo, Raça e Gênero – LADECORGEN/ NEPP-DH –, no grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Raça: GE-SER.

Palavras-chave: Rio sem Homofobia; Movimento Social LGBT; Políticas Públicas LGBT; Reconhecimento da cidadania LGBT.

ABSTRACT

FRANÇA, Alexandre Nabor Mathias. Social movements and the Rio Without Homophobia Program: a struggle trajectory for public policies and LGBT citizenship recognition in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Dissertation (Master's degree in Public Policies and Human Rights), Public Policies and Human Rights Program. Rio de Janeiro, Federal University of Rio de Janeiro, 2018.

This Masters dissertation aims to analyze the socio-historical-political involvement between social movements and the Rio Without Homophobia program [in Portuguese: Rio Program without Homophobia, PRSH] in elaborating and implementing public policies for recognition of LGBT citizenship in Rio de Janeiro. The spatio-temporal boundary of this work is from 2008 to 2015. In this period, it took place the State LGBT Public Policy Conferences; the establishment of the State Council for LGBT Rights, and creation of the Rio Without Homophobia program, in the Rio de Janeiro state, as a government instrument to avoid violation of rights, violence acts, discrimination and prejudice towards LGBT population. The research is qualitative and it is divided into three parts. In the first one, I do the bibliographical review from past research about the research scope; a brief historical review on the invention of homosexuality over heterosexuality; the social movement trajectory and Rio Without Homophobia program to implement public policies for recognition of LGBT citizenship. In the second part, I use descriptive qualitative methods (GIL, 2008) to show the elaboration process of proposals presented at the State LGBT Public Policy Conferences, in Rio de Janeiro (2008, 2011 and 2016), by analyzing public documents from these events in the interval of 2008 to 2011. In addition, Management Reports of Actions and Goals of the Rio Without Homophobia program and other relevant documents for the process were also analyzed. Lastly, I present and analyze interview fragments that were done with four managers from the Rio Without Homophobia program to verify its implementation. The study is based on theoretical contributions from Social Sciences, Michel Foucault, Jeffrey Weeks and Carole Vance; Political Sciences, Thomas Marshall and Nancy Fraser; from the field of Public Policies, Enriques Saravia, Luciano Fedozzi, Claudia Feres Faria; Human rights, Joaquín Herrera-Flores, Boaventura Sousa Santos; and, from field of Gender and Sexuality, Didier Eribon, Sergio Carrara among many others. In summary, this research revealed that the Rio Without Homophobia program is a governmental institutional product: fruit of the social movement, civil society and governmental bodies that showed to be in line with historical objectives in the fight for LGBT rights and citizenship recognition. All work was done inside the Research Laboratory of Social Movements, Inequalities and Diversity of Body, Race, and Gender. – LADECORGEN/NEPP-DH [Portuguese] in the research group of gender, sexuality and race (GE-SER).

Keywords: Rio Without Homophobia; LGBT Social Movements; LGBT Public Policies; LGBT citizenship recognition.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABIA-RJ	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ACEC-RJ	Associação Cultural Embaixada das Caricatas do Rio de Janeiro
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ASTRA-RIO	Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro
CADS	Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual
CASA CIVIL	Secretaria de Estado da Casa Civil
CC-LGBT	Centro de Cidadania LGBT
CCF	Cabo Frio - Grupo Cabo <i>Free</i>
CEDS-RIO	Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do Rio de Janeiro
CEDOICOM-RJ	Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher
CESIT	Centro de Saúde Integral de Travestis e Transexuais
CERCONVIDH-RJ	Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual do Estado do Rio de Janeiro
CELGBT-RJ	Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT do Rio de Janeiro
CLAN	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CMP-RJ	Central de Movimentos Populares RJ
CNGLBT	Conselho Nacional dos Direitos da População LGBT
COE	Comissão Organizadora Estadual
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional

CRESS-RJ	Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
DDH	Disque Defesa Homossexual
DPGE-RJ	Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GAI	Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual
GCG-RJ	Grupo Conexão G
GDN	Grupo diversidade de Niterói
GFS -RJ	Grupo Felipa de Souza
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GPV-RJ	Grupo Pela Vida do Rio de Janeiro
G28JNI	Grupo 28 de julho de Nova Iguaçu
GPROCURO	Grupo PROCURO de Rio das Ostras – RJ
GSC	Niterói - Grupo Sete Cores
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IMS UERJ	Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
INFOPEN	Informações Penitenciária Nacional
LIDS	Laboratório Integral de Diversidade Sexual
INFOPEN	Informações Penitenciárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MD'ELLAS	Movimento D'ELLAS
MDS	Movimento da Diversidade Sexual de Macaé
NEPP- DH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
OAB-RJ	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBSH	Programa Brasil Sem Homofobia
PRSH	Programa Rio Sem Homofobia
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SESDEC	Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETE	Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SPERJ	Sistema Penitencial do Estado do Rio de Janeiro
SUPERDI	Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

TABELA 1	Número de propostas da I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro	64
TABELA 2	Propostas Estaduais por população da I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro.....	64
TABELA 3	Número de propostas da II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro	65
TABELA 4	Propostas Estaduais por população da II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro	66
GRÁFICO 1	Gráfico sobre morte nos últimos anos de LGBTs no Brasil	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I	
O ÁRDUO CAMINHO À PROCURA POR CIDADANIA LGBT: LUTAS E DESAFIOS	32
1.2 Um breve caminho à procura por cidadania LGBT no Rio de Janeiro	41
1.2.1 Vivências e coerências nos espaços decisórios para o reconhecimento da cidadania LGBT	48
 CAPÍTULO II	
LUTANDO A GENTE SE ENTENDE: AS VOZES DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E “SIMPATIZANTES”	56
2.1 A edificação do castelo de políticas públicas LGBT	63
2.2 Análise de propostas por área	67
2.2.1 Saúde	67
2.2.2 Assistência Social e Direitos Humanos	71
2.2.3 Segurança Pública	77
2.2.4 Educação	81
2.2.5 Legislação e Justiça	84
2.2.6 Meio Ambiente	85
2.2.7 Sistema Penitenciário	86
2.2.8 Cultura	89
2.2.9 Comunicação e Mídia	92
2.2.10 Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social	93
2.2.11 Turismo, Esporte e Lazer	95
2.2.12 Adolescentes LGBT: inclusão social e Medidas Socioeducativas	96

2. 2. 13 Rio Sem Homofobia: serviços de atendimento, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas LGBT	97
---	----

CAPÍTULO III

PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA: LUTAS, DESAFIOS, ACERTOS E FALTAS PARA O RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT	99
--	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
---	------------

PORTARIAS, DECRETOS, LEIS E RESOLUÇÕES	141
---	------------

ARTIGOS DE JORNAIS, REVISTAS, DOCUMENTOS E RELATÓRIOS	142
--	------------

ANEXOS

ANEXOS 1 As representações dos 79 Municípios nas Pré-conferências Regionais de Políticas Públicas GLBT	144
ANEXOS 2 Guardiã Vitória	145
ANEXOS 3 Carta compromisso da UERJ por um Rio Sem Homofobia.....	146
ANEXOS 4 <i>Banner</i> em homenagem a Alexandre Ivo	147
ANEXOS 5 Campanha de marketing do PRSH	148
ANEXOS 6 Campanha publicitária: Respeitar é	149
ANEXOS 7 Campanha de respeito e prevenção contra IST, HIV/AIDS para o período de carnaval	150
ANEXOS 8 Campanha do PHS de visibilidade das pessoas LGBT	151
ANEXOS 9 Roteiro aberto semiestruturado de entrevista	152
ANEXOS 10 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	153
ANEXOS 11 Quadro de resumo das entrevistas com quatro gestores do PRSH	154
ANEXOS 12 <i>Banner</i> informativo do Disque Cidadania LGBT no prédio da Central do Brasil	167

INTRODUÇÃO

Antes de pensar ou estudar sobre homossexualidade, eu já vivia na pele o sentido que essa palavra causou na minha vida. Fui apontado, rotulado, excluído na escola, maltratado por familiares, amigos e empregos. Antes de pensar em querer saber o seu significado, a palavra gay ou “viado” já marcava, em meu corpo, chagas que doeram por muito tempo. Para mim, expressar afetos em público só foi possível por meio de um tocar de mãos singelas ou no olhar atento ao suposto desejo correspondido, que acontecia furtivamente por detrás dos muros escuros de esquinas perigosas. Só foi possível sair desse lugar esquecido e vulnerável, a partir do momento em que me autorizei a ultrapassar a dimensão dos fantasmas, cuja própria sociedade havia construído contra minha existência. Precisava de instrumentos válidos, necessários e disponíveis na sociedade para vencer àqueles que surgiriam por meio do conhecimento, da sabedoria e dos direitos, os quais me proporcionariam reconhecimento de minha própria condição homossexual.

Assim, comecei coletando autonomamente informações, sem nenhum tipo de vínculo acadêmico, com um simples caderno de campo nas mãos e muita curiosidade pertinente sobre àqueles inusitados eventos, onde discutiam a vida de pessoas como eu, que até então eram consideradas desafortunadas em direitos e reconhecimento por cidadania.

Na época em que comecei a me interessar sobre o tema da diversidade sexual, eu havia terminado a faculdade de Psicologia (2005) e me associado, como voluntário, em 2006, na organização não-governamental (ONG) Grupo Diversidade de Niterói (GDN)¹, que trabalha em prol dos direitos da população LGBT e suas implicações na luta contra a homofobia². No GDN, além de trabalhar como Psicólogo, iniciei também minha atividade como ativista e militante gay, aprendi a enfrentar meus obstáculos pessoais e de outras pessoas causados pela homofobia. Durante três anos, de 2006 a 2008, trabalhei no GDN como coordenador de projetos e, logo, alcancei a coordenação de Direitos Humanos, na qual comecei a acompanhar vítimas de homofobia por meio de acolhimento.

¹O Grupo Diversidade Niterói nasceu nas discussões de um grupo da cidade de Niterói sobre o movimento LGBT brasileiro (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), em 2003. O GDN foi fundado em janeiro de 2004, de acordo com o seu site: <https://www.gdn.org.br/blank-ryelh>.

²A palavra homofobia se refere à violência específica contra pessoas lésbicas, gays, travestis e transexuais. Dela, também se derivou a palavra LGBTfobia. Nesta pesquisa, o sentido usado para a palavra homofobia será aquele proposto pelo jurista francês Daniel Borrillo (2010). Para esse autor, a palavra homofobia é ampla por considerar que a violência se expressa não só contra o sujeito homossexual, mas contra qualquer sentido expresso à feminilidade na sociedade, seja ela através de um corpo masculino ou em transição para o feminino. Portanto, a homofobia pode ser uma reação de ódio contra uma pessoa de orientação sexual heterossexual, bissexual, homossexual e/ou identidade de gênero que apresente expressão de gênero feminina.

Lembro-me de coordenar uma atividade chamada “Grupo de Vivências” (França, 2008), em que desenvolvia debates sobre as dificuldades do dia a dia de pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais, os quais contavam suas histórias de sofrimento ocorridas no ambiente familiar, nas escolas e nas igrejas. Além dessas, há um caso enfático de homofobia em 2007, o qual chamou a atenção da opinião pública em todo o Estado do Rio de Janeiro, envolvendo Ferruccio, um rapaz gay de 19 anos, que foi espancado com socos e pontapés por um grupo de garotos homofóbicos, na saída da boate Volúpia³, vindo a sofrer ameaças de morte por seus algozes. Na verdade, esse foi o segundo caso emblemático, o qual acompanhei em relação à homofobia; pois o primeiro, foi de um amigo de infância, que se suicidou devido a sua família evangélica não ter aceito sua orientação sexual.

O caso repercutiu na mídia a partir da ação do GDN e do Programa Rio Sem Homofobia (PRSH), com acolhimento psicológico, assistencial e jurídico à vítima. Foi através dessa parceria que pude conhecer o trabalho desenvolvido pelo PRSH, sobretudo, seu trabalho e ações afirmativas como instituição governamental, cobrando das autoridades policiais mais agilidade e comprometimento. Já que existia um grande histórico de abandono e hostilidades nos atendimentos por parte da dupla violência simultânea da LGBTfobia⁴ e do descaso dos policiais. O trabalho do PRSH, nesse caso e em outros, foi fundamental para que me interessasse em pesquisar como se dava a legitimidade do programa em relação ao reconhecimento da cidadania da população LGBT, uma vez que o GDN se colocava representado como sociedade civil, e o PRSH representado pela ação governamental. Minha questão estava em compreender como essas duas instâncias dialogavam para legitimar os direitos da população LGBT, na medida em que havia tão poucos recursos jurídicos na legislação vigente que nos assegurassem como cidadãos.

Nessa trajetória, enfrentei muitas dificuldades de aceitação dentro do próprio movimento LGBT como ativista, por ser homem branco, cisgênero, homossexual binário, gay, de classe média, e não apresentar referencial de diferença dentro das premissas de maior vulnerabilidade social, como dito para mim por um ativista gay e negro: “você é branco, tem nível superior e mora na zona sul do Rio; portanto, não sabe o que é discriminação”. Talvez, eu não soubesse mesmo o que era discriminação em comparação à maioria das pessoas que procuravam o grupo de vivência, por sofrerem discriminações face à sua cor de pele e por morarem na periferia.

³Antiga boate gay localizada no bairro de Gragoatá, em Niterói-RJ.

⁴Forma usada pelo movimento social para designar violência contra LGBTs.

Por outro lado, nem eu mesmo sabia muito bem qual era o meu lugar neste emaranhado de incertezas, pois ao mesmo tempo que me colocava como profissional da psicologia, do mesmo modo, era considerado vítima da sociedade opressora. Mas, igualmente, era preciso que pudesse entender que a minha condição de ser gay, não me colocava na mesma condição de vulnerabilidade que um homem negro, homossexual, cisgênero, gay de classe baixa, ou até mesmo de mesma classe social que eu. Era preciso saber e aprender, onde estava o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), reconhecer meus privilégios diante dos referenciais de diferença, para que pudesse ter a sensibilidade discursiva de acolhimento diferenciado. Acreditar nesses parâmetros fariam com que eu adquirisse discernimento, primeiramente, sobre o que seria o reconhecimento da cidadania.

Nesse sentido, era preciso muito mais do que ser psicólogo para compreender que além das subjetividades individuais, havia também as subjetividades coletivas, as quais proporcionavam diferenças e desigualdades. Era preciso compreender os indicadores sociais que estigmatizavam pessoas através de suas especificidades. Foi por meio do exercício com o ativismo e militância que comecei a me inteirar mais sobre a participação e a representação política na luta por direitos.

Posteriormente, em 2008, o GDN participou da Pré-Conferência Regional V, em São Gonçalo, conseguindo ir à I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT⁵, do Rio de Janeiro (I CEPPLGBT-RJ). Nessa oportunidade, representei o GDN como delegado, ao passo em que também pude contribuir na elaboração da Conferência Estadual e colaborador na Câmara Técnica, para elaboração das propostas que o PRSH poderia implementar como futuras políticas públicas. Foi a partir do ambiente conferencial que pude ampliar meus horizontes diante de muitas dúvidas em relação às políticas públicas e como elas se davam no dia a dia das pessoas para a legitimação do reconhecimento da cidadania LGBT.

Mas ainda não bastava. Além de adquirir experiências como ativista e militante, a psicologia não me oferecia instrumentos necessários para trabalhar com as ações afirmativas em prol dos direitos humanos e das políticas públicas voltados para a população LGBT, talvez por falta de materialidade de pesquisa interdisciplinar entre a psicologia e as políticas públicas LGBT. Portanto, foi preciso compreender que havia muito mais para apreender. Essa necessidade fez com que eu procurasse de novo a academia, para explicitar a complexidade das teorias que envolviam os parâmetros intelectuais da diversidade. Foi quando me interessei

⁵A sigla começa com o “G” de gay e não “L” de lésbica, como é reconhecido atualmente, porque em 2008 ainda não havia tido a discussão do movimento social para as posições políticas em relação a visibilidade social das populações específicas que compunham a macro população LGBT.

por me especializar melhor sobre os assuntos que envolviam a cidadania com os direitos humanos e as políticas públicas na perspectiva interseccional entre sexualidade, gênero e raça/etnia.

O Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS UERJ) foi meu primeiro território acadêmico, além de minha faculdade em Psicologia. No IMS, fiquei três anos assistindo aulas como ouvinte e/ou participando de grupos de pesquisas como colaborador. Nesse interim, entre 2007 a 2016, fui colaborador no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), fundando grupos de trabalhos sobre psicologia e diversidade sexual, representando-os no Conselho Estadual de Direitos da População LGBT (CEDLGBT). Logo depois, encontrei o Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ (NEPP-DH/UFRJ), onde concluí minha especialização em Política Públicas e Cultura de Direitos e colaborei como fundador do primeiro Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidade nas Políticas Públicas e Direitos Humanos, o grupo Ganimedes no qual participei da pesquisa *“A diversidade sexual na gramática dos Direitos Humanos: as chaves do armário para os homens homossexuais – a construção da identidade gay e o contexto da luta por cidadania”*, entre 2014 e 2016.

Essa pesquisa de mestrado teve início após a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos no mestrado do NEPP-DH, como bolsista CAPES.

Atualmente, estou como pesquisador no Laboratório de Pesquisa em Movimentos Sociais, Desigualdades e Diversidades de Corpo, Raça e Gênero – LADECORGEN do Instituto de Educação e NEPP DH da UFRJ –, desenvolvendo pesquisa sobre elaboração de materiais didáticos e estratégias pedagógicas para a área de educação em direitos humanos, sexualidade, gênero e raça no Grupo de pesquisa GE-SER; onde, inclusive, essa pesquisa foi desenvolvida.

Dito isso, meu objetivo no presente trabalho é analisar a contribuição do movimento social LGBT⁶, na construção do PRSH, como instrumento estatal de implementação das políticas públicas para a população LGBT, no Rio de Janeiro.

Procurei descrever o envolvimento participativo sócio-histórico-político entre movimento social e programa estadual Rio Sem Homofobia (PRSH) na elaboração e

⁶Ao decorrer do texto os termos: movimento social LGBT, movimentos sociais LGBT e comunidade LGBT serão evidenciados de formas e sentidos diferentes. Movimento social LGBT e movimentos sociais LGBT serão designados como conjunto de grupos institucionalizados unidos de gays, lésbicas, travestis e/ou transexuais; e comunidade LGBT será designado o conjunto de pessoas lésbicas, gays, travestis e/ou transexuais não institucionalizados, mas que comungam de ideais político-sociais em comum.

implementação das políticas públicas para reconhecimento da cidadania LGBT, no Rio de Janeiro. As ações do programa Rio Sem Homofobia foram idealizadas a partir da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT, no Rio de Janeiro, ocorrida na UERJ em 2008, onde uma Câmara Técnica foi responsável por assessorar militantes na elaboração de propostas que seriam implementadas pelo programa e desenvolvidas aos moldes do “Programa Federal Brasil Sem Homofobia”. Essa I Conferência foi responsável pela formulação e a elaboração de propostas, que pudessem vir a ser vislumbradas em políticas públicas para a população LGBT na perspectiva dos direitos humanos, no Estado do Rio de Janeiro.

A escolha metodológica está baseada no método qualitativo, o qual possibilitou descrever minhas experiências de campo em consonância com as teorias acadêmicas, as quais exigiram meu desenvolvimento como pesquisador. Como não acredito que exista neutralidade do pesquisador, tampouco pesquisa neutra, o delineamento desta pesquisa foi adquirindo contornos conforme o entendimento sócio-histórico-político das experiências do ativismo com as observações acadêmicas de pesquisador. Por isso, em todo o corpo do texto serão utilizadas: primeiro, expressões no feminino, contrário às expressões definidas universalmente no masculino, por acreditar no posicionamento ideológico de cunho político feminista e também algumas palavras e observações na linguagem informal LGBT. Este posicionamento como pesquisador está de acordo à proposição de Ana Ivenicki e Alberto Canen (2016), os quais afirmam que não existe metodologia neutra, porque não existe um(a) pesquisador(a) neutro(a). O(a) pesquisador(a) sempre é sujeito portador(a) de uma cultura, de um gênero, de uma raça, de uma linguagem, de uma crença religiosa, de uma história de vida e de outros aspectos ligados à construção de sua identidade e que, ao mesmo tempo, interferem e moldam a pesquisa.

É importante enfatizar que esta pesquisa não se fechará com o término dela. Trata-se de uma pesquisa em contínua construção a partir do instante em que me incluo tanto como pesquisador, quanto sujeito e interlocutor direto com as questões das minhas experiências pessoais em campo. Minhas vivências durante a pesquisa continuarão no processo de criação, proporcionando questões abertas para novas inserções intelectuais.

Em consequência disso, meu olhar criativo surge no processo da pesquisa por meio das interpretações dadas a compreensão do envolvimento do passado, presente e futuro, sobre um movimento social LGBT na figura da sociedade civil e o PRSH na figura governamental, como possíveis partícipes na construção do reconhecimento da cidadania LGBT, no Rio de Janeiro. Em virtude dos fatos apresentados, como sujeito pesquisador,

também, posso dizer que sou sujeito da pesquisa, desde o instante que me coloco como partícipe, homossexual e gay, neste processo de conhecimento e reconhecimento do aprendizado recíproco.

Nesse contexto, reporto-me à filósofa indiana Gaysatri C. Spivak (2010), que sustenta teoricamente a importância de dar voz ao intelectual do pesquisador como sujeito participante da pesquisa, propondo-o que possa sair do lugar de sujeito subalterno contaminado pelo efeito do discurso dominante. Sua proposta é o desenvolvimento do conceito subalterno que foi atravessado pelo projeto imperialista, isto é, ele foi tomado por um conjunto de intelectuais, cuja autora chama de “grupos de estudos subalternos”, ao passo que questiona se um subalterno poderá falar de si mesmo (2010, p. 71).

Nessa perspectiva de sujeito da pesquisa, considero-me subalternizado pela condição em que a homossexualidade foi exposta na ordem da hierarquia social brasileira. Sendo assim, coloco-me, outrossim, no lugar de fala como instrumento importante de voz para repensar a historiografia das sexualidades consideradas dissidentes. Contextualizar o lugar das sexualidades consideradas abjetas pela sociedade é pensar nas hierarquizações e interiorizações construídas em detrimentos a ela. Portanto, analisar as políticas públicas é tentar trazer à tona as problematizações de ausência do Estado diante de sua funcionalidade como responsável em reparar a omissão histórica das pessoas que se constituíram como vulneráveis sociais.

Esta pesquisa está respaldada pelo método qualitativo descritivo de análise dos documentos histórico-político dos cadernos de propostas e relatórios das duas conferências estaduais de políticas públicas LGBT que ocorreram, consecutivamente, em 2008, 2011 e 2016. Essas conferências demonstraram articulações importantes do movimento social e do programa Rio Sem Homofobia como contribuintes na elaboração, implantação e implementação das políticas públicas para população LGBT no Rio de Janeiro. Uma observação importante é que não será utilizado as referências do caderno de propostas, somente informações históricas, da III Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT de 2016 (III CEPPLGBT-RJ), devido os cadernos não terem sido publicados oficialmente até as análises aqui desenvolvidas.

A pesquisa também seguirá o percurso do método qualitativo em ciências sociais, na medida em que busquei destacar as principais características da realidade social como suporte para entender o movimento LGBT institucionalizado. Nesse sentido, o movimento LGBT se constitui como instrumento de articulação política na elaboração e na construção das políticas públicas e sociais e na perspectiva do reconhecimento da cidadania LGBT, no Rio de

Janeiro. Por que usaremos o método qualitativo das ciências sociais? Porque, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (1994), as ciências sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da vida diária dos seres humanos em seu meio social, ainda que de forma inconclusiva, imperfeita, incompleta e satisfatória como toda e qualquer ciência em progresso; por isso, ela precisa considerar o conjunto de expressões humanas que se articulam nas suas estruturas, nos seus processos, nos atores sociais, nos significados e nas suas representações.

Desse modo, a realidade constante dos sujeitos e sua interação com outros oferecem ferramentas para serem constituídas como instrumentos para a transformação social cristalizada na sociedade, pois há evidência da realidade social como uma extensão de sua própria realidade, no sentido bastante amplo, envolvendo aspectos relativos aos múltiplos relacionamentos dos sujeitos com as instituições totais, sejam elas escolas, igrejas, comércios, família, etc.

Nessa perspectiva, a pesquisa documental será realizada através das análises dos documentos públicos escritos nos dois relatórios das duas conferências estaduais de políticas públicas LGBT, no Rio de Janeiro, sob o recorte temporal entre 2008 a 2011, bem como dos relatórios de gestão, a saber: Ações e Metas do PRSH no período entre 2011 a 2015 e o Sintético do PRSH de 2016, além de outros documentos importantes para este processo pelo PRSH na sua gestão.

Por outros aspectos, saliento que a escolha desta pesquisa partiu da minha curiosidade em adquirir informações históricas sobre assuntos que envolvam o processo de desenvolvimento político LGBT, na construção das políticas públicas, no Rio de Janeiro. Para isso, realizei pesquisa bibliográfica por meio da *internet*, com recorte temporal de 2008 a 2016, com as palavras-chave mais usadas nos cadernos de relatórios das conferências de políticas públicas LGBT, as quais são:

- Homofobia (somando com a palavra Lesbofobia, Transfobia e LGBTfobia);
- Políticas Públicas LGBT;
- Movimento Social LGBT;
- Cidadania LGBT;
- Reconhecimento LGBT;
- Religião e LGBT;

- Brasil Sem Homofobia (BSH); e
- Rio Sem Homofobia (RSH).

Essas palavras-chave deverão aparecer nos títulos dos trabalhos apresentados e/ou escritos nos eventos, grupos de trabalho, simpósios temáticos, pôsteres, vídeos e/ou nas discussões de comunidades das redes sociais. Esse processo de pesquisa foi realizado no período de 02 e 03 de novembro de 2017, o qual trouxe considerações em relação à temática das políticas públicas para população LGBT no presente trabalho. As plataformas pesquisadas foram:

- Anais da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação);
- Google Acadêmico;
- BDTD (Banco de Dados de Teses e Dissertações);
- Scielo;
- ABEH (Associação Brasileira de Estudos de Homocultura);
- Seminários Internacionais Desafazendo Gênero;
- Revista Bagoas;
- Seminários Internacionais Fazendo Gênero;
- ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação);
- *Youtube*;
- *Vimeo*;
- *Facebook*;
- *Google Plus*;
- *Scribd*; e
- Academia.edu.

A primeira plataforma de pesquisa realizada foi nos Anais dos eventos da maior instituição de pesquisadores e estudiosos do Brasil de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos, a ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação), sediada em Brasília. Em seus anais, entre 2008 a 2015, não foram encontrados nenhum trabalho com as palavras-chave relacionadas. Apenas no 2º Seminário Internacional

Conforme pode-se observar, os assuntos mais encontrados foram sobre Homofobia (2016) e Movimento social LGBT (2011 a 2016).

Sobre as teses de doutorado, a plataforma BDTD mostrou 43 teses entre o período de 2008 a 2016, dentre as quais, 14 tinham em seus títulos as seguintes palavras-chaves:

BDTD TESES										
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	Total
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	3	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Políticas Públicas LGBT	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Movimento social LGBT	2	1	0	1	1	0	0	0	0	5
Cidadania LGBT	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Reconhecimento LGBT	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Religião LGBT	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil Sem Homofobia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Sem Homofobia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Igualmente às dissertações, os assuntos mais encontrados foram sobre Homofobia (2016) e Movimento social LGBT (2016).

Na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), de periódicos científicos brasileiros, durante o período pesquisado de 2008 a 2016, apareceram 46 artigos. As palavras-chave encontradas, nesta pesquisa, que mais se destacaram foram: Políticas Públicas LGBT (2012, 2013 e 2014) e Movimento social LGBT (2015 e 2016), conforme pode ser observado abaixo:

SCIELO										
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	Total
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	1	0	1	2	1	0	0	0	0	5
Políticas Públicas LGBT	1	0	2	2	2	0	0	0	0	7
Movimento social LGBT	2	3	0	0	0	0	1	0	0	6
Cidadania LGBT	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Reconhecimento LGBT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Religião LGBT	1	0	0	1	0	0	1	0	0	3
BSH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RSH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

A Associação Brasileira de Estudos de Homocultura⁷ (ABEH), em seus anais de 2012, foram encontrados 303 artigos. Não foi possível encontrar nenhuma referência nos anos anteriores a 2012, devido à inexistência de uma plataforma eletrônica. Nos anos posteriores,

⁷A Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), desde 2001, congrega estudantes, pesquisadores/as e ativistas sociais e se constitui juridicamente como uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo fomentar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero. Seus Congressos Internacionais de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero ocorrem bimestralmente. Para maior conhecimento da associação, remeto o leitor ao seu site: <http://abeh.org.br/>.

também, não apareceram nenhum em seus títulos as palavras-chave monitoradas. Os assuntos mais encontrados foram sobre Homofobia, Movimento Social LGBT e Religião LGBT, conforme segue abaixo:

ABEH	
	2012
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	16
Políticas Públicas LGBT	4
Movimento social LGBT	17
Cidadania LGBT	1
Reconhecimento LGBT	3
Religião LGBT	7
Brasil Sem Homofobia	0
Rio Sem Homofobia	0
Total	48

Os eventos mais importantes que discutem sobre o desenvolvimento da Teoria *Queer* e Diversidade Sexual no Brasil, supostamente, corresponde ao “Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, realizado bianualmente em uma das cidades do Nordeste. Esse Seminário está em sua terceira edição, realizado no ano de 2017, em Campina Grande, município do Estado da Paraíba, onde apresentei um trabalho oral no GT 20: “Problematizações sobre os ativismos nos Movimentos sociais e coletivos LGBT com o título Manifesto contra-os-normativos nas políticas públicas LGBT”. Nesse trabalho, analiso o tema das políticas públicas como mera reprodução da heteronormatividade para a população LGBT. No site do Desfazendo Gênero constam somente os seminários de 2013 e de 2015. Não encontramos nenhuma outra publicação no seminário de 2017 até a finalização deste trabalho.

No I Seminário Internacional Desfazendo Gênero, com sua chamada: “Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo”, ocorrido no Rio Grande do Norte em 2013, foram achados 39 Grupos de Trabalhos, com 495 atividades apresentadas; porém, somente um elencou o tema Políticas públicas LGBT. O assunto que mais se destacou ainda foi sobre Homofobia. No II Seminário Internacional Desfazendo Gênero com sua chamada: “Ativismos das dissidências sexuais e de gênero”, ocorrido na Bahia em 2015, foi mais amplo e em seu site consta a informação de 52 pôsteres, 79 simpósios, 769 resumos expandidos (trabalhos apresentados), 27 oficinas e 24 minicursos. Os assuntos com mais destaques foram sobre Homofobia, Políticas Públicas LGBT e Cidadania LGBT, conforme pode ser visto a seguir:

II Seminário Internacional Desfazendo Gênero			
	2013	2015	Total
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	14	15	29
Políticas Públicas LGBT	0	9	9
Movimento social LGBT	0	2	2
Cidadania LGBT	1	7	8
Reconhecimento LGBT	1	0	1
Religião LGBT	0	2	2
Brasil Sem Homofobia	0	0	0
Rio Sem Homofobia	1	0	1
Total	17	35	52

A pesquisa na plataforma da Revista Bagoas, período de 2008 a 2016, uma das mais importantes sobre historiografia do movimento LGBT no Brasil, apresentou os seguintes desdobramentos sobre o assunto.

REVISTA BAGOAS			
Ano	Nº da Revista	Nº de artigos	Nº de assuntos encontrados
2008	2	11 artigos	1 sobre cidadania LGBT
	3	9 artigos	1 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia)
2009	4	13 artigos	1 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia) 1 sobre movimento social LGBT
	5	14 artigos	1 em homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia) 1 em políticas públicas
2011	6	13 artigos	0
2012	7	15 artigos	1 políticas públicas LGBT
	8	11 artigos	0
2013	9	17 artigos	1 sobre religião e LGBT 1 sobre reconhecimento LGBT
	10	16 artigos	1 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia)
2014	11	10 artigos	1 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia)
2015	12	11 artigos	0
	13	18 artigos	1 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia)
2016	14	13 artigos	2 sobre homofobia (LGBTfobia + transfobia + lesbofobia)
	15	11 artigos	1 sobre Movimento social LGBT

Na plataforma do site do Seminário Internacional Fazendo Gênero, que ocorre bianualmente no Estado de Santa Catarina, cujos temas versam sobre feminismo e sexualidade, foi possível encontrar as seguintes informações:

- Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia;
- Políticas Públicas LGBT;
- Movimento social LGBT;
- Cidadania LGBT;
- Reconhecimento LGBT;
- Religião LGBT;
- Brasil Sem Homofobia; e
- Rio Sem Homofobia.

O 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero realizado, em 2008, trouxe como tema “Corpo, Violência e Poder”. Encontrei quatro pôsteres sobre Homofobia. No simpósio temático, apenas um trabalho foi apresentado com o tema: Religião e LGBT. Nos Minicursos, houve somente um trabalho sobre Homofobia.

O 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2010, trouxe o tema “Diásporas, Diversidades e Deslocamento”. Nas apresentações sob forma de pôsteres, encontrei um único trabalho sobre homofobia, um sobre políticas públicas LGBT e três sobre movimento social LGBT. Em seus anais, foi possível encontrar nove trabalhos apresentados sobre homofobia e dois sobre Religião e LGBT.

Finalmente, o 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado em 2010, sob o tema: “Desafios atuais do feminismo”, nos simpósios temáticos foi encontrado um trabalho sobre Religião e LGBT. Na sessão pôsteres, foram encontrados três trabalhos sobre homofobia, três trabalhos sobre políticas públicas LGBT, um trabalho sobre movimento social LGBT e dois trabalhos sobre religião LGBT. Em seus anais, encontrei oito trabalhos sobre homofobia, três trabalhos sobre políticas públicas LGBT, um sobre movimento social LGBT e quatro sobre religião e LGBT.

Na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) há a informação de que os encontros ocorrem anualmente, porém pesquisei apenas o período de 2008 a 2016, correspondendo do 31º ao 38º encontro. Nesses,

somente foram encontrados um trabalho sobre homofobia na 35ª reunião de 2012 e outro igualmente sobre homofobia na 37ª reunião em 2015.

Dentre as plataformas de vídeos das redes sociais mais conhecidas estão o *Youtube* e *Vimeo*. O vídeo do *Youtube* com mais visualizações sobre políticas públicas LGBT foi “Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT”⁸. Esse vídeo é sobre a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, na qual foram feitas perguntas aos participantes sobre quais eram suas opiniões sobre as políticas públicas, movimento LGBT e o próprio evento. Esse vídeo teve até o dia 04 de novembro de 2017 (data pesquisada) 1.952 visualizações, com 400 pessoas inscritas no canal *Blogueiras feministas*.

No site *Vimeo*, até o final da realização desse monitoramento, não foi encontrado nenhum vídeo nomeado com: “políticas públicas LGBT”.

REDES SOCIAIS AUDIOVISUAL			
	YouTube	Vimeo	Total
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	123.220	991	124.211
Políticas Públicas LGBT	4.270	0	4.270
Movimento social LGBT	7.060	0	7.060
Cidadania LGBT	6.360	16	6.376
Reconhecimento LGBT	1.780	3	1.783
Religião LGBT	13.700	2	13.702
Brasil Sem Homofobia	17.400	7	17.407
Rio Sem Homofobia	9.810	4	9.814
Total	183.600	1.027	184.623

Em pesquisa nas duas maiores redes sociais da *internet*, o *Facebook* e o *Google Plus*, encontrei distribuídos entre as páginas e as comunidades as seguintes discussões, até a data de 04 de novembro de 2017:

	REDES SOCIAIS				
	Facebook		Google Plus		
	Páginas	Comunidades	Páginas	Comunidades	Total
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	81	3	37	16	137
Políticas Públicas LGBT	8	0	0	0	8
Movimento social LGBT	6	0	0	1	7
Cidadania LGBT	16	0	0	10	26
Reconhecimento LGBT	0	0	0	1	1
Religião LGBT	6	0	0	0	6
Brasil Sem Homofobia	6	0	0	2	8
Rio Sem Homofobia	4	0	0	0	4
Total	127	3	37	30	197

⁸Disponível em: <https://goo.gl/YQpR9E>.

O banco de dados privados *Scribd* mostrou o número de 31.060 documentos para *download* entre livros e artigos. Nessa plataforma, utilizei apenas as palavras-chave: homofobia e LGBT, por considerar que a pesquisa com as outras apareciam repetidas nas palavras: homofobia e LGBT.

A plataforma de rede social de compartilhamento de documentos e artigos acadêmicos brasileiros, Academia.edu, ofereceu os seguintes resultados:

ACADEMIA.EDU	
	Nº de artigos
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	352
Políticas Públicas LGBT	3.684
Movimento social LGBT	41
Cidadania LGBT	9
Reconhecimento LGBT	2
Religião LGBT	0
Brasil Sem Homofobia	89
Rio Sem Homofobia	0
Total	4.177

A pesquisa realizada nos quatro anais dos Seminários Internacionais Enlaçando Sexualidades, que acontecem bimestralmente na Universidade do Estado da Bahia, apresentou os seguintes dados:

SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS ENLAÇANDO SEXUALIDADES					
	1º 2009	2º 2011	3º 2013	4º 2015	Total
Grupos de Trabalhos	14	14	11	45	84
Homofobia + LGBTfobia + transfobia + lesbofobia	1	8	7	5	21
Políticas Públicas LGBT	0	0	1	1	2
Movimento social LGBT	0	0	4	0	4
Cidadania LGBT	0	0	0	2	2
Reconhecimento LGBT	0	0	0	0	0
Religião LGBT	0	0	0	0	0
Brasil Sem Homofobia	0	0	0	1	1
Rio Sem Homofobia	0	0	0	0	0
Total bianual	15	22	23	54	114

No I Seminário, não foi encontrado nenhum grupo de trabalho com as palavras-chave relacionadas sobre o assunto da pesquisa. No II Seminário, encontrei um grupo de trabalhos com as palavras-chave elencadas no GT Enlace 05 “Movimentos sociais e políticas públicas”. No III Seminário, houve 11 grupos de trabalhos para o tema LGBT, com os títulos

GT Enlace 7 “Religiões e religiosidades”; e o GT Enlace 9 “Movimentos sociais e políticas públicas”. O IV Seminário foi mais abrangente: houve 45 grupos de trabalhos com o tema para LGBT, com os títulos: GT Enlace 26 “Sexualidades, religiosidades e emoções”; GT Enlace 27 “Políticas públicas, diversidade sexual e de gênero e serviço social”; GT Enlace 30 “População LGBT, movimentos sociais e educação: imbricamentos e potências políticas”; e o GT Enlace 34 “Religiosidades cristãs: moralidades, diversidades sexual e de gênero”.

Utilizarei alguns dos trabalhos encontrados em ciências sociais como críticas pertinentes ao trabalho desenvolvido pelo PRSH e o histórico do movimento LGBT como contribuintes na elaboração das políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro.

O “Relatório de Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro” (ITABORAHY, 2015) corresponde a uma pesquisa desenvolvida, em 2012, pela instituição *Micro Rainbow International*, em parceria com o programa Rio Sem Homofobia. Esse relatório oferece um pequeno estudo sobre as pessoas LGBTs em situação de pobreza, vítimas de violação, violência familiar, urbana e institucional no Rio de Janeiro. Ofereceu-me, igualmente, um panorama estatístico sobre a vulnerabilidade situacional que o preconceito e a discriminação afeta a população LGBT, ocasionando dificuldades para obter emprego, moradia e reconhecimento de seus direitos como cidadãos.

O artigo de Roberta Olivato Canheo (2016), com o título: “População LGBT, políticas públicas e cárcere: uma análise da atuação do programa Rio sem Homofobia”, é um trabalho apresentado no 2º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão da ANDHEP (2016) no grupo de trabalho: Gênero e Prisão. Nesse trabalho, Canheo mostra o desenvolvimento do PRSH na implementação de políticas públicas LGBT para o Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. A autora desenvolveu seu trabalho metodológico por meio de realização de entrevistas e análise documental da legislação vigente do Rio de Janeiro. Ela considerou a problemática de políticas públicas voltadas à população LGBT no contexto do Sistema Penitenciário no Estado do Rio de Janeiro e da rede de diversos atores envolvidos em sua formulação e execução na atuação do programa Rio sem Homofobia. A autora realizou três entrevistas com gestores do PRSH, mostrando a necessidade urgente, no Rio de Janeiro, de uma política de acolhimentos, cujo respeito às pessoas lésbicas, gays, e principalmente, transexuais e travestis, sejam prioritários conforme as identidades e expressões de gênero e suas especificidades.

O sociólogo Sergio Luiz Carrara, no livro, “Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro” (2017), propõe mostrar o trabalho desenvolvido por seus estagiários da pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, em parceria com o LIDS,

ambos da UERJ, que realizaram pesquisas no programa Rio Sem Homofobia. O livro traz estatísticas de pesquisas quantitativas e qualitativas desenvolvidas com a equipe de profissionais e de usuárias(os) do PRSH; histórico da I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT; histórico do PRSH e a história do processo de implantação do PRSH e sua inserção na luta contra a LGBTfobia, no Estado do Rio de Janeiro.

Isabela Scheufler (2015), em sua dissertação de mestrado, com o título: “O processo de cidadanização de pessoas LGBT: uma etnografia em Centros de Cidadania do Rio de Janeiro”, defendida no IMS/UERJ, em 2015, aborda a relação das(os) usuárias(os) do PRSH. Ela problematiza a relação interacional entre população LGBT e os serviços oferecidos pelo PRSH como um processo de cidadanização para reconhecimento da cidadania LGBT. Segundo a autora, “cidadanização caracteriza-se por ser um processo histórico, contraditório e múltiplo pelos quais o Estado, bem como organizações civis, transforma grupos e estratos da população em cidadão” (SCHEUFLER, 2015, p. 10). Pode-se compreender que o processo de cidadanização que ela defende, corresponde ao processo histórico desenvolvido por meio das vivências das pessoas LGBT com os Centros de cidadania LGBT, onde a reciprocidade desse envolvimento interacional entre sociedade civil e Estado se destinam à cidadania.

A tese de doutorado de Vanessa Jorge Leite (2014), intitulada: “Impróprio” para menores? Adolescentes e Diversidade sexual e de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras Contemporâneas”, defendida em 2014, pelo IMS/UERJ, trata-se sobre o processo histórico interacional do PRSH e atendimentos aos adolescentes LGBT.

A tese de doutorado de Silvia Aguião Rodrigues (2014): “Fazer-se no ‘Estado’: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo”, defendida em 2014, pela Universidade Estadual de Campinas de São Paulo, ofereceu-me uma crítica sobre o processo de constituição da população LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Esse trabalho tem uma importância acadêmica, porque discute o processo histórico de implementação do programa federal “Brasil Sem Homofobia” e sua participação política com o Partido dos Trabalhadores (PT), como coadjuvante na criação de ações e políticas públicas LGBT no Brasil.

A partir do que até agora foi exposto, apresentarei o resultado de dois anos de pesquisa no presente trabalho. Assim, no primeiro capítulo, baseio-me no referencial bibliográfico sobre a história da invenção da homossexualidade, a constituição do sujeito da sexualidade e sua transição histórico-política para a constituição do sujeito de direitos. Minha intenção foi analisar a história da institucionalização dos movimentos sociais LGBT do Rio

de Janeiro e sua contribuição na criação do programa Estadual Rio Sem Homofobia como instrumento para implementação de políticas públicas LGBT.

No segundo capítulo, por meio do método qualitativo descritivo, analiso as propostas elaboradas nas Conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT por meio de seus temas específicos.

No terceiro capítulo, descrevo, analiso e teço algumas considerações sobre as entrevistas realizadas com quatro gestores do programa Rio Sem Homofobia, a fim de obter informações sobre o desenvolvimento do programa, como instrumento para implementação de políticas públicas para a população LGBT, no Rio de Janeiro.

Por fim, a conclusão dos resultados alcançados pela pesquisa e as referências.

CAPÍTULO I

O ÁRDUO CAMINHO À PROCURA POR CIDADANIA LGBT: LUTAS E DESAFIOS

Por meio de negociações ou contratos sociais ao decorrer dos séculos, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo sofreu diversas significações e representações nas civilizações mundiais. Porém, foi somente a partir do século XIX, com a edificação dos métodos e práticas experimentais, pela cientificidade da ciência, que a sexualidade começou a ser sistematicamente estudada através dos comportamentos e desejos dos indivíduos. A sexualidade, segundo Michel Foucault (1988), corresponde “a um dispositivo histórico de formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 101). Nessa posição do saber, a homossexualidade, há três séculos, foi uma categoria inventada⁹ em contrapartida à heterossexualidade, mas a pessoa homossexual foi reconhecida como “sujeito” somente há vinte anos.

Enfaticamente, Jeffrey Weeks (2000) nos diz que antes do século XVIII, a prática da homossexualidade existia, mas o sujeito homossexual classificado como portador de uma subjetividade específica na sociedade não, pois foi somente após a industrialização ocidental que a categoria homossexual recebeu uma distinta identidade associada àquelas(es) que estivessem fora do crivo da procriação e da perpetuação da espécie humana. Essas classificações normativas, possivelmente, poderiam ser consideradas como sendo classificações médicas que estabeleciam diferenças sexuais entre mulheres e homens, a partir do significado e significantes dados à homossexualidade, alterando-se em diferentes períodos históricos.

Foi a sociedade ocidental quem construiu um saber sobre a sexualidade por meio dos corpos, que concebia o sujeito homossexual como libertinos e, às vezes, como delinquentes, “percebidos no interior de um parentesco global com os loucos e com os doentes do instinto sexual” (FOUCAULT, 1986, p. 234). Portanto, o “sujeito da sexualidade” surge a partir de um saber do “uso dos prazeres”, da “hipótese repressiva”, do “dispositivo da sexualidade” e de uma “microfísica e micropolítica do desejo”, objetivando analisar as práticas pelas quais esses indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifram, se reconhecerem e se confessarem como sujeitos de desejo, estabelecendo de si

⁹“A invenção da homossexualidade e heterossexualidade foi uma consequência político-teórico das exigências feitas à mulher e ao homem pela sociedade burguesa europeia” (COSTA, 1996, p. 86).

para consigo uma relação que lhes permitia descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, do seu sexo, seja ele natural ou decaído que mulheres e homens se diferenciaram entre si (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, o sujeito da sexualidade pode ser percebido somente por seus comportamentos sexuais, considerados contrários à sexualidade vigente constituída como normativa. Exemplo, a prática da homossexualidade era vista somente pelo crivo sexual da não procriação e, por isso, classificado nas nomenclaturas médicas como patológica; por acreditarem que não apresentavam desejos ao sexo oposto. Portanto, o homossexual tornou-se um sujeito da sexualidade até o final do século XX, como um ser desviante às normas vigentes da sociedade marcado no corpo. Segundo Kathryn Woodward (2014), “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para as identidades sexuais” (WOODWARD, 2014, p. 15). Complementando esse pensamento, Ana Ivenicki e Alberto Canen (2016) afirmam que a “identidade é percebida como uma construção, realizada por diversos espaços discursivos, [...] que contribuem para o constante ressignificar” (IVENICKI; CANEN, 2016, p.54).

O homem e a mulher se constituem pilares da edificação heterossocial, nos quais a mulher masculina e o homem feminino sofrem com adjetivos que os excluem da sociedade. Por identidade, corroboro com o pensamento do sociólogo Stuart Hall (2014), quando ele afere que ela não é algo fixo, pronto e inato, deslocado conceitualmente de paradigmas. Segundo Hall, é preciso dar sentido ao processo de subjetividade e não as práticas discursivas, segundo as quais as políticas de exclusão ratificam e implicam em afirmar. Para ele, a identidade nada mais é do que um processo de identificação que se constitui dialeticamente de um sujeito para com outro ou com grupos de afinidades, ou seja, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir do mesmo ideal. “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2014, p. 106-108).

Nessas circunstâncias, as identidades que estabelecem a construção homem/mulher, produzem sentidos binários normativos nas vidas dos indivíduos na criação de identidades fixas. Essas características são muito peculiares na sociedade ocidental, constituídas por ações sociais, transformando regras e concepções como sendo desviantes tudo aquilo que estariam fora dos padrões estabelecidos. O desvio tornou-se sinônimo de exclusão a partir do momento que gerencia concepções de valores criadas pela sociedade

capitalista. Considero, conforme Jeffrey Weeks (2000), que essas concepções não serão naturalmente dadas, mas historicamente construídas, a partir dos agrupamentos decorrentes na história, devido às leis segregacionistas aceitas e “ditas” organizadas, respaldas pelo sentido de moral e bons costumes.

A palavra “sexo”, por exemplo, será utilizada para designar a divisão estéticas dos genitais sexuais prioritários à procriação e, conseqüentemente, toda gama de potenciais e valores simbólicos de significados composto pelo feminino e masculino para a vida da mulher e do homem até o final do século XX. Sobremaneira, Weeks (2000) afirma:

O termo "sexo", por exemplo, significava, originalmente, simplesmente, "o resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino". Referia-se, naturalmente, às diferenças entre homens e mulheres, mas também à forma como homens e mulheres se relacionavam. No período que compreende, aproximadamente, os últimos dois séculos, "sexo" adquiriu um sentido mais preciso: ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une (WEEKS, 2000, p. 28).

O final do século XX será início da quebra dos paradigmas enraizados na sociedade ao longo da história como resíduos “sólidos” trazidos pelo patriarcado, machismo, androcentrismo e masculinismo, nos quais surgirão novos estudos que refutarão essas ideologias formadas por valores morais e dos bons costumes reforçados tanto pelo Estado, quanto pela religião, edificando a forma de ser dos homens como centro das ações na sociedade capitalista ocidental. Essas ideologias que fomentaram, simbolicamente, a construção de uma pirâmide de desigualdades na sociedade, onde o homem branco, heterossexual, burguês e cristão estaria no seu topo começou a ruir. Apesar da figura heterossexual eurocêntrica continuar estagnada na sociedade por mais de dois séculos, como pressuposto da normalidade entre os indivíduos, o homossexual, ao contrário, trouxe grandes discussões sobre suas designações baseados nos estigmas que o classificava como “anormal”. Segundo Didier Eribon (2008), “a mobilização homossexual, a saída à luz do dia e a intensificação da vida ‘subcultural’ [escondida] com toda certeza representam (com o feminino) um dos mais intensos questionamentos da ordem instituídas, sexual e social, mas também ‘epistemológica’, do mundo contemporâneo” (ERIBON, 2008, p.43).

Dessa forma, a passagem do século XX para o XXI foi o período de apogeu das grandes resistências de lutas, em um primeiro momento contrárias às atrocidades das guerras e em segundo contra as violações de direitos, cujos grupos de indivíduos considerados “diferentes” vinham sofrendo crescentemente por falta de reconhecimento de direitos e

cidadania. A diferença estaria em tudo que fosse contrário a uma “normalidade” espelhada na burguesia, branquitude¹⁰ do “heteroCistema”¹¹. Esses parâmetros determinantes do que seria “normal” foi constituindo como “marcadores de diferenças” na sociedade, através de ações configuradas em preconceito e discriminação em relação à classe, raça, gênero e sexualidade. O modelo de homem com referencial europeu refletiu na linguagem, no comportamento e nas definições sociais em geral, instituindo a sexualidade normatizante cristalizada como parâmetro de controle. Ainda segundo esse mesmo princípio, a antropóloga Carole S. Vance (1995) sugere que

Utilizemos a expressão ‘modelo de influência cultural’, a fim de chamar a atenção para suas características distintivas e incentivar um maior reconhecimento desse paradigma. Nesse modelo, à sexualidade é vista como o material básico - uma espécie de massa de modelar - sobre o qual a cultura trabalha, uma categoria naturalizada que permanece fechada à investigação e a análise (VANCE, 1995, p. 18).

Essas afirmações de Vance (1995) possibilitam pensar nas resistências como ações contrárias à naturalização da sexualidade, pois insistir é resistir; resistir é acreditar e acreditar é realizar. Assim, revoltas e manifestações populares se configurariam como possíveis instrumentos contrários aos padrões cristalizados na sociedade, fazendo com que formas de ressignificações em relação ao sentido dado ao gênero, sexo e sexualidade se desconstruíssem por meio da não aceitação das regras normativas impostas. Ademais, Carole Vance (1995) complementa suas afirmações nos oferecendo observações sobre esses que se fazem como “marcadores de diferenças” e suas consequências na sociedade.

As culturas geram categorias, esquemas e rótulos muitos diferentes para estruturar as experiências sexuais e afetivas. Essas construções não só influenciam a subjetividade e o comportamento individual, mas também organizam e dão significados à experiência sexual coletiva através, por exemplo, do impacto das identidades, definições, ideologias e regulações sexuais. A relação entre atos sexuais e identidades nas comunidades sexuais organizadas é igualmente variável e complexa (VANCE, 1995, p.17).

¹⁰“Branquitude é visto como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, em uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (PIZA, 2002, 59-90).

¹¹Esta palavra é uma analogia da junção entre heterossexualidade e cisgerenalidade. Foi usada por Indianara Siqueira – ativista do Grupo TransRevolução, travesti, prostituta e, a primeira vereadora suplente do PSOL do Rio de Janeiro em 2016, para designar a imposição opressora normativa do sistema Cisgênero heterossexual, sob as outras identidades e sexualidades consideradas periféricas (SIQUEIRA, 2016).

Falar sobre sexualidade, envolve discutir pontos que implicam a complexidade que associa classe, gênero, raça/etnias e identidades. Assim, os locais de debates e disputas políticas deveriam propiciar uma maior abertura as discussões que envolvam essas instâncias, possibilitando o lugar de fala das pessoas, as quais são consideradas inferiores na sociedade hierárquica, como tais exemplos àquelas que portam expressões femininas nas discussões por consideração às feminilidades estarem na condição das inferioridades; as discussões sobre raça/etnia àquelas que estão nas condições sub-humanas; e sobre as identidades e as orientações sexuais dissidentes àquelas que estão nas condições de invisibilidades e vulnerabilidades. Além disso, por considerar a discussão sobre sexualidade mais pertinentes a todas citadas, a sexualidade deverá ser potencializada, em todas discussões, para instigar maior abertura para problematizações que envolvam a feminilidade, raça, etnia e política e para entendimento sobre se ter direito aos direitos humanos.

Os trabalhos que têm sido realizados sobre a história da sexualidade na sociedade moderna mostram que a sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais. O crescimento do interesse estatal em regular a sexualidade (e o correspondente declínio do controle religioso) transformou, nos séculos XIX e XX, as áreas legislativas e de políticas públicas em campos particularmente atraentes para as lutas políticas e teóricas em torno da sexualidade (VANCE, 1995, p 16).

Diante de todo exposto, a igualdade tem como matriz política o potencial da feminilidade como instrumento importante na luta pelo direito à liberdade dos corpos diante do Estado que os regula no prazer e no desejo. Lutar pela emancipação, liberdade, dignidade humana e reconhecimento por cidadania está na tentativa de se livrar das mãos invisíveis do Estado, sob o domínio dos corpos, principalmente, as expressões de gênero, devido a ser contrárias as pertinentes ações do patriarcalismo e, conseqüentemente, do machismo o qual afeta as identidades de gênero e as orientações sexuais que fogem do domínio da cultura masculinista. Uma boa parte das vítimas que compõe as diferenças sexuais se referem às lésbicas, travestis, transexuais e gays femininos que sofrem com a exacerbação da cultura do masculinismo. Reivindicar o direito de ser reconhecida(o) como lésbica, travesti, transexual ou gay feminino, de alguma forma, recai na condição de ser contrária às forças sistematizadas da sociedade que impõem o comportamento masculino em seu topo de hierarquia social.

A partir dessas conseqüências, a arbitragem passa a ser uma suposta ferramenta possível para salientar a existência de outras sexualidades e identidades que não são

legitimadas pela sociedade. O método é trazer em evidência as partes que definem diferentes existências de sujeitos na sociedade, possibilitando dar lugar às vozes silenciadas.

É nessa circunstância que as políticas públicas aparecem como instrumentos para alcançar a cidadania como possibilidade de reconhecimento da pessoa humana portadora de um *status* no âmbito do Estado. Nas considerações de Enrique Saravia (2006), as políticas públicas têm a função de manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade fixa da sociedade.

Decisões são condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006, p. 28).

O pensamento de Enrique Saraiva nos possibilita refletir sobre as políticas públicas como instrumentos importantes para a mudança social, bem como a forma de se incluir participativamente nos diferentes grupos de decisão coletiva dos espaços decisórios de construção de políticas para o reconhecimento da cidadania.

Para o sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1967), o reconhecimento social está alocado ao sentido de *status* como consequência, “aqueles [e aquelas] que são membros integrais de uma comunidade. Todas e todos aqueles e aquelas que possuem o ‘*status*’ são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*” (MARSHALL, 1967, p. 76). Seguindo esse autor, o *status* diferencial, associado com classe, função e família “foi substituído pelo único *status* uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada” (MARSHALL, 1967, p. 80).

Em síntese, diante desses pressupostos, a cidadania aparece como um sistema encastelado de conceitos e direitos constituídos para dar sentido a ela própria, entretanto, existe uma necessidade dinâmica de novos conceitos e ressignificações para que a relação entre indivíduo e sociedade consista em novas formas de reconhecimento.

A filósofa estadunidense Nancy Fraser (2007) também defende o conceito de *status* para o reconhecimento e o pertencimento social. Segundo a autora, existe uma política progressista a qual se divide em dois campos distintos, são eles: a perspectiva de redistribuição econômica e a perspectiva de reconhecimento cultural. A primeira, se apoia nas tradições de organizações igualitárias, trabalhistas e socialistas, que buscam a redistribuição econômica de recursos e de bens entre ricos e pobres. Já a segunda, apoia-se na visão de uma

sociedade amigável às diferenças, procurando assimilar as normas da maioria ou da cultura dominante com vistas ao respeito igualitário, de reconhecimento cultural das diferenças de grupos minoritários raciais, étnicos, sexuais e de gênero. Para Fraser, alcançar o reconhecimento por *status* é preciso “examinar os padrões institucionalizados de valores culturais em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais” (FRASER, 2007, p.108). Suas considerações teóricas sobre o reconhecimento, não devem estar associadas a um *status* social de uma pessoa específica, mas sim ao reconhecimento e pertencimento de membros de um determinado grupo social, no qual seus parceiros agem em interação uns com outros. O *modelo de status* na qual defende possibilita que o grupo saia desse lugar de falso reconhecimento, pois seus membros congregam o sentido de uma unicidade por meio de um ideal comum.

Esse modelo de *status* evita muitas das dificuldades apontadas no modelo da identidade. Em primeiro lugar, ao rejeitar a visão de reconhecimento como valorização da identidade de grupo, ele evita essencializar tais identidades. Em segundo lugar, ao focar nos efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades para a interação, ele resiste à tentação de substituir a mudança social pela reengenharia da consciência. Em terceiro lugar, ao enfatizar a igualdade de *status* no sentido da paridade de participação, ele valoriza a interação entre os grupos, em oposição ao separatismo e ao enclausuramento. Em quarto lugar, o *modelo de status* evita reificar a cultura – sem negar a sua importância política. Atentos ao fator de que os padrões institucionalizados de valorização cultural podem ser veículos de subordinação, ele procura desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam (FRASER, 2007, p.109).

Nessa perspectiva, o *modelo de status* de Fraser, possibilita ao grupo se estruturar em função de “um por todos e todos por um”, sem a valorização da identidade como algo essencialista. Para a autora, o *status* necessariamente perpassa por um reconhecimento do indivíduo como fazendo parte de um grupo específico, por um lado, e um sentido identificatório desse indivíduo ao grupo, por outro. É o sentido de pertencimento. Sem essas condições de reconhecimento e identificação do indivíduo ao seu grupo específico no qual luta por seu autorreconhecimento e pelas partes, não é possível constituir o *status* sem que o mesmo esteja congregado ao seu grupo de modo a reivindicar, junto a ele, direitos sociais, políticos ou sexuais em função da sua própria cidadania. A luta não é pelo sentido de manter uma identidade do grupo, mas sim contra as condições sociais, inferiores, em que estão as(os) integrantes do grupo, a luta é, na verdade por justiça, conforme a autora ressalta:

Ao invés de simplesmente endossar ou rejeitar o que é simplório na política da identidade, devíamos nos dar conta de que temos pela frente uma nova tarefa

intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. Ao formular esse projeto, assumo que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento (FRASER, 2006, p. 231).

Assim, o modelo de identidade traz problemas em sua matriz. Para a autora, se entendermos o não reconhecimento como algo danoso à identidade, uma vez que ele prioriza uma estrutura psíquica ao invés de priorizar as instituições sociais e de interação social, nós estamos arriscados a substituir a mudança sócio-histórica por outras formas calcificadas no imaginário social. Fraser enfatiza que, se dermos maior atenção à identidade grupal como objeto de reconhecimento, nós estaríamos agravando os riscos de substituir o modelo identitário pelo modelo do *status*. Ressaltar o modelo identitário, nada mais é do que submeter membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem com o que a cultura definiu como certo ou errado para eles, ou dito de outro modo, é impor uma identidade grupal singular que nega a complexidade da vida dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e de suas afiliações grupais. Por outro lado, o modelo de *status*, possibilita uma superação da subordinação, fazendo com que o indivíduo seja reconhecido como membro integral da sociedade, tornando-o capaz de participar como um igual à coletividade (FRASER, 2007). É o sentido de autonomia, para não cair no engodo da submissão.

Podemos afirmar que os argumentos da filósofa norte-americana estão de acordo com nossas proposições ao ressaltar, que as políticas públicas não são feitas para um indivíduo. Elas são feitas para grupos de atores sociais que estão inseridos dentro de uma coletividade bem maior, mas que não são reconhecidos somente pelas particularidades do grupo, e sim as condições inferiorizadas em que seus membros sofrem por uma sociedade opressora. Para Fraser (2006, p. 232), existe politicamente uma luta por reconhecimento no século XX, que necessariamente está ligado as demandas por reconhecimento das diferenças, por que são elas que alimentam as bandeiras de luta dos movimentos sociais contra as injustiças econômicas, que se radica na estrutura econômico-política da sociedade.

Essa proposição evita, assim, o caráter essencialista das identidades grupais. Se preconizarmos essa possibilidade, estaremos, na verdade, constituindo os atores sociais como parceiros uns dos outros, capazes de participar como iguais com outros membros da coletividade na vida social; poderemos falar, então de um “reconhecimento recíproco e igualdade de *status*”, caso contrário, estaremos falando de “não reconhecimento e subordinação de *status*” (FRASER, 2007, p. 108).

Tanto Henriques Saravia (2006), Tomas Marshall (1967), quanto Nancy Fraser (2007) nos possibilitam refletir o *status* como algo estruturado na sociedade que deve ser um fator de reconhecimento de um grupo com finalidades sociais, políticas e existenciais em comum. Só ao ser reconhecido e identificado enquanto grupo, em qualquer esfera de seu *status* social ou grupal, é que poderemos falar de reivindicação de políticas públicas.

Reivindicar esse lugar de *status*, constituído por uma complexidade, é acreditar em um reconhecimento que abranja a diferença como referencial para inclusão social. Nessa linha de pensamento, os movimentos populares, em um primeiro momento, surgiram como aparatos com suas bandeiras de lutas em diferentes perspectivas políticas pela liberdade e contra as correntes conservadoras constituídas, simbolicamente, na história das sociedades.

Reivindicar o direito à liberdade, dignidade humana, reconhecimento social e cultural aparecem como segundo momento histórico por novas significações em que os direitos vão se tornar bandeiras de luta a partir dos anos 40, após os resquícios da devastação das grandes guerras e das atrocidades do nazismo contra a humanidade. Supostamente, nesse período histórico os valores econômicos começam a somar com valores culturais e individuais para obtenção do reconhecimento de grupos minoritários por reivindicação de direitos.

O ano de 1948 será marcado pela data mais importante de início da luta por reconhecimento de direitos, porque será o ano da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ampliando a possibilidade das lutas sociais no âmbito jurídico dos direitos humanos “como universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados” (TRINDADE, 2012, p. 17). Nesse sentido, corroboro com Luciano Fedozzi ao afirmar que “o surgimento dos movimentos populares urbanos de atitude plural e diversificado decorreu das lutas pela igualdade de acesso ao espaço urbano e aos bens e serviços públicos negados historicamente” (FEDOZZI, 2004, p.213).

As Declarações impulsionaram as lutas coletivas com o objetivo de trazer resultados palpáveis e a instigar tramas para a diminuição das desigualdades sociais respaldadas em condições políticas e jurídicas. Segundo Herrera-Flores (2009):

Os direitos humanos induzem a construir tramas de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que aumentem as potencialidades humanas. Os direitos humanos são resultados de lutas sociais e coletivas que tendem à construção de espaços sociais, econômicos, políticos e jurídicos que permitam o empoderamento de todas e de todos para lutas plurais e diferenciadamente por uma vida digna e de ser vivida (HERRERA-FLORES, 2009, p 108-9).

A história dos direitos humanos se complementa nessas lutas por cidadania, mas ela nos mostra também que os direitos são processos contínuos, porque os indivíduos não nascem com eles e sim os conquistam. De acordo com Herrera-Flores (2009), os direitos humanos são processos institucionais e sociais que possibilitam a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana. É nesse sentido que a luta das(os) ativistas pela defesa dos Direitos Humanos não se esgota como questões políticas, tão pouco nos direitos em si, pois o que se objetiva é a possibilidade de garantir a liberdade e a dignidade humana no sentido de que o direito esteja propenso à plenitude da vida. Ou seja, “o direito não é, consequentemente, uma técnica neutra que funciona por si mesmo. Tão pouco é único instrumento ou meio que pode ser utilizado para a legitimação ou transformações das relações sociais dominantes” (HERRERA-FLORES, 2009, p18).

Desse modo, os movimentos sociais pelos direitos coletivos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no final do século XX intensificaram as lutas pelos direitos à igualdade e pelas especificidades que cada grupo tinha como diferença. Ser diferente não exclui a igualdade, pois é preciso considerar a diferença como complemento da multiplicidade humana. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1997), “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracterizam” (SANTOS, 1997, p. 30). Nessa linha de pensamento, a diferença oferece ferramentas necessárias para o reconhecimento dos indivíduos como *status* de igualdade em uma sociedade plural. É preciso reconhecer a diferença para que a igualdade em direitos possa existir, eliminando a insegurança e a injustiça ocorridas pelas discriminações e violações de direitos promovendo a equidade, como por exemplo, através de ações afirmativas e reparativas que proporcionem qualidade de vida equânime aos grupos periféricos atingidos.

1.1 Um breve caminho à procura por cidadania LGBT no Rio de Janeiro

Em um quadro histórico, podemos trazer a contribuição sobre os anos de 1960, em plena ditadura militar no Brasil, em que começavam a surgir pequenos grupos de gays, lésbicas, travestis e simpatizantes¹² com o objetivo de juntarem forças de articulação em favor da emancipação da homossexualidade. O primeiro objetivo era tentar retirar a homossexualidade do rol das doenças mentais. Esse período corresponde a fase em que

¹²Referentes a heterossexuais e outras identidades sexuais simpatizantes com a causa da emancipação da homossexualidade.

mulheres e homens homossexuais sofriam com a opressão do estado militar e também dos grupos políticos que lutavam contra a ditadura. A meta estava em articular politicamente a emancipação da homossexualidade nos partidos de esquerda sem que pudessem ser vistos pelo crivo do estigma e preconceito (GREEN, 2000; SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Nessa época, ocorria nos Estados Unidos da América a Revolta de *Stonewall*, a qual influenciou a luta pela emancipação da homossexualidade, no Brasil. Essa revolta ocorrida no ano de 1960 num bar chamado *Stonewall In*, em Nova York, proporcionou um divisor de águas em relação a luta mundial pela existência da diferença como direito político LGBT (COLLING, 2011). Ela trouxe para a arena das lutas as vozes das travestis, dos gays e das lésbicas pela reivindicação do direito ao *status* de reconhecimento social.

No Brasil, o grupo SOMOS de São Paulo, nome dado como analogia lúdica ao sentido de “invertidos” conferido aos homossexuais na história, foi a primeira organização a interagir politicamente com outros grupos de homossexuais pela criação de uma união brasileira homossexual. Assim, como o Jornal Lampião da Esquina (1978), com o intuito de conscientizar os homossexuais a se reconhecerem pela a luta de direitos civis.

O Grupo SOMOS de São Paulo, junto com Jornal Lampião da Esquina, do Rio de Janeiro, criaram o primeiro Congresso Nacional Homossexual ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro em 1979, (GREEN & QUINALHA, 2014; SIMÕES & FACCHINI, 2009). Esse evento reuniu vários grupos que lutavam pela liberdade sexual, a retirada da homossexualidade da nomenclatura médica como doença mental e a inserção política de luta por reconhecimento das identidades homossexuais de lésbicas e gays. Sem desmerecer os outros eventos de cunho da “politização homossexual”, considero esse como sendo o primeiro evento que reuniu lideranças das principais cidades do Brasil para a formação do que hoje conhecemos como movimento político LGBT. Os movimentos pela liberdade e emancipação da homossexualidade seguiram durante algum tempo, discutindo sobre homossexualidade e política até o início do surgimento dos primeiros casos de AIDS no Brasil dos anos de 1980.

O apogeu da AIDS, no Brasil, foi a partir de 1985, surtindo efeitos devastadores até o meado dos anos de 1990, diminuindo consideravelmente o número de pessoas que participavam dos movimentos organizados homossexuais. Primeiro, devido à falta de informação sobre a doença, causando pânico social. Segundo, pelo grande índice de mortes de travestis e gays durante a epidemia. Esses mesmos motivos também contribuíram para nova reestruturação do movimento homossexual brasileiro, como expõe James Green (2000a):

Além de aumentar o número de pessoas que se envolveram no movimento, buscando informação e apoio, o crescimento de ONGs voltadas à prevenção do HIV-AIDS aumentou os recursos de infraestrutura do movimento. Grupos aprenderam a pedir verbas tanto os governos estadual e federal, quanto para organizações internacionais. Esses recursos ofereceram a possibilidade de alugar locais que também servem de ponto de reunião dos ativistas gays e lésbicas (GREEN, 2000a, p. 292).

O Grupo Triângulo Rosa, criado em 1985 e extinto em 1988, e o Grupo ATOBÁ - Movimento de Emancipação Homossexual, criado em 1986, foram os primeiros grupos políticos articulados de homossexuais no Rio de Janeiro a discutirem sobre homossexualidade e sua grande contribuição na luta contra a epidemia do HIV/AIDS. Alguns grupos conseguiram reunir ativistas em detrimento da politização da AIDS contra a epidemia e pelo direito a tratamento e prevenção contra a doença. É válido enfatizar que no Rio de Janeiro foi fundado pelo sociólogo Herbert Daniel, ativista e homossexual assumido, a ONG Grupo Pela Vidda (GPV-RJ) em 1989, em apoio à familiares e vítimas da AIDS, o que contribuiu para a quebra de patentes de antirretrovirais como política pública para doação gratuita de prevenção contra a doença.

Na virada dos anos 1990, verificou-se um aumento expressivo nas notificações de casos de AIDS. Nesse período, no campo do ativismo, intensificou-se a participação de outros movimentos sociais, como os de mulheres e profissionais do sexo, e do setor privado, que iniciou atividades em parceria com ONGs (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.132).

Em decorrência da luta contra a epidemia de AIDS e o aumento das violências contra travestis e gays no final dos anos de 1990 no Brasil, houve um levante do movimento homossexual pela luta por reconhecimento da cidadania das pessoas em situação de doença de AIDS, possibilitando a discussão sobre prevenção e visibilidade. Neste mesmo período, começam a surgir os movimentos institucionalizados como Organizações Não-governamentais (ONGs) para o trabalho de prevenção contra a epidemia de AIDS, isso consecutivamente ajudou a institucionalizar os grupos de movimentos LGBT. Movimentos institucionalizados são considerados, nesta pesquisa, como aqueles “convencionais ou institucionalizados que possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada” (COLLING, 2015, p.21).

O aumento considerável de mortes de travestis e gays vítimas em decorrência da AIDS somou-se com o aumento da violência simbólica e física contra as homossexualidades e travestilidades. Esse levante possibilitou um aumento de discussão sobre violência e saúde

por parte dos ativistas com o governo pela criação de novos instrumentos que pudessem diminuir o preconceito e a discriminação. Para o historiador James Green (2000a), o relatório do Departamento de Estado norte-americano sobre os direitos humanos no Brasil, em 1993, também apontou essa violência: “continua a haver registros de assassinatos de homossexuais” (GREEN, 2000a, p. 288); devido a associação da AIDS sendo derivado a homossexualidade estigmatizada como “peste gay”.

No Rio de Janeiro, em 1993, um grupo de amigos se juntam em resposta a luta contra a epidemia de AIDS e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e fundam o Grupo Arco-Íris (GAI) como organização não governamental, sem fins lucrativos, cuja missão se estende na promoção de qualidade de vida, direitos humanos e cidadania LGBT¹³.

Em 1995, foi criada o primeiro grupo do movimento social LGBT em âmbito nacional, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)¹⁴ reunindo mais de 31 grupos fundadores em uma rede nacional de 274 organizações afiliadas, sendo a maior organização do gênero na América Latina.

Isso favoreceu a discussão do Brasil em âmbito internacional sobre o tema da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero com base no reconhecimento da diferença, que foi suscitado pela primeira vez no foro das Nações Unidas, durante a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Pequim, 1995, pela Delegação da Suécia, na qual foi apresentado objeção por delegações islâmicas, impossibilitando a sua adição. O debate sobre a discriminação a orientação sexual somente foi retomada mais tarde na Conferência Mundial contra o Racismo, as Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que aconteceu em 2001 na cidade de Durban, África do Sul, onde o Brasil introduziu mais uma vez o tema, apoiado sobretudo, pelo continente europeu, contudo, não foi incorporado ao texto final da Declaração de Plano e Ação da Conferência (BRASIL, 2004).

Em virtude da não referência sobre preconceito às sexualidades na ONU, em 2007, na Indonésia, um grupo de especialistas em direitos humanos se reuniu na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, para discutir e elaborar um plano preliminar com vistas a impossibilidade da criação de parâmetros instrumentais que dessem subsídios para Organização das Nações Unidas (PRINCÍPIO DE YOGYAKARTA, 2007). O Brasil, na

¹³ Mais informações sobre o GAI consultar <http://www.arco-iris.org.br>

¹⁴ Para maiores informações consulte o site da ABGLT: www.abglt.org.br.

figura da pesquisadora Sônia Onufer Correa¹⁵, estava nesse encontro com objetivo de criar nomenclaturas como respostas contra as mortes de pessoas não cisgêneras e não-heterossexuais que eram desconsideradas pela “grande maioria da população mundial como não sendo sujeitos de direitos humanos, e sim, objeto de discurso dos direitos humanos” (SANTOS, 2014, p. 15).

O objetivo do grupo em Yogyakarta era proporcionar a discussão sobre diversos conhecimentos relevantes sobre as pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, incluindo pesquisas acadêmicas e legislaturas em direitos humanos que pudessem oferecer produção de conhecimento sobre o direito à diversidade sexual e identidade de gênero. Os Princípios de Yogyakarta são instrumentos que oferecem atualmente parâmetros para a construção de políticas públicas universais para a população GLBT¹⁶, reconhecendo as diferenças sexuais sobre a aplicação de Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e a identidade de gênero (PRINCÍPIO DE YOGYAKARTA, 2007). Apesar dos Princípios de Yogyakarta oferecerem parâmetros importantes para o entendimento sobre direitos a diversidade sexual e identidade de gênero, esses ainda não podem ser considerados como padrões ideais de conduta, devido a consideração da existência contínua de novas identidades e orientações sexuais não estarem incluídas como direitos, merecendo atualizações.

No Brasil, a partir de 2001, após consulta pública, pela primeira vez, foi incluído na segunda versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2002) quinze medidas de ações a serem adotadas pelo Governo Federal para o combate à discriminação por orientação sexual. Uma dessas ações foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e a Comissão Temática Permanente, em 2003, iniciando a primeira vez no Brasil um trabalho para receber denúncias de violação de direitos humanos com base na orientação sexual.

Em 2004, surge o Programa Federal “Brasil Sem Homofobia” (PBSH), um programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, cuja cartilha criada homenageia a primeira travesti brasileira, Janaína Dutra¹⁷, a

¹⁵ Pesquisadora Associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e Co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política.

¹⁶GLBT era a sigla designada para representar Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais até 2008, quando pautada pela Liga Brasileira de Lésbicas na I Conferência Nacional dos Direitos da População GLBT, solicitando a inclusão da letra “L” na frente das outras letras com objetivo político para a visibilidade da mulher lésbica, devido elas estarem mais vulneráveis na sociedade. Estarei usando a sigla “GLBT” para demarcar o momento histórico anterior a I Conferência Nacional de políticas GLBT e a sigla GLBT após a ela.

¹⁷Janaína Dutra foi advogada, militante, fundadora e presidente da Associação de Travesti do Ceará.

receber o título da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse seria o primeiro movimento considerado pelo Estado brasileiro de reconhecimento à cidadania de uma travesti (BRASIL, 2004).

Na sequência, em 2008, o governo, por meio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu início as Pré-conferências Regionais e as Conferências Estaduais e Nacional com objetivo de propor a discussão de criação das políticas públicas para a população LGBT para o reconhecimento do direito a igualdade dessas atrizes e atores sociais com objetivo de constituir mudanças institucionais, sócio-histórica, significantes para a sociedade brasileira (BRASIL, 2009). O programa Brasil Sem Homofobia, do governo federal, tem como objetivo atuar contra as violências e violações de direitos às pessoas LGBT, formulando e propondo diretrizes para a chamada das ações estatais com objetivo de investir nas conferências de políticas públicas LGBT (BRASIL, 2009).

O PBSH se relaciona a um contingente de ações voltadas para a luta contra a LGBTfobia, no Brasil. A partir desse programa, vários projetos foram incentivados na luta contra essa violência que mais matava e mata LGBT's no mundo. Apesar dos avanços obtidos de trabalhos desenvolvidos em todo o território brasileiro contra a LGBTfobia, o país ainda pode ser considerado a nação que mais viola e mata travestis e transexuais em todos os continentes. Em seu plano de ação (Brasil, 2009), a expectativa estava em integrar os ministérios governamentais, estados e municípios em conjunto com os movimentos sociais na elaboração de políticas públicas LGBT. Havia um cuidado com seus projetos que suas atividades incorporassem, contundentemente, a curto prazo mudanças estruturais na educação, segurança, saúde, assistência social na ótica e ações dos direitos humanos.

Em âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em 2008, o projeto investiu nas pré-conferências regionais e na I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro (I CEPPGLBT-RJ), fruto de uma intensa mobilização de enfrentamento à homofobia, em que a sociedade civil e o poder público contribuíram na elaboração do primeiro programa estratégico de combate à violência e as violações de direitos para o Estado do Rio de Janeiro. Iniciava-se a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia (PRSH), conforme o modelo nacional como um projeto voltado as especificações da população LGBT do Rio de Janeiro. Algumas dessas propostas elaboradas na conferência estadual do Rio de Janeiro foram implementadas anos mais tarde, por meio do PRSH, objetivando erradicar a violência contra, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais para tornar visível a existência da diversidade sexual.

As conferências se tornaram espaços de interação e decisões que envolvem discussões importantes na criação de informações necessárias para a sociedade. Elas proporcionaram também a contribuição mútua de seus participantes no processo decisório, que pode vir a tornar reais ferramentas analíticas necessárias na configuração das políticas públicas e sociais. Segundo Claudia Feres Faria (FARIA et al, 2012), ao escrever sobre a importância das conferências, defende que esses espaços são locais coletivos e democráticos, onde envolvem decisões importantes para o futuro do País. Segundo Faria (2012), as conferências podem ser convocadas por lei, decreto, portaria ministerial, interministerial ou resolução. Geralmente, elas são conferidas por órgãos responsáveis, os quais destinam a realização de comissões organizadoras para criação do cronograma e regulamentos que envolverão participantes de instâncias regionais, municipais, estaduais, e nacionais para eleição de representantes como delegadas e delegados, cuja contribuição fomentará representações sociais e diálogos para uma determinada política pública. Primeiro, serão organizadas as pré-conferências regionais ou municipais com a finalidade de reunir o maior número de representantes locais para a conferência estadual e, consecutivamente, nacional.

As conferências aparecem como instrumentos possíveis de articulação entre sociedade e Estado, cujas propostas, possivelmente, se configuram como instrumentos importantes de voz nas políticas públicas, edificando a realidade histórica e simbólica da população. Para Azevedo (2004),

As políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que tem curso. Constroem-se, pois, a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria. Segundo esta ótica, as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significação que é próprio de uma determinada realidade social (AZEVEDO, 2004, p. 14).

As conferências são dispositivos democráticos de espaço participativo, cujas demandas populares são evocadas na possibilidade de serem constituídas em futuras políticas públicas para dar conta das ações onde o Estado não alcança. Portanto, a dinâmica em que as conferências ocorrem sob um sistema articulado, as pré-conferências regionais e estaduais, tem objetivo de trazer para o âmbito nacional faltas locais de âmbito coletivo. Segundo o site do Governo Federal¹⁸, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) consagrou o princípio da participação social como forma de afirmação da democracia. Entre 1941 e 2013 houve 138

¹⁸ Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/participacao-social/conferencias>. Acesso em 12 mai. 2017.

conferências, sendo 97 delas ocorridas entre 2003 a 2013, abrangendo mais de 43 setores municipais, regionais, estaduais e nacional, tanto nos temas nacionais como nos locais, proporcionando ao cidadão oportunidade de propor soluções para os problemas da sua cidade, Estado e do País.

As conferências estaduais de políticas públicas LGBT do Rio de Janeiro iniciaram a partir das chamadas públicas para as pré-conferências, que aconteceram entre os meses de março e abril de 2008, nas regiões geopolíticas do Estado, tendo como participação 1.220 pessoas com objetivo de discutir cidadania e políticas públicas para a população LGBT (BRASIL, 2009). Essas pré-conferências foram representadas por 79 municípios, conforme pode ser visto no Anexo 1.

Nesse diapasão, as primeiras conferências de direitos LGBT ocorreram de forma a construir subsídios para a criação de políticas públicas, mediando as necessidades da população LGBT. Diante disso, em 16 de maio de 2008, no Teatro Odylo Costa Filho da Universidade Estadual do Rio de Janeiro acontecia a abertura da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT do Rio de Janeiro com o tema: “O Caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Unindo esforços, ampliando horizontes”¹⁹. Esse evento seria o mais esperado, aproximadamente, trinta anos de luta pelo reconhecimento da cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

1.2 Vivências e coerências nos espaços decisórios para o reconhecimento da cidadania LGBT

No ambiente da conferência estadual, pude presenciar a importância da territorialidade, evidenciando a especificidade do público envolvente como pode ser visto na figuração de uma obra de arte identificada como “a guardiã Vitória”, no anexo 2. Segundo seu idealizador, Almir França²⁰, Vitória foi uma obra/instalação inspirada na obra histórica de Hélio Oiticica, Parangolé, que tinha interferência de participação do público em que todas(os) podiam “pintar” e “bordar” em relação à cidadania. Ela estava no rol de entrada em homenagem à luta do movimento social LGBT, guardando a primeira exposição de fotografias da história do movimento organizado LGBT do Rio de Janeiro. O intuito era retratar a versatilidade e criatividade do público LGBT pelo vestido colorido bordado com

¹⁹ Pelo decreto de 28 de novembro de 2007 da Presidência da República do então governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

²⁰ Confeccionada e idealizada pelo ativista, militante gays e estilista, Almir França.

diversas flores e uma grande cauda feita com a bandeira do arco-íris, que também recepcionava as anfitriãs e anfitriões da festa para o grande lançamento do primeiro vídeo da I Parada do Orgulho GLBT²¹, do Rio de Janeiro, ocorrido em 2007²². Vitória portaria em sua cauda de arco-íris recados e dizeres escrito à caneta pelos ativistas, militantes e conferencistas do evento com frases esperançosas por um futuro melhor às pessoas LGBTs. Esses recados seriam para edificar desejos por dias melhores e prósperos na luta por direitos e suas ramificações ao encontro de reconhecimento da cidadania LGBT.

Durante o início da conferência estadual, todo o ambiente propiciava descontração, sob o glamour das travestis e transexuais com seus vestidos coloridos, fazendo daquele evento uma grande festa esperada por décadas na luta por reconhecimento.

Além de cada representante dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, havia também o grupo de profissionais composto por uma Câmara Técnica, o qual contribuiu na elaboração de propostas e na construção do caderno final de propostas da conferência (RIO DE JANEIRO, 2008). O objetivo principal da Câmara Técnica era dar subsídios técnicos para avaliar as estratégias de implantação de políticas públicas que mais adiante seriam implementadas, por intermédio do PRSH, pelo governo do Estado. Segundo afirmação do cientista social Sergio Carrara et al (2017),

O trabalho da Câmara Técnica, realizado durante esse conjunto de encontros, resultou na elaboração de um relatório que, por sua vez, serviu de base para o “caderno de propostas” – contendo “metas”, “eixos”, “diretrizes” e “propostas de ação” – utilizado para orientar e alimentar as discussões realizadas durante o processo das conferências GLBT realizadas no Estado do Rio de Janeiro em 2008 (CARRARA et al, 2017, p.30).

As reuniões da Câmara Técnica iniciaram em 28 de junho de 2007, dia mundial do Orgulho Gay²³, no prédio anexo do Palácio Guanabara, no bairro de Laranjeiras, sob a coordenação do superintendente Cláudio Nascimento, e concentrava representantes de ONGs LGBT de vários municípios do Rio de Janeiro; Secretarias de Estado; representantes de Conselhos Regionais de Psicologia e Serviço Social; Ordem dos Advogados do Brasil; e ativistas do movimento social. Esse seria “o primeiro [serviço técnico] do gênero a ser

²¹Nesse período histórico, a sigla com o G de Gay estava como referência primeira.

²²Essa primeira parada é considerada a mais importante pelo movimento político GLBT do Rio de Janeiro, porque marcou o início de articulação estratégica-política em prol dos direitos e do reconhecimento da cidadania. Com essa parada, o movimento GLBT iniciou seu planejamento estratégico de luta contra a homofobia, promoção da cidadania e visibilidade das referências GLBT. Todas as outras paradas GLBT depois dessa foram reproduzidas igualmente, conforme sua matriz de atuação estratégica, pois a parada da Capital (Rio) é estrategicamente realizada, conforme outras que ocorrem durante todo ano em bairros, favelas e municípios do Rio de Janeiro. Mais adiante discutirei mais sobre a estratégia geopolítica das paradas GLBT, no Rio de Janeiro.

²³Mais adiante na história seria mudado para o Dia Mundial do Orgulho GLBT.

implantado por um estado brasileiro” (CARRARA et al, 2017, p. 29). Talvez, essa seria a primeira vez no Rio de Janeiro, que o Estado se sentava para dialogar de igual para igual, demandas da população LGBT fora da discussão sobre a AIDS e associada à vulnerabilidade desta população.

A I conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro (I CEPPGLBT-RJ) foi realizada pela coordenação da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro por meio da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos com a participação dos órgãos públicos municipais, ONGs locais, sociedade civil, colaboradores, ativistas, instituições de ensino público e administrada pela Comissão Organizadora Estadual - COE (RIO DE JANEIRO, 2008). Segundo as observações de Carrara:

De acordo com o relatório produzido pela SUPERDIR, as conferências regionais, que elegeram os delegados para a etapa estadual, reuniram aproximadamente 100 participantes cada uma, com exceção da conferência da capital, que contou com a participação de cerca de 400 pessoas. Já a conferência estadual mobilizou 341 delegados, 263 da “sociedade civil” e 78 do “poder público”, inscritos conforme a sua inserção institucional, e mais 351 participantes registrados nas categorias “observadores” ou “convidados” (CARRARA et al, 2017, p. 30).

Conforme, o texto-base da I CEPPGLBT-RJ (BRASIL, 2009), foram eleitas (os) um número significativo de delegadas (os) do Rio de Janeiro objetivadas (os) a seguirem com suas propostas elaboradas para a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas GLBT (I CNPPGLBT), no período de 06 a 08 de junho de 2008, em Brasília.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) não só colaborou abrindo o espaço para o evento, como também selou sua parceria por meio do documento assinado pelo reitor, Ricardo Vieiralves, designado “Carta Compromisso da UERJ por um Rio Sem homofobia” (anexo 3). Nessa carta, foram contidas sete ações de mobilização de enfrentamento da homofobia, promoção da cidadania GLBT e do diálogo produtivo entre sociedade civil e poder público, assumindo compromisso no combate à discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero no Estado. Todavia, poderíamos considerar esse documento como gênese da idealização das ações do PRSH, que desenvolveria diretrizes logo mais adiante na I CEPPGLBT-RJ.

Em anotações sobre os acontecimentos da I CEPPGLBT-RJ, descrevo que no primeiro dia foram realizados lançamentos, festas, exposições e shows, e na manhã seguinte, ao abrir os portões às 8 horas, participantes se encontravam nas filas para o cadastramento e

recebimento das bolsas, nas quais continham vários documentos dentre eles: a programação do evento, jornais de prevenção “Jornal O Sexo²⁴”, preservativos masculino e feminino, lubrificantes e panfletos diversos sobre diversidade sexual e prevenção contra o ISTs e HIV/AIDS. Ao receberem as bolsas e escolherem os temas do grupo de trabalho, os quais gostariam de estar inseridas (os), dirigiam-se para as escadas ou elevadores em direção às salas temáticas dos debates. Em alguns olhares se podia perceber a admiração, talvez, devido à grandiosidade do local ou por algumas(ns) estarem participando, pela primeira vez, de um evento governamental, onde as e os LGBTs eram protagonistas.

Em um andar inteiro da UERJ, muitas salas foram divididas em grupos de trabalhos para criação do regimento da conferência. Logo adiante, se daria início às discussões para a criação das propostas. Os espaços de debates serviam como verdadeiras arenas de interação compondo indivíduos de diferentes classes sociais, raça/etnias, orientação sexual, identidades e expressões de gênero. Esses, compunham o leque da diversidade que vinham de várias partes do Estado do Rio de Janeiro, inclusive, em sua maioria, do interior e Baixada Fluminense.

Um fato interessante foi a discussão sobre a equidade de gênero que constava como requisito obrigatório, cota de 50% para as mulheres em cada grupo de trabalho e na eleição para delegadas como representantes no regimento da I Conferência Nacional de Políticas Públicas GLBT²⁵, o que refletiu para as outras conferências regionais e estaduais. De alguma forma, isso trouxe controvérsias entre as lésbicas, devido as travestis e mulheres transexuais estarem incluídas nas cotas femininas. Talvez, pudéssemos pensar que esse desentendimento ocorreu por falta de compreensão sobre a representação das questões de gênero naquele momento histórico, pois da mesma forma foi percebido por Aguião (2014),

Após a leitura do Regimento, notei um pequeno alvoroço entre algumas mulheres, integrantes de movimentos de lésbicas, perto de mim. Me aproximei para perguntar o que estava acontecendo e escutei uma dizer para outra: “precisamos ficar atentas, senão elas vão pegar o nosso lugar”. E o “elas” aqui se referia principalmente a travestis e mulheres transexuais. Fiquei sabendo depois, que estas poderiam ocupar as cotas de “identidade de gênero feminina”, diminuindo as vagas para mulheres lésbicas (AGUIÃO, 2014, p. 28).

É interessante refletir sobre esse processo das escolhas diante das expressões de gênero, pois essa discussão irá proporcionar novos debates sobre reconhecimento das

²⁴O Jornal “O Sexo” foi um meio de comunicação impresso nos anos 2000, com assuntos tais como: noite GLBT; recados românticos; saúde pública; e prevenção, etc.

²⁵ A letra “G” estará na frente respeitando o título do evento conforme a cronologia histórica.

identidades de gênero de travestis e transexuais nas futuras políticas públicas específicas de reconhecimento social.

Muitos grupos de trabalhos foram constituídos politicamente com objetivo de construir propostas voltadas a especificidades das diferenças constituídas pela categoria de cada letra L, G, B e T. Os relatos nos grupos eram de pessoas que sofreram algum tipo de violação de direitos pelas instituições totais²⁶. O discurso advindo dessas instituições eram sempre os mesmos de que os gays, as lésbicas, as travestis e as (os) transexuais eram pessoas comuns tais como as (os) heterossexuais. Isso de alguma forma enfatizava a crença de que os direitos exigidos pela população LGBT soavam como sendo privilégios.

O árduo caminho por cidadania aparecia nos discursos das pessoas, como lugar de fala, como reivindicação do desrespeito com as identidades de gênero ou com a orientação sexual, que não eram reconhecidas nas redes de saúde pública do Estado. Exemplos: nome social das travestis e transexuais e, no caso, das lésbicas com os exames médicos ginecológicos eram negados por considerar que elas não tinham práticas sexuais com pessoas do sexo oposto. Essas violências e violações foram historicamente compostas por um sistema homofóbico²⁷, que não aceita a orientação sexual e identidade de gênero como condição primordial e diferencial para o reconhecimento da diferença.

A todo instante, os discursos se pautavam por meio do reconhecimento como ponto enfático para os avanços que envolviam a permanência da diferença como ponto essencial para alcançar a cidadania tão almejada pelo movimento social LGBT.

A articulação política entre movimento social, órgãos públicos e ONGs locais se deram na possibilidade de criar estratégias e vínculos com o Estado para legitimar o reconhecimento da diferença como fonte primordial para as políticas públicas.

Nessa perspectiva, em consideração aos valores simbólicos do movimento social LGBT pode ser testemunhado, durante o encerramento da conferência estadual, a fala significativa e emocionada de Julio Moreira, ativista do Grupo Arco-Íris de emancipação da homossexualidade:

Hoje é um dia de vitória por estarmos muitos anos lutando por isso. Oferecemos este momento de vitória aos companheiros gays, lésbicas, bissexuais e travestis que lutaram para que este dia pudesse existir. Desejamos este dia vitorioso aquelas e

²⁶Família, igreja, escola, hospitais, clubes esportivos, comércios, etc.

²⁷O termo é referência ao conjunto de ideias que articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com finalidade normativa de promover o ideal heterossexual. Sobre a questão da homofobia na contemporaneidade, sugiro a leitura de Borrillo (2010).

aqueles que não puderam estar hoje aqui conosco, porque morreram por causa desta sociedade homofóbica²⁸.

Essa fala de Moreira, considero como sendo histórica pela condição expressa da necessidade de diálogo entre a militância e o Estado, na possibilidade da criação de políticas públicas, na cidade do Rio de Janeiro, onde pudesse contemplar a visibilidade e a cidadania das pessoas LGBT, visto que se configura como um grito guardado por anos de violação de direitos e não reconhecimento da cidadania. Ele corrobora com a necessidade reivindicatória do movimento social expressa “na primeira marcha pela cidadania homossexual em 1997, em Copacabana, por direitos e reconhecimento da cidadania da orientação sexual e identidades de gênero” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.150).

Sobremaneira, as conferências se mostraram não só como espaço para elaboração de propostas para criação de políticas públicas, mas também como um espaço interativo de trocas de experiências, protagonismos, vivências e construções representativas das diferenças humanas, proporcionando novos saberes configurados em documentos, panfletos, fotos, vídeos para o reconhecimento histórico da luta do movimento social LGBT.

É preciso estar atento as estratégias, negociações, criatividade e mobilizações, nesses espaços, com o objetivo de acolher as necessidades coletivas, nos grupos de trabalhos, que desenvolverão criativamente os materiais necessários para a inclusão dos assuntos alçados para compor os projetos e agendas políticas. Cada nova conferência estará em um contexto diferenciado, cujas propostas poderão aparecer repetidas, ampliadas ou atualizadas conforme a necessidade dos partícipes.

Sendo assim, a participação, a representação e a deliberação são processos necessários para que a escuta apurada das necessidades humanas alcance resultados inclusivos e justos, como fontes primordiais na elaboração e implementação das ideias precisas em torno da criação das políticas públicas desenvolvidas.

As conferências constituem espaços de participação e de deliberação que requerem esforços diferenciados, tanto de mobilização social, quanto de construção da representação social e do diálogo em torno da definição de uma determinada política pública. Essa diferenciação de formas de ação – participação, representação e deliberação – presentes na dinâmica de uma conferência, bem como a tentativa de integrá-las, coloca desafios não só analíticos como práticos (FARIA, 2012, p. 250).

²⁸Comunicação pessoal do ativista Julio Moreira durante a I CEPPGLBT-RJ, realizado em 2008.

As conferências regionais, estaduais e federal de direitos LGBT são espaços conquistados para levantamento das necessidades dessa população. Nesses espaços, muitas propostas foram construídas com intuito de incluí-las como instrumentos de transformação social mediante às violações contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O número de propostas criadas difere com o real e a premente necessidade da população LGBT. Por isso, nesta dissertação, descrevo as propostas que foram elencadas como as mais importantes por serem consideradas de maior urgência para a constituição das futuras políticas públicas implementadas ou que poderiam ser implementadas pelo PRSH, devido a real necessidade que reflete no Estado do Rio de Janeiro.

Na I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro, 2008, foram elaboradas 392 propostas reunidas em níveis Regional, Estadual e Federal, pelas(os) participantes dos movimentos sociais LGBT e a Câmara Técnica²⁹ representado por 13 órgãos do Governo Estadual do Rio de Janeiro³⁰; 13 representantes de Organizações Não-governamentais LGBT (Ongs)³¹ e 6 representantes de instituições convidadas³². É importante ressaltar que a maioria das instituições envolvidas que estiveram presentes tinham envolvimento social com a causa LGBT e eram também em sua maioria gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais. As propostas dessa conferência foram construídas por meio de 141 propostas em âmbito regional por meio das pré-conferências municipais, 163 em nível estadual e 88 federal³³ (Rio de Janeiro, 2008).

A II Conferência de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro – “Por um Brasil e um Rio livre da Pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais” – ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2011 nos Centros de Convenções da Bolsa de Valores e da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. A conferência atendeu ao decreto de 18 de maio de 2011 da Presidência da República, que confere ao Decreto Nº 43.126 de 10 de agosto de 2011. As 250 propostas elaboradas por meio das (os) 330 delegadas (os), se constituíram em 119 propostas para

²⁹SEAS.DH; CASA CIVIL; SEGOV; SEPLAG; SESEG; SESDEC; SEDUC; SEA; SETRAB; SEC; SETE; DPGE-RJ; ALERJ; GAI; ASTRA-RIO; CEDOICOM-RJ; Grupo Felipa de Souza; Grupo Conexão G; Grupo Cabo Free; Associação Cultural Embaixada das Caricatas do Rio de Janeiro; Movimento D’ELLAS; GDN; Grupo Sete Cores; Grupo 28 de julho; MDS; Grupo PROCURO-RJ; OAB-RJ; CRP-RJ; CRESS-RJ; GPV-RJ; ABIA-RJ; Central de Movimentos Populares RJ.

³⁰SEAS.DH; CASA CIVIL; SEGOV; SEPLAG; SESEG; SESDEC; SEDUC; SEA; SETRAB; SEC; SETE; DPGE-RJ; ALERJ.

³¹GAI; ASTRA-RIO; CEDOICOM-RJ; Grupo Felipa de Souza; Grupo Conexão G; Grupo Cabo Free; Associação Cultural Embaixada das Caricatas do Rio de Janeiro; Movimento D’ELLAS; GDN; Grupo Sete Cores; Grupo 28 de julho; MDS; Grupo PROCURO-RJ.

³²OAB-RJ; CRP-RJ; CRESS-RJ; GPV-RJ; ABIA-RJ; Central de Movimentos Populares RJ.

³³Neste trabalho não serão analisadas as propostas em nível regional e federal.

âmbito estadual e 88 para federal, somando-se 207 propostas criadas. Nessa conferência, a comissão organizadora estadual foi composta por 15 representantes do Poder Público (composto por Secretarias de Governo e Defensoria Pública Geral do Estado) e 14 representantes da Sociedade Civil (Associações, Centrais de Movimentos Sociais e ONGs) (Rio de Janeiro, 2011b).

A III Conferência de Políticas Públicas LGBT – “Por um Rio que enfrente a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” – ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de março de 2016 na Sedes da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de 340 delegadas (os), a conferência foi oriunda das nove Pré-conferências regionais que aconteceram entre novembro e dezembro de 2015, que avaliaram as propostas da II CEPPLGBT-RJ (Rio de Janeiro, 2016b). Nessa conferência, a comissão organizadora estadual foi composta por 18 representantes do Poder Público (composto por Secretarias de Governo e Defensoria Pública Geral do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil RJ, Núcleo de Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria e Promotoria Geral do Estado do RJ) e 28 representantes da Sociedade Civil (Associações, Conselho Regional de Psicologia do RJ, Centrais de Movimentos Sociais e ONGs) (Rio de Janeiro, 2016b). Ressalto que até o final da pesquisa desta dissertação, não foi possível fazer a análise do caderno de propostas da III CEPPLGBT-RJ, por não ter sido publicado. Foi possível apenas coletar informações por meio de uma cópia dada às(aos) delegadas(os) que continham o regimento interno da conferência e as propostas elaboradas pela II CEPPLGBT-RJ como parâmetro para criação e ampliação das propostas que seriam elaboradas nessa III conferência.

No próximo capítulo, analisarei as propostas implementadas que se concretizaram e aquelas que poderiam ser concretizadas como políticas públicas, conforme a necessidade da população LGBT, por via dos documentos e relatórios que salientaram o caminho percorrido historicamente pelo PRSH. Vou elencar também, seus resultados positivos e negativos, para o alcance do reconhecimento da cidadania LGBT no que concerne seu desenvolvimento sócio-histórico-político durante o período de 2011 a 2015.

CAPÍTULO II

LUTANDO A GENTE SE ENTENDE: AS VOZES DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E “SIMPATIZANTES”

As vozes de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Rio de Janeiro se inter-relacionam com as histórias experienciais e vivenciais de ativismos e militâncias na luta pelo reconhecimento da cidadania, desde os tempos remotos, quando se realizavam pequenos protestos de rua. O que juntou as letras L, G, B e T. ao decorrer do tempo foi o medo da dor, da impossibilidade de viver, da perda e da morte: a injúria. Já nascemos sob o peso forte da injúria, por isso defendo que nós, LGBTs, já somos ativistas em potenciais; nossos corpos já são políticos. Estar entre nós, possibilitam-nos assegurar nossos modos de ser tão aviltados pelo sistema da heteronorma. Nossos letramentos existem e devem ser mantidos como potenciais de existências contra as imposições que a injúria nos impõem estar. Quanto a isso, o sociólogo Didier Eribon afirma que:

A força da injúria e do estigma é tal que conduz o indivíduo a fazer tudo para não ser considerado um dos membros daquele ‘conjunto’ designado e constituído pela injúria. E compreendemos que, por conseguinte, só a aceitação de si como membro do ‘coletivo’ visado e a solidariedade mínima como gay com os outros gays (e com as lésbicas [travestis e transexuais]) pode servir de ponto de apoio a uma resistência eficaz à injúria e ao processo de estigma dos homossexuais [LGBT] na sociedade (ERIBON, 2008, p.95).

Nas palavras de Eribon, podemos perceber que também os que nos coletivou foi a alegria, a amizade e a esperança em acreditar que dias melhores poderiam vir. Muitas vezes, testemunhei choros e alegrias nos corredores e nas salas dos grupos de trabalho, durante as conferências, quando fui responsável por administrar algumas salas de discussão. As gírias, os gestos e os olhares de nossos letramentos estavam vivos na interação entre nós. Trata-se de nos produzir e reproduzir nossos *status* para fortalecimento das demarcações próprias de representações, significações e pertencimento por meio de nossos gestos e produções “como sujeitos do discurso ao recusar ser apenas os objetos do discurso do outro” (ERIBON, 2008, p.97).

As conferências regionais e estaduais LGBT, desde 2008, têm sido uns dos eventos mais populares na discussão das políticas sexuais, depois do I Congresso Nacional Homossexual ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1979. As

conferências conseguiram reunir o maior número de LGBTs de várias localidades, inclusive do interior do Rio de Janeiro, em prol da luta por cidadania LGBT. Além disso, elas trouxeram significações importantes pelo número expressivo de pessoas LGBTs e não-LGBTs “simpatizantes”, que circulam por todo o ambiente com objetivos de construir juntos propostas para mudar a realidade das pessoas LGBTs. Ademais, proporcionam uma maior atuação sobre apropriação política para o comprometimento com a cidadania.

Os “simpatizantes” aqui são todas as pessoas não-LGBTs que representaram as Secretarias de Governo nos grupos de trabalho, com intuito de colaborar com suas *expertises* na criação de propostas. A própria Câmara Técnica, na I CEPPGLBT-RJ, foi um exemplo da interação entre LGBTs e não-LGBTs na luta contra a homofobia. Considero que essas pessoas possam ter simpatia em relação à causa LGBT; pois, nesse sentido, defendo este sentimento como sendo primordial para compreender as necessidades das pessoas que sofrem por violações de direitos e por estarem em um lugar de inferioridade ou privações dos seus desejos. É importante também destacarmos que nesse espaço havia “simpatizantes” que não eram simpáticos à causa LGBT, mas foram intimados a estarem lá exercendo suas funções governamentais. Um bom exemplo, foi um dos secretários que me interpelou, já que não havia uma travesti no grupo de trabalho em que eu estava, do porquê estar defendendo a criação de propostas para a população de travestis para a rede de saúde, se eu não era uma travesti. A partir dessa inquietação, problematizo a participação dessas pessoas não simpáticas à causa e que são impelidas de estarem nos eventos LGBTs, uma vez que elas contribuirão com decisões primordiais para a mudança delas.

A colaboração de pessoas “simpatizantes”, não-LGBTs, sempre foi comum na luta pelos direitos da população LGBT. Até o meado dos anos de 1990, ainda era possível escutarmos a palavra “simpatizante” nos ambientes sociais, considerando àquelas e aqueles não-homossexuais que se somavam à luta contra as fobias que aumentavam a cada dia contra lésbicas, travestis, gays, “bichas” e “sapatões”. Nessa época, ainda não havia compreensão massiva sobre configurações das orientações sexuais e das identidades de gêneros, já que essas não eram consideradas como algo pertencente à condição humana. A homossexualidade, por exemplo, estava atrelada a uma sexualidade considerada excêntrica pelo seu modo de viver contrário à heteronorma. “Ser gay, não dizia a respeito de uma preferência ou orientação sexual determinada, mas equivaleria, antes, a um modo de vida eroticamente subversivo” (SIMÕES, 2009, p. 45).

Na relação do comprometimento por parte do Estado, até o ano 2008, não havia políticas públicas que possibilitassem trazer a discussão sobre as orientações sexuais e

identidades de gêneros como ações afirmativas e como direito à livre sexualidade em âmbito nacional. Isso, de alguma forma, fazia com que os referenciais de diferenças fossem outros, que os preconceitos pudessem estar muito mais ao nível do grau de feminilidade ou masculinidade demonstrado nos corpos.

As bichas, as sapatões e as travestis eram as mais vulneráveis do que àquelas e aqueles que se consideravam lésbicas nos padrões femininos e gays nos padrões masculinos. Até mesmo as palavras gay e lésbicas vieram americanizadas no sentido de se apropriar das expressões regionais que identificavam as(os) homossexuais, no Brasil (CARRARA et al, 2016). Esses referenciais naturalizados dentro das comunidades LGBT apareciam entre as(os) participantes, quando queriam se referir ao gay menos efeminado ou a lésbica menos masculinizada. Outro referencial de diferença que também surgia eram as denominações dadas aos gays que moravam nas periferias do Rio de Janeiro. Era notório ver alguns grupos que se diferenciavam, considerando “os gays *Barbies*”³⁴, da zona sul, “das bichas pão com ovo”, “cafuçu”³⁵, “dundu”³⁶, da zona norte. Essas confluências contraditórias, já que todas (os) estavam no mesmo “barco” das opressões, eram possíveis de assistir no mesmo ambiente de luta por direitos. O fato é que mesmo ocorrendo todas essas divergências, as conferências estavam acontecendo e proporcionando mudanças consideráveis na vida delas.

Outras contribuições importantes sobre a interação eram os debates temáticos e apresentações artísticas – exposições, cantos e algumas encenações – que traziam reflexões sobre as questões que envolviam o dia a dia das pessoas que sofriam com preconceitos e discriminação. Uma das encenações mais esperadas por todas(os), desde a I CEPPGLBT-RJ, era da militante Rosângela Castro³⁷; mulher negra e lésbica assumida, que trazia sua teatral personagem cômica e épica “Senhora do Passado”. A representação da “Senhora do passado” oferecia um estado de ânimo por parte da encenação de história das sapatões, por meio de uma linha do tempo na qual caracterizava os objetos usados por elas para seduzir suas parceiras. A ativista Rosangela Castro fazia questão de deixar em memória a representação simbólica, através dos signos lésbicos, das mulheres que se consideram sapatões masculinizadas assumidas. O objetivo da personagem de Castro era proporcionar discussão sobre os preconceitos e as discriminações que atingiam as mulheres, muito mais as mulheres

³⁴Referência à boneca Barbie dos anos 90, com características europeias: loira, olhos azuis, rica, bonita e corpo perfeito.

³⁵Referência pejorativa dada às “bichas” feias.

³⁶Referência pejorativa dada às “bichas” negras.

³⁷Militante negra, “sapatão” e feminista do Grupo Criolas, que contribuiu com a construção e elaboração das três conferências LGBT, do Rio de Janeiro.

negras, sapatões assumidas e periféricas; como a própria personagem dizia: “não é mole ser feminista, negra e sapatão neste país” (bordão da personagem “Senhora do Passado”).

Foi por meio desse espaço, das conferências, que as relações de poder interagiam sobre as decisões políticas entre todas(os), instigando o pensar sobre as vulnerabilidades, acertos e erros em relação às denominações estigmatizadas da sociedade. A disputa política por visibilidade pode ser testemunhada na I CEPGLBT-RJ, em 2008, pela inclusão no regimento das travestis e mulheres transexuais fazendo parte das cotas femininas na disputa para delegadas. Na II CEPGLBT-RJ, a exigência enfática e política por mais visibilidade das travestis e as transexuais, exigia mais ações contundentes, por parte do Estado, para diminuição das vulnerabilidades que afetam diretamente a população trans. Finalmente, na III CEPGLBT-RJ, os homens transexuais ao se colocarem como protagonistas, pela primeira vez, na luta por visibilidade política e existencial.

Em síntese, estar presente com o corpo e a alma nessas ágoras de disputa e luta por políticas públicas, passou a ser condição obrigatória na luta por diminuição dos estigmas em que a sociedade havia construído em relação às multiplicidades de identidades compostas pela comunidade LGBT. Em consideração a esse episódio, corroboro com as afirmações da psicóloga Tatiana Lionço, no prefácio do livro de Jaqueline Gomes de Jesus “Homofobia: identificar e prevenir”:

O protagonismo de novos sujeitos de direitos nos últimos anos, como é o caso de recente articulação política de homens transexuais, deu origem também a novos discursos sobre gênero e sexualidade, bem como evidencia a tendência à organização política de pessoas que sofrem de marginalização, exclusão social e estigmatização em função da vivência da sexualidade e da expressão do gênero, sendo que essas novas vozes passam a concorrer com narrativas científicas que se deixam a cada vez mais revelar como arbitrárias, distantes dos sentidos que as próprias pessoas constroem sobre suas condições de vida (JESUS, 2015, p. 17).

A partir dessas observações de Lionço, faço outros questionamentos: como pensar instrumentos governamentais que possam dar conta das mortes causadas por ódio aos LGBTs? Como criar leis ou políticas públicas para educar as pessoas a respeitarem as diferenças? Como diminuir as vulnerabilidades que matam a cada dia? Esses são questionamentos contundentes que muitos estudiosos das sexualidades se debruçam ao pensar sobre esses fenômenos sociais que crescem diariamente no Brasil.

A pesquisa quantitativa realizada para esta dissertação, possibilitou-me analisar o estado real sobre os assuntos que envolvem a homofobia e as políticas públicas LGBT, em nosso país. Ao mesmo tempo, que é o assunto mais em voga, também é o assunto mais

conflitante em relação aos direitos das (os) pessoas LGBTs. Não me surpreende que o maior número de assuntos sobre homofobia esteja em desvantagem ao das políticas públicas LGBT, como foi visto nas palavras-chave escolhidas para a pesquisa bibliográfica. A homofobia é algo estruturado, histórico e “cristalizado no imaginário popular como algo natural” (JESUS, 2015, p. 33). Deve ser por isso que o número de pessoas LGBTs mortas a cada dia não são visíveis nos gráficos de violência do Estado, porque somente podemos conferir por meio dos movimentos sociais que dispõem, interruptamente, a soma delas ocorridas no País, realizado bravamente pelo Grupo Gay da Bahia³⁸, ANTRA³⁹ entre outros. O discurso do militante, Júlio Moreira, ilustrado anteriormente na I CEPPGLBT-RJ, foi pertinente por considerar o maior número de pessoas que se reuniram em prol da luta contra a homofobia, visto que estar naquele lugar era um privilégio que muitos de nós não puderam ter.

O primeiro projeto de Lei criado para tentar conter o genocídio de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foi o PLC nº 122/2006⁴⁰, que tramitou no Congresso Nacional por dez anos sem êxito em sua votação. O projeto foi arquivado em 2015 por considerarem que ele estava prescrito, segundo a Câmara dos Deputados, por meras conjecturas.

A homofobia sempre foi uma das maiores preocupações da população LGBT, porque ela nos destrói simbolicamente na vida. Isso foi possível testemunhar no último dia da I conferência, em 2008, em pleno domingo, no qual se tornou um pesadelo.

Na parte da manhã, estávamos acabando as discussões sobre as propostas que iríamos levar para o plenário de votação. Logo que terminou, todas (os) estavam se preparando para almoçar e recebemos a notícia de que o refeitório estava fechado. Em seguida, o PRSH conseguiu um outro lugar, além do refeitório da UERJ, para almoçarmos. Esse lugar foi o refeitório da Arena Esportiva do Maracanã: tivemos que sair da UERJ em direção a alguns metros até o local destinado. Nessa trajetória, não contávamos com um jogo de futebol de domingo, Flamengo e Fluminense, cujos torcedores estavam subindo a rampa para o campo, e nós, nesse momento, estávamos passando ao lado dela, quando alguns homens avistaram um grupo de travestis, atrás de nós, começaram a gritá-las com impropérios. Se não bastasse, eles desceram correndo a rampa em direção às travestis com paus e bandeiras nas mãos. O intuito era violentá-las. Entretanto, correram para perto de nosso

³⁸No site “Quem a homotransfobia matou hoje?”, criado pelo Grupo Gay da Bahia para pesquisar mortes de LGBTs no Brasil, até a data desta pesquisa somavam-se 383 mortes, em 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>. Acesso em 17 de nov. 2017.

³⁹Mapa dos casos de assassinato de travestis, mulheres transexuais e homens trans no território brasileiro, no ano de 2017. Disponível em: site em tempo real <https://goo.gl/aLBhMt>.

⁴⁰Mais sobre o projeto PLC 122/2002, acesse o site: <https://goo.gl/Y4Gv46>.

grupo, em busca de proteção. O coordenador do PRSH, Claudio Nascimento e Majorie Macchi⁴¹, de prontidão, as protegeram e foram ao alcance de uma patrulha da polícia militar que estava próxima. Os policiais quando souberam que se tratava de Claudio Nascimento, Superintendente da Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro, seguiram em direção aos homens para tentar prendê-los. A política militar conseguiu interpelar esses sujeitos e os colocaram dentro de três patrulhas, que estavam no local, e na outra levaram as travestis, Claudio Nascimento e dois advogados, que estavam conosco para a delegacia. Depois de algum tempo, Majorie Marcchi, que havia ficado, recebeu um telefonema de Claudio Nascimento nos avisando que o delegado havia aberto um inquérito contra o grupo agressor.

Esse episódio não era incomum, no Rio de Janeiro, até aquele momento. A população de travestis no Estado do Rio de Janeiro são as pessoas mais vulneráveis a todos os tipos de violência urbana que possam existir. O antropólogo Don Kulick (2008), afirma que,

A exposição coloca as travestis em posição vulnerável, alvo fácil do assédio de policiais, motoristas, transeuntes, gente que passa em automóveis e ônibus. Na maioria das vezes, a violência vem na forma de agressão verbal, mas não são raros os casos em que gangues de jovens espancam travestis. Normalmente as pessoas que cometem esses crimes não são identificadas nem detidas. E quando o são, recebem penas leves da justiça (KULICK, 2008, p.47).

Esse episódio nos faz pensar o quanto o Estado, na figura do PRSH naquele momento, foi importante para a legitimidade das políticas públicas em defesa dos direitos da população LGBT. Um simples andar na rua, seja sozinha(o) ou em grupo, pode ocasionar revolta por parte daqueles que se acham no direito de violentar travestis. A posição do PRSH foi essencial naquele momento, a qual possibilitou evidenciar os direitos das travestis para serem ouvidas e respeitadas como cidadãs, vítimas de um sistema opressor transfóbico. O espaço da conferência foi, portanto, muito mais do que uma mera construção de propostas, ele também foi o espaço de cobrança por uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

O meu caderno de campo foi meu grande aliado para as considerações que traria para essa e outras reflexões sobre as diferentes formas de ser gay, lésbica, travesti e transexual, no Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2016. Outro ponto que me chamou a atenção, foram as disputas de poder que algumas organizações Não-Governamentais se colocavam como protagonistas políticos nos debates, proporcionando disputas nas conferências.

⁴¹ Militante trans, Fundadoras da Astra-Rio e do projeto Damas. No Rio Sem Homofobia foi Coordenadora do Centro de Cidadania LGBT e na Secretaria de Assistência social de Direitos Humanos.

Na I CEPPGLBT-RJ e na II CEPPLGBT-RJ, as disputas que ocorriam eram entre uma instituição e outra, umas querendo aparecer politicamente mais do que as outras; soavam como meras disputas infantis. Mas, isso mudou de perspectiva de luta na III CEPPLGBT-RJ, em que as disputas estavam mais almeçadas com a disputa de partidos políticos partidários. Essa nova inserção de disputa evidenciava uma nova fase do movimento social LGBT, pulverizada e diversificada nas várias vertentes dos setores políticos, defendendo suas diferentes pautas que envolviam assuntos pertinentes a eles próprios com as legendas de cada partido. Isso, de alguma forma, possibilitava que a luta por um ideal comum pudesse estar fadada ao desfacelamento do movimento social histórico para uma nova forma de movimento LGBT.

Esse fenômeno pôde ser testemunhado no plenário de votação das propostas na III CEPPLGBT-RJ, quando um dos integrantes de um setorial partidário reverberava contra um delegado de outro partido opositor, dizendo que todos naquele evento estavam mancomunados com o abandono das políticas públicas LGBT causados pelo Estado.

Outra consideração importante foi notar que a cada conferência havia limitação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dificultando a logística dos eventos. Segundo relatos, durante a III CEPPLGBT-RJ, havia pouco dinheiro no orçamento para custeá-la. Os recursos orçamentários limitados interferiram na dinâmica do evento, impossibilitando a viabilidade de acessos a alguns recursos fundamentais para sua manutenção: falta de alimentação para as(os) participantes; ajuda de custo para conferencistas de outras localidades, além da capital; falta de recursos para a publicação dos cadernos de propostas e regulamentos; localidade para que o evento pudesse acontecer, entre outras dificuldades.

Essa situação é muito diferente da ocorrida na I CEPPGLBT-RJ, que obteve recursos necessários para construir uma cultura de luta por direitos LGBT. Essa cultura se conduziu por meio da presença de “corpo a corpo”, e “voz a voz”, que se traduziram nas aferidas propostas que deverão ser construídas como material legítimo para o Estado. Foi durante as horas de elaboração nos grupos de trabalhos que os assuntos urgentes e precisos se transformaram em propostas vigentes de uma população invisibilizada historicamente. Ora, mas aquelas propostas criadas nas conferências, puderam proporcionar mudanças sistemáticas na vida daquela população que há anos foram vilipendiadas? O próximo item discute essa questão.

2.1 A edificação do castelo de políticas públicas LGBT

Pela primeira vez, em 2001, o Governo Federal realizou uma consulta pública sobre as reais necessidades da população LGBT. Por meio dessa consulta, foi possível ter uma dimensão das vicissitudes da população LGBT com vistas à diminuição das violências e violações de direitos que colocavam a população LGBT como vulneráveis. As conferências se constituíram como espaços não só para elaboração de políticas públicas, mas também como celeiro de matérias-primas as quais possibilitaram que as agendas governamentais pudessem implementar ações para mudanças estruturais da sociedade. Pensar políticas públicas é refletir como elas se constituem e por quais meios seus propósitos caminham. Segundo Capella (2007), para formular uma política pública é preciso que haja quatro componentes dinâmicos para isso:

O estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de política públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, a implementação da decisão (CAPELLA, 2007, p. 25).

No Caderno de Propostas de Políticas Públicas da I CEPPGLBT-RJ (RIO DE JANEIRO, 2008) foram colocadas todas as propostas elaboradas para âmbito regional, estadual e federal. Nessa conferência, onze (11) grupos de trabalho elaboram 392 propostas, sendo 163 de âmbito estadual criadas pela Câmara Técnica. Importante salientar que a Câmara Técnica e algumas Secretarias de Governo de Estado efetuaram propostas apenas no âmbito estadual e federal; assim como os representantes regionais efetuaram propostas nos âmbitos municipal, estadual e federal, por participarem desde da primeira etapa, as pré-conferências.

Os temas e propostas da I conferência foram:

TABELA 1: Número de propostas da I Conferência de Políticas Públicas GLBT-RJ

Temas	Nº de propostas Regionais	Nº de propostas Estaduais	Nº de propostas Federal	Total de Propostas
Saúde	29	62	27	118
Assistência Social e Direitos Humanos	36	10	21	67
Segurança Pública	10	18	7	35
Trabalho, Emprego e Renda	15	5	8	28
Turismo, Esporte e Lazer	1	13	1	15
Educação	18	7	10	35
Cultura	11	16	1	28
Legislação e Justiça	14	0	4	18
Meio Ambiente	0	14	3	17
Ciências e Tecnologia	1	16	0	17
Sistema Penitenciário	4	2	3	9
Comunicação e Mídia	2	0	3	5
Total	141	163	88	392

Fonte: Cadernos de propostas de propostas da I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2008).

TABELA 2: Número de propostas estaduais por população da I Conferência de Políticas Públicas GLBT-RJ

Temas	MT-HT ⁴²	L-G-B-T-T ⁴³	L-B-MT ⁴⁴	TOTAL
Saúde	23	27	4	54
Assistência Social e Direitos Humanos	5	4	4	13
Segurança Pública	2	15	16	33
Trabalho, Emprego e Renda	4	1	1	6
Turismo, Esporte e Lazer	0	10	13	23
Educação	2	0	5	7
Cultura	0	14	16	30
Legislação e Justiça	0	0	0	0
Meio Ambiente	0	4	14	18
Ciências e Tecnologia	4	10	11	25
Sistema Penitenciário	2	0	0	2
Total	42	85	84	211

Fonte: Cadernos de propostas de propostas da I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2008).

⁴²Específico para a população de travestis, mulheres e homens transexuais.

⁴³Geral para população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

⁴⁴Específico para população de lésbicas, bissexuais, travestis e mulheres transexuais.

O Caderno de Propostas de Políticas Públicas Estadual da II CEPPLGBT-RJ (RIO DE JANEIRO, 2011b) foi elaborado por 16 grupos de trabalho, com 207 propostas, sendo 119 para âmbito estadual e 88 para âmbito federal. Não foram acrescentadas as propostas regionais no caderno.

TABELA 3: Número de propostas da II Conferência de Políticas Públicas LGBT-RJ

Temas	Nº de propostas Estaduais	Nº de propostas Federal	Total de Propostas
Saúde	10	10	20
Assistência Social e Direitos Humanos	10	0	10
Segurança Pública	9	0	9
Turismo, Esporte e Lazer	17	17	34
Educação	10	10	20
Cultura	9	0	9
Legislação, Justiça e Direitos Humanos	10	0	10
Adolescentes LGBTs: inclusão social e medidas socioeducativas	6	0	6
Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social	6	5	11
Rio Sem Homofobia: serviços de atendimento, monitoramento, avaliação e controle social das políticas para LGBT	10	0	10
Comunicação, Ciência e Tecnologia	22	0	22
Desenvolvimento Social, Combate à miséria e Meio ambiente	0	17	17
Direitos Humanos e Relações Exteriores	0	10	10
Poder Legislativo e Participação Social	0	10	10
Mulheres e Enfrentamento ao Machismo, Enfrentamento ao Racismo, Igualdade Racial e Juventude	0	9	9
Total	119	88	207

Fonte: Cadernos de propostas de propostas da II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011b).

TABELA 4: Número de propostas estaduais por população da II Conferência de Políticas Públicas LGBT-RJ

Temas	MT-HT	L-G-B-T	L-B-MT	TOTAL
Saúde	2	7	1	10
Assistência Social e Direitos Humanos	3	7	1	11
Segurança Pública	0	8	1	9
Turismo, Esporte e Lazer	0	17	0	17
Educação	2	8	0	10
Cultura	1	8	0	9
Legislação, Justiça e direitos humanos	2	7	0	9
Adolescentes LGBTs: inclusão social e medidas socioeducativas	0	6	0	6
Trabalho, Emprego e Renda e Previdência Social	0	9	0	9
Rio Sem Homofobia: serviços de atendimento, monitoramento, avaliação e controle social das políticas para LGBT	0	10	0	10
Comunicação, Ciência e Tecnologia	6	16	0	22
Total	16	103	3	122

Fonte: Cadernos de propostas de propostas da II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011b).

Neste trabalho, serão analisadas apenas as propostas de âmbito estadual, elaboradas na I e II Conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro, ocorridas no período de 2008 a 2011 e que obtiveram êxitos como políticas públicas implementadas pelo PRSH. Por fim, teceremos algumas considerações pertinentes à III CEPPLGBT-RJ, mesmo que essas não tenham sido publicadas até o momento. O utilizado nessa III Conferência foi um “copiador” das propostas da II CEPPLGBT-RJ, como parâmetro memorial das propostas anteriores. Essas propostas serão analisadas por meio dos Relatórios: Ações e Metas entre 2011 a 2014 (RIO DE JANEIRO, 2011a), Relatório Sintético de Gestão de 2016 (RIO DE JANEIRO, 2016) e outras referências bibliográficas correspondentes ao PRSH.

O Relatório de Ações e Metas do PRSH, de 2011 a 2014, propôs executar 125 metas, as quais foram apresentadas separadamente para cada Secretaria de Estado, a partir de algumas propostas elencadas como urgentes, nas conferências Estaduais de Políticas Públicas LGBT do Rio de Janeiro pela Câmara Técnica. Já o Relatório Sintético de Gestão de 2016, são dados de produção referentes ao período em que o PRSH foi coordenado por uma superintendência da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

O PRSH teve como objetivo principal fazer com que as Secretarias de Estado se responsabilizassem, propositivamente, pela execução das políticas públicas LGBT. Segundo o mesmo relatório, tais secretarias estavam divididas entre:

- Saúde e Defesa Civil;
- Assistência Social e Direitos Humanos;
- Administração Penitenciária;
- Educação;
- Turismo;
- Esportes e Lazer; e
- Segurança e Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro.

O PRSH teve como meta, acionar cada órgão público para a realização das ações voltadas para a execução de políticas públicas detalhadas como itens de responsabilidade de cada Secretaria (RIO DE JANEIRO, 2011a). Assim, segundo minhas análises sobre a necessidade da população LGBT, elencarei as propostas por meio da superposição e combinação de demandas apropriadas ao reconhecimento da cidadania LGBT e que foram indicadas como proponente para implantação de políticas públicas por ação e destino para cada Secretaria de Estado. Seguem as análises conforme os temas por áreas:

2.2 Análise de propostas por área

2. 2. 1 Saúde

As propostas para o âmbito da saúde criadas na I CEPPGLBT-RJ foram elaboradas para a Secretaria Estadual de Saúde, com o objetivo de proporcionar ações contra as vulnerabilidades da população LGBT encontradas nos atendimentos das redes de saúde pública do Estado. No caderno de proposta da I CEPPGLBT-RJ (RIO DE JANEIRO, 2008), foram encontradas sessenta e duas (62) propostas de âmbito estadual para a área da saúde, sendo vinte e três (23), especificamente, para a população de travestis, mulheres e homens transexuais e dessas, somente duas (2) foram implementadas como políticas públicas pelo PRSH (RIO DE JANEIRO, 2016). Até o acontecimento dessa primeira conferência não havia nenhum serviço de saúde voltado para os cuidados da população LGBT, o que havia eram históricos de reclamações de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Os conteúdos das propostas expressavam a real necessidade de um serviço de qualidade que pudesse mudar a

realidade das reclamações em relação aos atendimentos nas clínicas e hospitais estaduais, quando a orientação sexual ou a identidade de gênero eram evidenciadas por algum profissional da saúde, seja ele do serviço médico, enfermagem, etc. Muitos dos relatos ouvidos nos grupos de trabalho na conferência levavam a crer que essas pessoas estavam sofrendo frequentemente discriminações por parte da orientação sexual ou identidade de gênero. Essas discriminações se ampliavam na falta de um serviço específico para a demanda da população de travestis e transexuais, as quais optavam pelo serviço de terapia hormonal, cirurgia de readequação corporal e/ou transgenitalização. Isso corrobora com a proposta número quatro (04) que solicita,

Eleger, entre as Unidades Estaduais, um Centro Cirúrgico de Referência para a realização das Cirurgias de Transgenitalização, dotando do suporte de uma enfermaria com pelo menos dois leitos com biombo para procedimentos de alta privacidade para o pré-operatório das (dos) transexuais (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 22).

Essa proposta demonstra a importância de criação de um Centro Cirúrgico de Referência para a população de travestis e transexuais, no Rio de Janeiro. É importante ressaltar que essa proposta se consolidou como ação e meta do PRSH na escolha do Centro Cirúrgico de Referência em parceria com a equipe de pesquisadores e estudantes bolsistas do Laboratório Integral de Diversidade Sexual (LIDS), da UERJ, onde já vinha realizando atendimentos no processo transexualizador a população de travestis e transexuais, no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da UERJ.

O Governo Federal, em 2008, escolheu o HUPE como o local estadual de referência para o processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS). A portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008,⁴⁵ foi decretada pela Secretaria de Atenção à Saúde do Governo Federal - GM/MS nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 – regulamentado por meio das Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no SUS. Essa portaria proporcionou maior visibilidade e respeito ao nome social de travestis e transexuais, além da ideia de criação do Serviço de Atenção Especializada com médicos das áreas de endocrinologia, ginecologia, urologia, obstetrícia, cirurgias, psicologia, psiquiatria, enfermagem e assistência social nos hospitais escolhidos para serem referência para o Processo Transexualizador, como pode ser visto no artigo de jornal do dia 06 de março de

⁴⁵Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://goo.gl/IUyOmJ>. Acesso em: 8 de nov. 2017.

2015,⁴⁶ com informações sobre os procedimentos para inclusão no processo transexualizador. A portaria foi elaborada em conjunto com instituições, organizações governamentais, organizações não-governamentais e o movimento social LGBT. A proposta número vinte e nove (29) amplia essa discussão, quando pretende dar “maior visibilidade a portaria do Ministério da Saúde para que as (os) transexuais e travestis pudessem ser chamadas (os) pelo nome social nos estabelecimentos de prestação do serviço de saúde (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 24 29).

Saliento que essa proposta, a constituição do nome social, pôde ser a disparadora para a aquisição de direitos sociais e de cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Ela foi complementada pela portaria nº 457, considerada pelo movimento social LGBT, como o documento mais importante e o mais completo indicativo de políticas públicas LGBT em relação à promoção de saúde para a população de travestis, de mulheres e homens transexuais, no Brasil. Esse documento propunha procedimentos de excelência na área da saúde pública, específicos para o tratamento hormonal, pré-operatório e cirúrgico atendendo a demanda de cirurgias de transgenitalização para redesignação sexual, cirurgias reparativas, acompanhamento terapêutico psicológico e terapia hormonal. Além disso, ele propôs medidas de saúde básica e especializada para a população de travestis e transexuais em âmbito estadual e nacional. Por fim, proporcionou a discussão sobre a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na 13ª Conferência Nacional de Saúde, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) no ano de 2009 e constituído em 2011 pela Portaria Nº 2.836⁴⁷, de 1º de dezembro de 2011, que instituiu em seu artigo 1º,

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a educação das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Na II CEPPLGBT-RJ foram elaboradas dez (10) propostas anteriores para âmbito estadual. Essas são as mais demandantes, porque propõem ampliação do Centro de Referência, HUPE, para adequar a realidade do aumento de atendimentos solicitados pela

⁴⁶Governo Federal Portal Brasil. Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008 - Cidadania e Justiça – Publicado em 06/03/2015. Disponível em: <https://goo.gl/WbasdY>. Acesso em: 3 de out. 2017.

⁴⁷PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDQ1Ng%2C%2C>. Acesso em: 2 de nov. 2017.

população de travestis e transexuais; como pode ser visto nas propostas 5.1.1 e 5.1.2, respectivamente,

Reforma e ampliação do Centro Cirúrgico do Hospital Pedro Ernesto – RJ para a expansão do número de cirurgias de transgenitalização com aporte de recursos necessários para essa realização.

Dar acesso às travestis e às [(os)] transexuais para o atendimento em hormonioterapia, mudanças corporais (próteses de mama, glúteo e todos os insumos necessários) e o acompanhamento de equipe multidisciplinar, independente de processo de transgenitalização (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 40).

Em pesquisas recentes sobre os atendimentos prestados à população de travestis e transexuais constataram-se que existe uma falta de infraestrutura e investimento orçamentário por parte do Governo do Estado destinado ao HUPE em relação à sua ampliação e qualidade de sua equipe médica para esse destino. Mesmo sendo considerado Hospital de Referência, o HUPE não conseguiu alcançar o aumento de demandas ocorridas (SALLESO, 2017).

Podemos observar que após três anos da I CEPPGLBT-RJ, em 2008, outras propostas foram surgindo nas sucessivas conferências estaduais, solicitando mais infraestrutura e expansão para o aumento significativo ao número de pedidos por cirurgias de transgenitalização.

Em ata do dia 08 de abril de 2015, na sessão extraordinária do Conselho estadual de Direitos da população LGBT do Rio de Janeiro (CEDLGBT-RJ), na qual eu estava presente representando o CRP-RJ, pude testemunhar na pauta de discussão que existia uma real precariedade dos serviços de atendimento à população de travestis e transexuais, nos quais já vinham ocorrendo, anualmente, durante os últimos sete anos no HUPE. Nessa reunião, as(os) conselheiras (os) presentes decidiram votar pela criação de um Centro de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (CESIT), projeto esse apresentado pelo pesquisador e professor da UERJ, Guilherme Almeida, e pelo presidente do CEDLGBT-RJ, Claudio Nascimento, como uma possível solução à precariedade que o serviço do HUPE vinha apresentando.

A notícia da criação de um Grupo de trabalho para elaboração do CESIT⁴⁸ foi anunciada nos principais jornais sobre a crise econômica do Estado, devido ao aumento considerável da fila de espera, a cada ano, no ambulatório de atendimento. Outra questão levantada pela população de travestis e transexuais foi o desrespeito ao nome social que não

⁴⁸Agência Brasil. Rio terá o primeiro centro de atendimento a transexuais e travestis da América Latina. Publicado em: 28 de nov. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/4yj9SC>. Acesso em: 4 nov. 2017.

era garantido na rede de saúde, inclusive no HUPE. Segundo relatos das travestis e das (os) transexuais, seus nomes sociais não eram respeitados pelos próprios profissionais da área de enfermagem no acolhimento e atendimento a essa população (VILLELA, 2015). Contudo, a possível solução elencada pelo CEDLGBT-RJ foi a criação de um centro integrado para abarcar um novo modo de atendimento que fosse diferencial ao acolhimento e tratamento a população de travestis e transexuais, com intuito de diminuir reclamações por partes das (os) usuárias (os) do serviço em relação a falta de preparo da equipe. Isso acarretou em 2014, a primeira manifestação “Ocupa HUPE”, publicado como notícia no Jornal O Dia⁴⁹, formado pelas (os) usuárias (os) e familiares contra os atrasos das cirurgias, mau atendimento e desrespeito ao nome social, garantido pelo Decreto Estadual nº 40.822, de 26 de junho de 2007⁵⁰.

Observou-se que nas propostas elaboradas para a saúde houve uma disparidade entre a I CEPPGLBT-RJ e II CEPPLGBT-RJ em relação à promoção e prevenção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV e AIDS. De seis (6) propostas elaboradas na I conferência, somente uma (1) foi criada na II conferência, sendo que o número de infectados por IST e HIV vem crescendo, consideravelmente, na população de adolescentes e jovens adultos gays, conforme a última estatística epidemiológica, da UNAIDS de 2016⁵¹.

2. 2. 2 Assistência Social e Direitos Humanos

Foram elaboradas dez (10) propostas para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Apesar de ela estar responsável por muitas das políticas públicas desenvolvidas no Estado, por consideração ao seu atrelamento as ações de assistenciais e benefícios, ela também foi elencada a executar algumas ações específicas para a diminuição da LGBTfobia e da pobreza da população LGBT por sua associação aos direitos humanos. A proposta número trinta (30) foi a mais comprometida com ações voltadas à sistematização política de maior visibilidade à população LGBT (RIO DE JANEIRO, 2008). A proposta indica a “criação do Conselho Estadual de Direitos de GLBT, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, com a participação de secretarias de

⁴⁹Artigo do Jornal O Dia. Transexuais enfrentam via-crúcis para a adequação de sexo em hospital do Rio: tempo de espera para cirurgia no Pedro Ernesto pode passar de seis anos. Publicado em: 19 de abr. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/R7BK4R>. Acesso em: 4 de out. 2017.

⁵⁰Decreto para o uso de nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro e de outras providências. Disponível em: <https://goo.gl/MffPPnhtm>. Acesso em: 8 de nov. 2017.

⁵¹UNAIDS Estatísticas. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

governo afins, representantes de organizações GLBT e Direitos Humanos e pesquisadores” (RIO DE JANEIRO, 2008, p.31).

Uma das maiores vitórias em relação a essa proposta, foi a implementação institucional do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT (CEDLGBT-RJ), conforme o modelo do Conselho Nacional dos Direitos da População LGBT (CNLGBT). O CEDLGBT-RJ foi legitimado pelo Decreto Lei Estadual nº 41.789⁵², de 02 de abril de 2009, em caráter deliberativo, tendo por finalidade elaborar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para reconhecimento da cidadania da população LGBT e a diminuição da LGBTfobia no Estado. O regimento do CEDLGBT-RJ foi publicado em Diário Oficial – Ano 26, Nº 054, Parte I, Resolução SEASDH Nº 232 de 22 de março de 2010 –, em 24 de março de 2010. O conselho é um órgão institucional governamental independente das instâncias do poder público, por isso ele tem total poder de intervir em qualquer situação que ocorra violação de direitos contra a população LGBT no Estado do Rio de Janeiro.

No momento de abertura da cerimônia, Claudio Nascimento fez um pronunciamento emocionante e emblemático ao tempo de silenciamento do Estado em relação à população LGBT, como demonstra o artigo do CRP-RJ⁵³: “A criação do Conselho representa um marco histórico, simbólico e um momento de vitória para todas e todos àquelas e aqueles que lutaram e lutam pela igualdade de direitos da comunidade LGBT e contra a homofobia” (CRP-RJ, 2009).

O CEDLGBT-RJ foi a maior conquista que a população LGBT conseguiu por meio das conferências, porque ele instituiu analisar verbas orçamentárias, projetos, políticas públicas, políticas sociais entre outras atribuições para a manutenção dos direitos LGBT. Em suas reuniões, quinzenalmente, são decididas democraticamente através de votos as eleições consecutivas trienais para substituição de seus representantes conselheiras (os). Cada instituição representa uma cadeira do poder público ou civil. O primeiro presidente eleito foi o superintendente Claudio Nascimento, em 2009. Em 2013, foi substituído por Julio Moreira, do Grupo Arco-Íris (GAI), como representante da sociedade civil.

É importante salientar que o CEDLGBT-RJ atua há sete anos em consonância com as demandas das instituições públicas e civis trazidas pelos movimentos sociais LGBT. Sua permanência se deu através da presença de suas(es) representantes para ampliação e monitoramento das políticas LGBT.

⁵²Decreto nº 41.798 de 02 de abril de 2009. Governo do Rio de Janeiro: RJ, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/A2VSrL>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

⁵³CRP-RJ, Conselheiro do CRP-RJ toma posse no Conselho Estadual LGBT. Publicado em: 25 de mai. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/DMteTC>. Acesso em: 5 de out. 2017.

O CEDLGBT-RJ se tornou um instrumento institucionalizado governamental regimentado por lei que possibilitou cobrar do governo a inserção de políticas públicas, independente da troca de governadores ou presidentes. Outro instrumento importante foi a possibilidade de criar um dispositivo de atendimento 24 horas para a população LGBT. Essa possibilidade surgiu da ideia, na I CEPPGLBT-RJ, através da proposta número quatro (4), qual seja, “Criar o Disque GLBT (tipo 190), através da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos em parceria com a Secretarias afins e Prefeitura locais para atender casos de violências à comunidade GLBT” (RIO DE JANEIRO, 2008, p.31).

O Disque Cidadania LGBT-RJ (DC-LGBT-RJ) é um dispositivo composto por uma Central de atendimento telefônico que atende em todo âmbito estadual (0800), onde a população LGBT e seus familiares podem fazer reclamações, obter informações sobre direitos, denúncias de maus-tratos e violência. Esse serviço de implementação do DC-LGBT-RJ é um dispositivo nos moldes do Disque Defesa Homossexual⁵⁴ (DDH), criado em 1999, no qual foi ampliado para atender as especificidades das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com o objetivo de mapear a violência contra essa população no Estado. O objetivo era mostrar que a LGBTfobia estava no âmbito da casa e da família e que a discriminação e a violência são fatores de vulnerabilização da população LGBT, afetando a vida social, afetiva e psicológica.

Esse dispositivo foi elaborado pela equipe do PRSH, como solicitado na I CEPPGLBT-RJ, cuja central ficou localizada no Centro de Referência LGBT, no prédio da Central do Brasil, onde seus atendimentos são realizados por profissionais de atendimento *call center* com *expertise* sobre as temáticas LGBT. Qualquer pessoa pode ligar para obter informações ou fazer denúncias; e, logo, após o acolhimento, a pessoa é encaminhada ao serviço da equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados em algum Centro de Referência mais próximo de sua residência.

Segundo o Relatório Sintético do PRSH (2016c), o número gratuito 0800 023-4567 foi instalado no dia 1º de julho de 2010, com abrangência estadual de acolhimento, orientação e encaminhamento de pessoas LGBT, seus familiares e amigos envolvidos pela discriminação ou busca de direitos e apoio emocional às vítimas de violência LGBTfóbica. De 2014 a 2016, o Disque cidadania LGBT atendeu 1.042 usuários, dos quais 51% fizeram

⁵⁴Criado em 1 de julho de 1999, o Disque Defesa Homossexual é um dos resultados da agenda comum de trabalho estabelecida no Centro de Referência contra a discriminação das minorias sexuais da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança com as entidades de defesa homossexual do Rio de Janeiro, desde jan. de 1999. Para maiores informações, consulte o Relatório DDH, disponível em: <https://goo.gl/qbn2NF>. Acesso em 24 de nov. 2017.

denúncias de caso de violência LGBTfóbica (32% agressão verbal, 17% agressão física e 02% agressão virtual). Em 2015, o PRSH registrou 12 homicídios (RIO DE JANEIRO, 2016c).

Os centros de referência, também, foi uma ideia que surgiu na I CEPPLGBT-RJ, através da proposta número seis (6), a qual solicitava a “criação do Centro de Referência para a implementação e implantação do PRSH nos municípios” (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 29). Além do Centro de Referência da Cidadania LGBT na Capital, onde fica a sede do PRSH, coordenado por Claudio Nascimento, foram criados mais três regionais com objetivos precisos, geograficamente, para atender o maior número de pessoas LGBTs. Os centros de Cidadania LGBT são: Serrana I (Nova Friburgo); Leste Fluminense (Niterói); Baixada Fluminense I e o da Capital.

Além desses dispositivos e parcerias com as redes de atendimento sociais, a I Conferência apontou outros importantes a serem implementados para prevenção e atendimento contra a violência LGBTfóbica. A solicitação de criação de uma possível Coordenadoria de Assuntos para a Diversidade Sexual (CADS) que pudesse atuar em âmbito municipal foi uma das discussões mais acirradas, pois o serviço do PRSH estaria restrito somente em nível estadual, ou seja, só podendo atuar dentro de instituições que fossem do Estado. Esse serviço não pôde ser implementado, conforme idealizado originalmente pela proposta trinta e seis (36) que indicava, “Criação do CADS-RIO (Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual), com representantes do poder público e sociedade civil” (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 31).

O serviço implementado, em instância municipal, foi a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CEDS-RJ), administrada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Essa secretaria presta serviço contra a LGBTfobia e outros tipos de violência contra a população de mulheres, de idosos e de pessoas negras.

Na II CEPPLGBT-RJ foram elaboradas dez (10) propostas para âmbito estadual, mas apenas a proposta número 1.1.5 foi implementada. Essa proposta solicitava a constituição de novos instrumentos que desse alcance aos municípios do Rio de Janeiro:

Criar Mecanismo de Controle Social permanente que articule sociedade civil e poder público como meio de ampliar a discussão sobre a temática da diversidade sexual e defesa das políticas LGBT, assim como, criar conselhos Municipais de Defesa das Políticas LGBT e combate à discriminação com caráter deliberativo, propositivo e fiscalizador, garantindo nesses a representatividade dos/das jovens e mulheres (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 32)

A importância de atuação do CEDLGBT-RJ é imprescindível no monitoramento das políticas públicas e planejamentos orçamentários contra a vulnerabilidade da população LGBT. Porém, ele não consegue atuar em todo o Estado, por considerar que cada município apresenta demandas específicas de suas localidades. Por meio dessa proposta, foi possível a criação do primeiro Conselho Municipal dos Direitos da população LGBT em Niterói,⁵⁵ em 2015. Para além do monitoramento, o CEDLGBT-RJ tem atuado na contribuição de documentos oficiais, notas públicas e repúdios às violências institucionais ocorridas contra a população LGBT. Dos posicionamentos mais contundentes foram as duas notas de repúdio que o CEDLGBT-RJ emitiu em respostas aos frequentes ataques contra o PRSH. A primeira foi sobre a nomeação do pastor Ezequiel Teixeira (2016), Deputado Federal, filiado ao Partido da Mulher Brasileira (PMB), para Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH/RJ), após seu pronunciamento público, afirmando que a homossexualidade era doença e havia “cura gay”⁵⁶. A segunda foi contra a exoneração do Superintendente Claudio Nascimento (BACELLAR, 2016), sem aviso prévio, da coordenação do PRSH, dificultando o desenvolvimento do programa,⁵⁷ e a precarização da Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. A Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro vinha atuando, assiduamente, na luta contra a extinção do Rio Sem Homofobia e em defesa de outros projetos voltados ao combate do preconceito de gênero, raça e intolerância religiosa. Essas duas notas ajudaram na mobilização do movimento social para se manifestarem publicamente em relação ao que estava acontecendo com o PRSH e as ameaças que vinham sofrendo do próprio Governo Estadual, sob influência político-religiosa. Isso possibilitou que houvesse uma mobilização social intensa, resultando na criação da “Frente Ampla do Rio de Janeiro pelos Direitos Humanos”, reunida pela primeira vez em 22 de fevereiro de 2016, na CAARJ/OAB-RJ. A Frente Ampla foi responsável por pressionar a imprensa e outras instituições a se pronunciarem, como o CRP-RJ, o CRESS e a OAB-RJ, em relação à precariedade do serviço prestado à população LGBT e ao abandono do Estado em consonância com a possibilidade de fechamento do PRSH, do Disque Cidadania

⁵⁵ Prefeitura de Niterói. Niterói ganha Conselho Municipal dos Direitos LGBT. Disponível em: <https://goo.gl/VL0wbJ>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

⁵⁶CRP RJ. Situação do programa Rio Sem Homofobia provoca indignação entre profissionais, ativistas e usuários. Publicado em: 29 de fev. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/m1gsgt>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

⁵⁷CRP-RJ, O CRP-RJ divulga a nota do Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro. Disponível no site do CRP-RJ: <https://goo.gl/NFtzAA>. Postado em: 15 de fev. 2017. Acesso em: 5 de out. 2017.

LGBT e dos quatro centros de cidadania LGBT e a influência religiosa no aumento da LGBTfobia; como pode ser verificado no artigo do CRP-RJ⁵⁸.

Além, o CEDLGBT-RJ também tem um papel importantíssimo em acionar e convocar órgãos competentes tais como: o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores e Deputados para audiências públicas todas às vezes que houver violação e não respeito do Estado aos direitos da população LGBT. Inúmeras Audiências públicas foram convocadas pelo CEDLGBT-RJ durante estes sete anos de existência, porém duas delas se destacaram como mais importante; em minha posição.

A primeira foi no dia 15 de maio de 2015 no anexo da ALERJ, dois dias antes do dia Nacional contra à Homofobia sobre aumento de violência contra travestis e transexuais no Estado do Rio de Janeiro (MINC, 2015). Nesta audiência o PRSH foi interpelado pelo movimento social que lotava a sala do anexo da ALERJ. Uma das falas mais enfática foi de Indianara Siqueira, representante do Grupo TransRevolução, relatando as dificuldades que as transexuais e travestis vinha enfrentando nos ambulatórios e hospitais do Rio de Janeiro. Em outro enfoque, Lara Lincon, ativista trans, representante da ONG Trans Diversidade de Niterói, relatou emocionalmente sua experiência pessoal por ter sofrido transfobia na escola onde estudava e na delegacia, após prestar queixa e exigir o registro de ocorrência. Em outro momento, uma travesti emocionada indagava ao Claudio Nascimento sua indignação de ter sido impedida de entrar de saída no Centro de Cidadania da Capital, prédio da Central do Brasil, para fazer denúncia que sofreu por violência. Essa denúncia foi complementada com uma carta com título “ Carta das Lideranças LGBT de Favela do Estado do Rio de Janeiro” por intercedência do Grupo Conexão G – Grupo de cidadania LGBT moradores de favelas – na figura de Gilmara Cunha⁵⁹, que denunciava a ausência de políticas públicas LGBT nas favelas do Rio de Janeiro. Além, um dos momentos mais contundente foi a indagação e pedido da maioria das pessoas que estavam presentes, pela mudança do nome “Rio Sem Homofobia”, para “Rio Sem LGBTfobia”, já que a palavra homofobia se referia somente a violência aos homossexuais.

A segunda audiência pública foi no dia 27 de julho de 2016 na ALERJ em decorrências do enorme índice de mortes ocorridas no Rio de Janeiro. Nesta época, somente em duas semanas haviam sido mortos dez pessoas LGBT no Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁸CRP-RJ. Situação do Programa Rio Sem Homofobia provoca indignação entre profissionais, ativistas e usuários. Publicado em: 29 de fev. de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/m1gsgt>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

⁵⁹ Presidente do Grupo Conexão G da favela da Maré, mulher transexual, ativista e militante LGBT.

Inclusive, o caso do estudante de Arquitetura da UFRJ, Diego Vieira Machado, que foi encontrado morto no Campus do Fundão UFRJ, segundo notícias, por motivo de homofobia e racismo (BOECKEL, 2016).

2. 2. 3 Segurança Pública

Foram elaboradas 18 propostas na I CEPPGLBT-RJ para a Secretaria de Segurança Pública, porém apenas uma foi a mais destacada e contemplada como política pública pelo PRSH. Segundo o Relatório de Ações e Metas, os crimes contra gays, lésbicas, travestis e transexuais vêm sendo cada vez mais realizados com requintes de crueldade (RIO DE JANEIRO, 2011a). Para além da situação extrema de assassinatos, muitas outras formas de violências vêm sendo apontadas envolvendo familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou instituições públicas, como foi evidenciado nas notificações de DDH entre 1999 e 2000, contabilizando 500 denúncias. Entre a população LGBT mais vulnerável estão os gays efeminados, as travestis e as(os) transexuais. Segundo relatório do DDH (1999), o primeiro serviço de atendimento para LGBT do Estado do Rio de Janeiro foi notificado nos primeiros dezoito meses: 6,3% assassinatos; 20,2% discriminações; 18,7% agressões físicas; e 10,3% extorsões (DDH, 1999).

O crime por homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, ou generalizando LGBTfobia, caracterizam-se por elementos muito específicos de crueldade voltados à especificidade evidenciada pela orientação sexual, identidade de gênero ou alguma expressão de gênero contrária às definições tidas como normativas pela sociedade. Algumas expressividades dessa violência contra a orientação sexual ou identidade de gênero estão legitimadas pelo ato criminoso de tentar destruir aquilo que identifica sua diferença, como os homossexuais efeminados, como as lésbicas masculinizadas, e principalmente as travestis e as(os) transexuais. O referencial masculino, no caso das lésbicas e homens transexuais, ou feminino, no caso dos gays efeminados, travestis ou mulheres transexuais, é o que mais sobressaem para que o ato de violência se resulte na descaracterização dos signos no corpo. Por falta de uma legislação que ofereça impedimento a tais crimes, a exemplo do que ocorreu com a Lei Maria da Penha em relação à violência contra as mulheres, e a Lei contra o Racismo, no caso de crime contra as pessoas negras, a população LGBT fica à mercê de sua própria sorte ou de um destino marcado para morrer. As lésbicas, os gays efeminados, as travestis e as mulheres e homens transexuais além de sofrerem pela discriminação e

preconceito decorrente da sua orientação sexual, identidade de gênero e/ou expressão de gênero, sofrem também outras violências que marcam nossa sociedade, ou seja, sofrem pelo racismo, machismo, sexismo entre outros marcadores institucionais de violência. Por falta de leis cabíveis contra à LGBTfobia, algumas ferramentas são cada vez mais elaboradas por meio de legislações e jurisprudências, trazendo uma “luz no fim do túnel” contra as violações de direitos da população LGBT:

No Brasil, muitas vezes a jurisprudência tem conseguido modificar as leis, pois vivemos em uma sociedade, onde as mesmas são criadas a partir da necessidade observada. Em alguns casos a lei não é respeitada, especialmente quando se trata de direitos e deveres de uma parcela da população: as lésbicas, os gays, [as (os)] bissexuais, [as (os)] transexuais, travestis e transgêneros, a chamada população LGBTTT (KOTLINSKI, 2007, p. 15).

Portanto, o serviço do DDH (1999) foi muito importante, porque trouxe um pequeno parâmetro da violência LGBTfóbica que já vinha ocorrendo no Estado. Esse serviço era realizado por voluntários e Organizações não-governamentais que tinham envolvimento direto e expressivo com a causa LGBT; por isso, seu lema era “o atendente do DDH não perde os laços da “identidade gay” com a comunidade homossexual” (DDH, 1999, p. 3). Foi por meio do relatório do DDH e sobre os entendimentos urgentes sobre essas demandas, que a Câmara Técnica elaborou no grupo de trabalho sobre segurança pública a seguinte proposta de número trinta e dois (32), a qual propõe:

Dar destaque ao tema GLBT no módulo de Direitos Humanos na Matriz curricular já existente nos cursos de formação das academias de Polícia Civil, Guarda Municipal, Carcerária e área militar polícia a fim de capacitar e qualificar policiais para acolhimento, o atendimento e a investigação em caráter não-discriminatório; participação direta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais nessas atividades de formação policial constituem oportunidade única para discussão do tema como o combate à homofobia e o respeito à diversidade sexual (RIO DE JANEIRO, 2008, p.32).

Essa proposta estimulou o PRSH a criar um programa de segurança que pudesse estar dentro das redes da polícia. Segundo o Relatório Sintético (RIO DE JANEIRO, 2016c), de 2011 a 2015, o PRSH ofereceu palestras, oficinais e capacitações a 12.000 mil policiais militares. Essas capacitações foram realizadas em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de levar mais informações sobre direitos

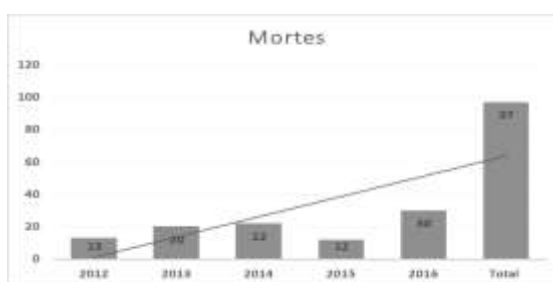
da população LGBT ao corpo policial que trabalha nas ruas, com vistas a propor uma abordagem mais segura e respeitosa diante da diversidade.

Segundo os relatórios mais atuais do Grupo Gay da Bahia (GGB), a violência contra a população LGBT no Brasil vem aumentando, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, sendo que nenhum de seus casos foram concluídos pelos familiares, policiais, delegados e juízes por falta de provas (MOTT, 2016). O índice de assassinatos demonstrado pelo relatório indica que o Rio de Janeiro passou a ser o 4º Estado mais violento para as pessoas LGBTs, perdendo somente para São Paulo, Pernambuco e Bahia.

Um dos casos mais emblemáticos acompanhados pelo PRSH foi a tortura e morte do adolescente, Alexandre Ivo Rajão,⁶⁰ de 14 anos, assassinado por crime de homofobia em 2010, no Município de São Gonçalo. No auditório do PRSH podia ser visto um *banner* em sua homenagem, (anexo 4), no qual retrata, *in memoriam*, sua trajetória de vida e de sua morte, brutalmente assassinado, por ter sido reconhecido, supostamente, como homossexual por seus algozes.

As notificações de mortes aumentaram, significativamente, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Morte de LGBTs no Brasil (2012-2016)



Fonte: MOTT, 2016, p. 8-11

De 2012 a 2016, as mortes mais contundentes foram destinadas, em primeiro lugar, aos gays efeminados; em segundo, às travestis e transexuais. Só em 2016 foram mortos 19 gays e 11 trans no Rio de Janeiro, ocupando o 2º lugar no *ranking*, entre as regiões do Sudeste, com 30% de vítimas, perdendo apenas para São Paulo no número de assassinatos. Os

⁶⁰O adolescente Alexandre Ivo Rajão, de 14 anos, foi assassinado com requintes de crueldade no dia 23 de junho de 2010. Seu corpo foi encontrado em um terreno baldio, no município de São Gonçalo-RJ, com diversas lesões corporais, rosto desfigurado e traços de enforcamento, características de crimes de ódio. Para maiores informações, leia a “Nota Pública: Sobre o assassinato do adolescente Alexandre Ivo Rajão”. Disponível em: <https://goo.gl/nKHmW2>. Acesso em: 26 de out. 2017.

lugares que ocorrem mais delitos por violência letal foram as regiões metropolitanas e a capital, ou seja, a Zona Norte e o Centro do Rio de Janeiro (CARRARA et al, 2017). Com esse parâmetro de violências e sob a ameaça da insegurança contra a população LGBT, na II CEPPLGBT-RJ foram criados nove (9) propostas para âmbito estadual, sendo que duas (2) delas chamaram mais a atenção para a possibilidade de conter e diminuir a violência crescente no Estado. A primeira proposta 4.1.7 propõe à polícia civil,

A criação de um Núcleo de Monitoramento Técnico para crimes envolvendo a discriminação e violência de LGBT, com recorte étnico/racial e geracional com profissionais da área de segurança pública que já vem atuando neste tema e na violência contra LGBT, a fim de acompanhar e assessorar os casos e divulgar estatísticas pedagógicas, com informações sistematizadas, estabelecendo indicadores para o acompanhamento e desenvolvimento de policiais de segurança e avaliação permanentes de seu impacto social, visando o aperfeiçoamento das atividades e procedimentos da polícia, estabelecendo parceria com a Polícia Federal para investigação e monitoramento de grupos nazifascistas (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 38).

É importante ressaltar que entre as violências ocorridas no Rio de Janeiro no período de 2011 a 2014, “80% dessas pessoas LGBTs não procuraram a polícia, contando somente o ocorrido para amigos” (RIO DE JANEIRO, 2011a, p.42). Portanto, é preciso que haja um serviço em que as pessoas possam assegurar seus direitos, como no caso de Ferruccio,⁶¹ atendido pelo PRSH, em 2007.

A proposta 4.1.9 da II CEPPLGBT-RJ faz recomendação para a criação de delegacias em respeito às identidades e expressões de gênero com atendimentos especializados, objetivando “Desenvolver estratégias para a sensibilização dos profissionais que atuam em Delegacias de Atendimento à Mulher e em Distritais, no que tange ao respeito à identidade de gênero feminina de travestis, mulheres transexuais, bissexuais e lésbicas” (RIO DE JANEIRO, 2011a, p.40).

É preciso compreender que os atendimentos do Estado em relação ao respeito e ao reconhecimento da cidadania LGBT precisam ser considerados, primeiramente, nas delegacias de polícias, além do sistema penitenciário. Essa necessidade corresponde ao enfrentamento da vulnerabilidade das pessoas travestis e transexuais, as quais são privadas de liberdade e que sofrem de discriminação, em relação específica, por sua identidade ou expressão de gênero. Podemos observar essa necessidade de reconhecimento da cidadania LGBT a partir do testemunho de uma travesti, apresentado no Relatório de Pessoas LGBT

⁶¹Caso relatado na introdução desta pesquisa.

vivendo em pobreza no Rio de Janeiro: “Quando eu estava na prisão, era obrigada a tirar a roupa e andar nua na frente dos prisioneiros. Depois eu era ‘leiloadas’ pelos guardas” (ITABORAHY, 2015, p.45). Esse relato vai ao encontro da evidência da vulnerabilidade que mata, pois, essas pessoas são passíveis de todos os tipos de violação de direitos.

Outra preocupação relevante são as pessoas que moram nas periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro e em sua maioria, gays, lésbicas, travestis e/ou transexuais pobres e negras. Apesar do Relatório da Situação Social da População Negra por Estado do IPEA (IPEA, 2014) não demonstrar sequer a situação da população LGBT negra, o Relatório de Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro (ITABORAHY, 2015, p.26) apontou que 40,55% das(os) entrevistadas(os) se declararam afrodescendentes, sendo (7,50%) negras(os), (33,05%)⁶² pardas(os) e (26,84%) brancas(os).

A partir dessa estatística é possível deduzir que as(os) LGBTs negras (os) são mais vulneráveis a múltiplas violências causadas pela discriminação, ou seja, sofrem devido a sua cor da pele, local de vivência e sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ainda sofrem com grupos de extermínios e neonazistas que eliminam gays efeminados, travestis e transexuais por considerá-las (os) como “expurgo” do mundo, como informa o portal Terra de notícias policiais de 2013⁶³. A vulnerabilidade da população LGBT negra somente foi discutida a partir da II CEPPLGBT-RJ.

2. 2. 4 Educação

No final dos anos 2000, a UNESCO realizou uma pesquisa em 14 capitais brasileiras sobre Juventude e Sexualidade (ABRAMOVAY, 2004), que foi muito importante para obter noção do grau de preconceito e discriminação contra a população LGBT em âmbito escolar. O resultado dela demonstrou que 16.422 mil alunas (os) do Ensino Fundamental; 4.532 pais; e 3.099 mil professores apresentaram índices preocupantes em relação à dimensão do silenciamento frente à LGBTfobia. Um terço dos pais das(os) alunas(os) declararam que não gostariam que suas (seus) filhas(os) tivessem amigas(os) ou colegas homossexuais, sendo que um quarto das(dos) alunas(os) declararam essa mesma negação. A pesquisa possibilitou

⁶²“Pardo” é uma palavra na língua portuguesa, que incorpora vários tons de “marrom”, variando de branco a negro. Usado pelo IBGE como uma categoria abrangente para os brasileiros multirraciais (ITABORAHY, 2015, p.26)

⁶³Portal Terra. Pelo menos 4 grupos neonazistas atuam no RJ, diz Polícia Civil. Publicado em: 28 de mai. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/pelo-menos-4-grupos-neonazistas-atuam-no-rj-diz-policia-civil,228abe1c9faee310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

também verificar o quadro de violências contra pessoas LGBTs, frequentemente, no território escolar.

Essas informações possibilitaram à elaboração de propostas pela Câmara Técnica na, I CEPPGLBT-RJ, para a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC). Dessas, somente duas (2) foram desenvolvidas como ações em atividades locais para a intervenção com palestras e debates pelo PRSH. Essas duas foram utilizadas como instrumentos de ação inseridas no PRSH, como atividades nas escolas estaduais e instituições, quando solicitadas, em face à ocorrência de algum tipo de preconceito e discriminação LGBT. Segunda proposta número um (1), objetivou-se a

Criar cursos de qualificação para profissionais de educação e palestras de conscientização para estudantes sobre a diversidade sexual, a fim de trabalhar orientação sexual e o combate à homofobia, incluindo a questão do tratamento a alunos GLBT, desde o ensino infantil (RIO DE JANEIRO, 2008, p.37).

Embora as pesquisas apontassem para violência latente nas escolas contra LGBTs, o PRSH não conseguiu implementar nenhuma política pública para essa demanda, mesmo constando em seu relatório como meta entre 2011 e 2014 (RIO DE JANEIRO, 2011a). No Relatório Sintético, a equipe informou que não ficou ausente das violências nas escolas estaduais⁶⁴, pois os profissionais prestaram serviços de palestras informativas sobre direitos da população LGBT, todas as vezes que foram demandados (RIO DE JANEIRO, 2016c).

É importante compreender que a Educação é uma área essencial, porque ela está em todas as outras áreas, que envolvem conhecimento. As primeiras ações contra a LGBTfobia na escola foram por meio do trabalho desenvolvido pelo programa federal “Brasil Sem Homofobia” (PBSH) em Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual em 2004. Esse foi um grande disparador para o surgimento de pesquisas e artigos na área de educação, inclusive o incentivo para o surgimento do programa “Escola Sem Homofobia”.

O programa Escola Sem Homofobia foi um grande instigador para vários outros projetos que vieram discutir a violência e o abandono das(dos) adolescentes lésbicas, travestis, transexuais e gays no âmbito escolar. Desse programa, surgiram vários outros grupos de pesquisa dentro das universidades estaduais e federais. Tomemos o exemplo da UFRJ, que iniciou a discussão com o grupo de pesquisa “Papo Cabeça”⁶⁵, cujo projeto implementou ações de promoção à saúde voltadas para adolescentes, buscando ampliar o

⁶⁴O PRSH, como instância do Governo de Estado, somente poderia estar presente nas escolas de âmbito estadual.

⁶⁵Para melhores informações, acesse o site: “Papo Cabeça” <https://goo.gl/Sb2yrQ>. Acesso em: 27 nov. 2017.

debate, a troca de informações e a sensibilização pelo viés da sexualidade na vivência da adolescência. De igual modo ocorreu com o “Grupo Diversidade na Escola”⁶⁶, o qual ofereceu formação continuada para professores da rede estadual e municipal de ensino infantil e fundamental sobre diversidade sexual, gênero e raça, experiência essa da qual participei como coordenador de turma em 2016. Esses e outros grupos, em parceria com movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais e Organizações Governamentais, contribuíram para o surgimento de vários materiais didáticos sobre gênero e diversidade sexual. Um deles, o primeiro material de ensino didático: “Kit-Caderno Escola Sem Homofobia”, o qual foi apelidado pelos políticos conservadores e religiosos de “kit gay”; levando-o a ser vetado, pela Presidente da República Dilma Rousseff, em 2015. De acordo com esse material,

O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil. Dessa maneira, o Projeto Escola sem Homofobia vem somar-se aos legítimos esforços do governo em priorizar, pela primeira vez na história do Brasil, a necessidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar (BRASIL, 2015a, p. 9).

Por meio dessas informações de veto e conservadorismo em relação às supostas proibições de se discutir sobre Gênero e Diversidade na Escola, muitas mobilizações foram realizadas pelos movimentos sociais, influenciando o PRSH ao atuarem em escolas estaduais e instituições públicas e privadas.

No Relatório de Ações e Metas (2011a) foi proposto ações estratégicas e específicas como um programa de educação do PRSH. Mas, parece que essas ações não foram possíveis de obter êxito, pois ficaram limitadas as visitas esporádicas e as capacitações realizadas nas redes policiais. Outra ação importante, envolvendo a educação, foram as atividades educacionais sobre os direitos das pessoas LGBTs nas empresas e instituições públicas e privadas, incentivando a contratação e aceitação de pessoas LGBT no ambiente de trabalho, reconhecidamente uma das causas de maior discriminação contra LGBTs. O objetivo foi criar algum instrumento que pudesse dar visibilidade às instituições que acolhessem as pessoas LGBTs, diminuindo o preconceito em relação à presença delas no

⁶⁶Para melhores informações, acesse o site: “Grupo Diversidade na Escola” <http://diversidade.pr5.ufri.br/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ambiente de trabalho e locais de estabelecimento comercial. Assim, foi elaborado a proposta número doze (12), na I CEPPGLBT-RJ, com o seguinte objetivo, de “criar um selo que premie empresas que incentivem o respeito à diferença, no sentido da diversidade global, completando a temática da diversidade sexual” (RIO DE JANEIRO, 2008, p.40).

A partir dessa proposição, o PRSH criou um selo institucional para instigar a visibilidade da população LGBT. O selo foi oferecido aos estabelecimentos que adeririam a campanha *gay-friendly*,⁶⁷ como reforço à lei Anti-discriminação, Lei 7.040/2015, a qual pune estabelecimentos e agentes públicos que discriminem pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, no Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2016c). Além do selo, o PRSH criou também o Prêmio Rio Sem Homofobia uma homenagem por meio da condecoração de um troféu simbólico aos ativistas, militantes ou profissionais por terem se destacado pela causa LGBT.

2. 2. 5 Legislação e Justiça

Na I CEPPGLBT-RJ não houve nenhuma proposta para âmbito estadual, somente para o regional. Porém, na II CEPPLGBT-RJ, na comissão de Legislação, Justiça e Direitos Humanos, houve dez (10) propostas estaduais, sendo que somente uma (1), foi edificada como ação contundente do PRSH. A proposta número 10.1.3 sugere “que o Poder Executivo e Legislativo reconheça o casamento civil sem necessidade da Declaração de União Estável Homoafetiva e garanta o pleno direito de adoção aos LGBTs individualmente ou em União homoafetiva” (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 46).

A união estável foi reconhecida a partir de maio de 2011, devido a Ação de Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132), ajuizadas na Corte, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República e pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu por unanimidade a União entre pessoas do mesmo sexo, equiparando todos os direitos concedidos às uniões heterossexuais; inclusive a conversão da união estável em casamento civil. Essa decisão foi constituída pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2011, dando consentimento contrário a qualquer interpretação da Constituição Federal que possa excluir qualquer significado que

⁶⁷Termo em inglês usado para se referir a lugares, políticas, pessoas ou instituições que procuram ativamente a criação de um ambiente confortável para as pessoas LGBTI.

impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar⁶⁸. Essa conquista foi em detrimento da articulação do PRSH e do movimento social LGBT que, juntos, conseguiram criar materiais plausíveis para o sustento da Ação ajuizada pelo Governador do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2016c).

A Lei de Pensão, aprovada na ALERJ por meio da Lei Estadual 5.034 de 2007, garantiu o direito à pensão para companheiras(os) do mesmo sexo de servidores públicos estaduais, que viviam juntos como companheiros. Essa luta de mobilização por parte do movimento social trouxe a ideia de criar um programa que pudesse implementar políticas públicas para o Estado. Portanto, a luta pelo direito à pensão dos servidores públicos homossexuais foi o grande disparador para que PRSH pudesse vir a existir.

Outra proposta da II CEPPLGBT-RJ foi a que destacava a possibilidade de uma agenda ampla que pudesse dar mais visibilidade à população LGBT. A proposta número 2.1.8 solicitava “incluir no calendário das escolas públicas estaduais e municipais as datas 29 de janeiro (Visibilidade Trans), 17 de maio (Dia Mundial de combate à Homofobia), 28 de junho (Orgulho LGBT), 29 de agosto (Visibilidade lésbica), 25 de novembro (Combate à violência contra a mulher) e 1º de dezembro (Combate à AIDS) (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 34).

Esse calendário não foi implementado nas escolas, porém, essa proposta serviu como pauta contundente do movimento social LGBT de luta na Câmara dos Vereadores, para que pudessem ser incluídos os dias comemorativos como projeto de lei estadual para visibilidade específica de cada grupo como um dia do ano que pudesse ser trabalhado atividades em lugares públicos a pauta do respeito e o reconhecimento da cidadania LGBT.

2. 2. 6 Meio Ambiente

A partir de 2007, o Governo Estadual do Rio de Janeiro assumiu o compromisso e a responsabilidade em promover ações com princípios dos Direitos Humanos. Um dos programas que propunha ações em consonância com os princípios dos direitos humanos foi o PRSH, aos moldes do PBSH, em que articulava a implantação de políticas públicas estaduais, visando a diminuição de violência contra a população LGBT. Essa ideia foi em confluência com a proposta número um (1) da I CEPPLGBT-RJ em solicitação de “Contribuir para a implementação do programa Rio Sem Homofobia, em apoio às ações da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos” (RIO DE JANEIRO, 2008, p.42). Essa proposta fez

⁶⁸Supremo reconhece união homoafetiva. Notícia publicada pelo STF em: 05 de mai. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/rZTf0>. Acesso em: 29 nov. de 2017.

parte das quatorze (14) propostas elaboradas pelo grupo de trabalho para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente que oferecia subsídios junto ao PRSH. A proposta número três (3) propunha,

Construir e implementar estratégias estaduais e locais para o incentivo e estímulo à entidade GLBT, Direitos Humanos e Meio Ambiente, especialistas em políticas públicas visando atuação junto aos governos para implementação das ações do programa Rio Sem Homofobia e a construção de programas estaduais aos moldes do programa Federal (RIO DE JANEIRO, 2008, p.42).

Em 2010, o Centro de Referência da Capital iniciou seus serviços com atividades voltadas a população LGBT, a partir do decreto em Diário Oficial como instituição governamental na criação e implementação de políticas públicas para a população LGBT no Rio de Janeiro. No entanto, com os anos de atuação no Estado o PRSH não foi implementado como uma instituição permanente do Governo de Estado, ou seja, o PRSH poderia ser extinto a qualquer momento devido ao pedido do próprio governador ou à realização de novas eleições governamentais, cujo governador eleito poderia não prevalecer a continuidade dos serviços do PRSH.

O projeto de Lei que institucionalizou o PRSH, como ação permanente governamental, só foi pautado pelo vereador Carlos Minc (sem partido) em 25 de outubro de 2017 na ALERJ, com o objetivo de torná-lo uma lei de governo, e não projeto de governo, devido as ameaças de extinção que o programa vinha sofrendo e, por solicitação de manutenção, do Movimento Social LGBT⁶⁹.

2. 2. 7 Sistema Penitenciário

As duas propostas elaboradas pela Câmara Técnica na, I CEPPGLBT-RJ, para o Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro tinham como meta os assuntos referentes ao enfrentamento das vulnerabilidades de pessoas LGBT em situação de privação de liberdade. As propostas 01 e 03, respectivamente, propuseram:

Criar portaria que garanta o direito de travestis e transexuais poderem se apresentar de acordo com o gênero que pertencem durante a permanência no sistema prisional. E reconhecer a identidade de gênero de travestis e transexuais como femininas de forma que permita o seu ingresso em penitenciárias para mulheres (RIO DE JANEIRO, 2008, p.44).

⁶⁹Como membro do grupo de *WhatsApp* “Frente RJ p/ Dir. Humanos”, em 23 de out. 2017, adquiri informações para reforçar a presença do Movimento social LGBT na votação do projeto na ALERJ.

Essas propostas solicitaram cuidados específicos para a população de Travestis e Transexuais no âmbito de privação de liberdade, devido elas estarem em situação de maior vulnerabilidade em relação às violações de direitos e violências. Essas propostas deram ao PRSH informações necessárias para a criação de ações voltadas para a situação da população LGBT no Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011a). Outrossim, deram uma dimensão necessária de como o PRSH pudesse elaborar atividades, as quais propusessem capacitar e sensibilizar funcionários do Sistema Penitenciário, pois era preciso levar informações sobre direitos da população LGBT por meio de palestras, seminários e oficinas. O objetivo estava em garantir o direito a identidade de gênero de travestis, mulheres e homens transexuais, evitando constrangimentos e a descaracterização da expressão feminina realizada no sistema penitenciário, dentre elas estavam a raspagem dos cabelos e vestimentas masculinas, no caso das travestis e das mulheres transexuais.

Segundo Roberta O. Canheo, em sua pesquisa “População LGBT, políticas públicas e cárcere: uma análise da atuação do Programa Rio sem Homofobia”, as travestis e as transexuais aparecem como as mais vulneráveis, sofrendo violência física, psicológica e risco de mortes nos presídios do Estado. Em entrevista realizada com o coordenador do PRSH, Claudio Nascimento, ele diz que:

Aponto como plano de um futuro próximo, a produção de um conjunto de materiais de informação e educação, para os agentes e para os próprios presos, para saberem quais os direitos. Estaria já em fase de elaboração, com previsão de lançamento ainda para o ano corrente de 2016 e seria dirigido à população presa e seus familiares, abrangendo como temas o direito ao nome social, à visita íntima, o impedimento ao corte de cabelo, a garantia do direito à saúde, inclusive do tratamento hormonal, a ser distribuído para todas as unidades prisionais (CANHEO, 2016, p.58).

Foi possível realizar parcerias do PRSH em conjunto com a Secretaria Estadual de Assistência Penitenciária (SEAP), a qual regulamentou, no dia 21 de março de 2011, a portaria nº 395⁷⁰ que autorizava a visitação às(aos) presas(os) custodiadas(os) nos estabelecimentos prisionais e hospitalares da SEAP. Do mesmo modo, a portaria nº 558⁷¹, de 29 de março de 2015, estabeleceu diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitencial do Estado do Rio de Janeiro (SPERJ).

⁷⁰ Resolução SEAP nº 395 de 21 de mar. 2011. Site: <https://goo.gl/1NifpL>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

⁷¹ Resolução SEAP Nº 558 de 29 de mai. 2015. Site: <https://goo.gl/3Ai5qP>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

No dia 29 de março de 2015 a SEASDH e a SEAP criaram o grupo de trabalho Permanente de Políticas LGBT no Sistema Prisional do Rio de Janeiro. É importante salientar que o Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro já vinha enfrentando dificuldades de verbas e infraestrutura de um governo para outro. Essa precariedade proporcionou muitas demandas em relação à população carcerária, na qual a população LGBT estava incluída (BRASIL, 2015a).

Todavia, a precariedade do Estado impossibilitou que o plano de ação do PRSH pudesse seguir adiante, em razão de tanto o programa, quanto a SEAP sofreram com os cortes orçamentários. Além desse episódio, houve outro bem maior: a exoneração repentina do coordenador, Claudio Nascimento, em 9 de fevereiro de 2017 (MARTINS, 2017).

O Rio de Janeiro é um dos Estados do Brasil, onde ainda não dispõe de assistência penitenciária para a população LGBT, respeitando as especificidades de cada grupo, diferentemente de João Pessoa-PB, onde oferece esse serviço. Apesar da SEAP ser parceira desde a implementação do PRSH e ter uma cadeira no CEDLGBT-RJ, seus serviços à população LGBT não foram desenvolvidos, conforme os parâmetros das propostas das Conferências de Políticas Públicas LGBT, por exemplo, o desrespeito às identidades de gênero dentro do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (SPERJ). As travestis, as mulheres e os homens transexuais continuam sendo violadas(os) em seus direitos humanos, quando são colocadas(os) em alas masculinas, assim como os homens transexuais nas alas femininas. Nas afirmações de Canheo,

No Rio de Janeiro, a principal unidade onde se concentra esta população é a Penitenciária Evaristo de Moraes, localizada em São Cristóvão. Claudio citou o trabalho que vem sendo realizado por Adriana Martins, da SEAP, de cadastro de pessoas LGBTs presas, para que se levante um perfil. Até então, acreditava que cerca de 140 presos haviam sido entrevistados (CANHEO, 2016, pg. 58).

O Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciária Nacional (INFOPEN), de 2014, informa que o Rio de Janeiro é um dos Estados da federação com maior capacidade de presos nos presídios masculinos. Contrariamente, o Rio é único Estado da Federação sem problema de superlotação nas unidades voltadas especificamente às mulheres. Além disso, existem 46 estabelecimentos originalmente destinado para os homens privados de liberdades, três (3) para as mulheres e um (1) misto, sendo esse o hospital Psiquiátrico Penitenciário para homens e mulheres. Nesses estabelecimentos não há celas

específicas para grupos LGBT, como no caso do Estado da Paraíba⁷², que possibilita proteção contra a vulnerabilidade da população LGBT que já sofre violência estrutural por LGBTfobia (BRASIL, 2014a).

O Relatório Anual do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura – MNCT – recomenda aos órgãos competentes dos Governos Estaduais e Federal, que criem ações as quais garantam a existência da diversidade sexual e resguardo da identidade de gênero das pessoas privadas de liberdade, sobretudo, das pessoas LGBT (BRASIL, 2015b). De acordo com o Relatório Final de Enfrentamento das vulnerabilidades de pessoas LGBT privadas de liberdade,

Uma pessoa cuja orientação sexual ou identidade de gênero é diferente do que se espera em um contexto heteronormativo corre um risco muito maior de sofrer abuso ou violência por parte de outras pessoas presas. Com efeito, as (os) participantes concordaram que pessoas LGBT privadas de liberdade se encontram no último patamar de uma hierarquia informal que frequentemente existe dentro das prisões (ASSOCIAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA, 2015, p. 13).

Considerando essa afirmação, precisamos refletir sobre a pirâmide de desigualdade existente em nossa sociedade capitalista, à qual produz referenciais de diferenças que incidem diretamente nas identidades e nas sexualidades. Essa pirâmide precisamente incide conforme os padrões normativos que produzem graus de vulnerabilidades. Ser uma travesti ou uma(m) transexual em um ambiente, onde suas identidades de gênero não são reconhecidas, as(os) tornam propícias(os) a todo os tipos de tortura psicológica e/ou física.

2. 2. 8 Cultura

Em outubro de 2013, aconteceu em Brasília a I Conferência Livre de Educação e Cultura LGBT⁷³, realizado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (CNCD/LGBT) e a Diretoria da Diversidade Sexual da Universidade de Brasília, na tentativa de dialogar com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Secretaria de Cultura e Educação a possibilidade de incentivos, visibilidade e criação de editais para a temática da diversidade sexual.

⁷²Conforme informações contidas na reportagem “Presídios da Paraíba reservam alas para detentos homossexuais”. Publicado em: 14 set. 2013. Site: <https://goo.gl/7CztQN>. Acesso em: 30 de nov. 2017.

⁷³“Educação e Cultura LGBT”. Publicado em: 30 set. 2013. Site: <https://goo.gl/QQC2XG>. Acesso em: 30 de nov. de 2017.

Em uma das reuniões do CEDLGBT-RJ que participei, a pauta do dia foi a discussão sobre a elaboração e o incentivo a eventos que pudessem dar visibilidade a cultura LGBT no Estado do Rio de Janeiro⁷⁴. O presidente da mesa, Claudio Nascimento, havia convocado a presença do Secretário de Estado da Cultura, Esporte e Lazer para expor as dezesseis (16) propostas elaboradas na I CEPPGLBT-RJ e que não tinham, ainda, sido implementadas como políticas públicas. Contudo, ele não compareceu à reunião. Enviou em seu lugar a sua subsecretária, que nos perguntou se existia cultura LGBT. Esse questionamento nos deixou atônitos, porquanto, estava em evidência que até àquele momento a Secretaria desconhecia as várias expressões artísticas da cultura LGBT; inclusive a maior delas, a Parada do Orgulho LGBT.

A cultura LGBT sempre existiu, entretanto, nunca foi valorizada e legitimada como específica da população LGBT. O sociólogo James Green (2000b) nos retrata a história de *glamour* das travestis (as bonecas), nos grandes bailes de carnaval, ao longo das últimas quatro décadas, no Rio de Janeiro. Segundo Green, o carnaval carioca trouxe grandes contribuições à cultura dos homossexuais e das travestis nos espaços do Rio de Janeiro, reforçados pelo “carnaval de rua; os bailes carnavalescos e concursos de fantasias; e os desfiles de escola de samba” (GREEN, 2000b, p. 332).

Por conseguinte, a cultura LGBT não recebeu o devido *status* que deveria receber na sociedade. Muito menos obteve investimentos necessários para que fosse valorizada como uma cultura diferenciada na sociedade hegemônica heterossexual. Podemos pensar que isso aconteceu devido aos inúmeros preconceitos em torno das inúmeras expressões artísticas e culturas ocorridas ao longo de décadas e a falta de reconhecimento na sociedade, mesmo quando havia a visibilidade dessas expressões culturais na mídia, tais como: a exibição dos bailes de carnaval, os desfiles de blocos de rua, ou os desfiles de escola de samba. Devido ao imperativo do preconceito, as expressões artísticas ficavam reduzidas ao gueto. As expressões da cultura LGBT se constituíam por meio de shows de travesti, transformistas ou *Drag Queen*, Show bate-cabelo de *Drag Queen*, shows de músicas voltadas para a temática LGBT, exposições de fotos, livros de literaturas, poemas e pinturas de vivências LGBTs, filmes LGBTs, arte erótica homossexual, por exemplo, as expressões artístico-cultural de Dercy Penteado⁷⁵ e as performances de Laura de Vison⁷⁶.

⁷⁴ Anotações pessoais.

⁷⁵ Dercy Penteado foi artista plástico, desenhista, gravador, cenógrafo, figurinista, literato, autor teatral e pioneiro militante dos movimentos LGBT brasileiro, na década de 20, do século passado.

⁷⁶ Laura de Vison foi ícone das transformistas, professora, atriz e transformista brasileira até os anos 2000.

Na II CEPPLGBT-RJ foram elaboradas nove (9) propostas para o incentivo e visibilidade da cultura LGBT, uma delas foi a de número 3.1.2 que solicita:

Apoiar a produção de bens culturais e de eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, através da Lei de Incentivo à cultura e editais públicos, visando apoiar a produção de estudos de acervos e exposições artísticas, incluindo a descentralização de recursos de financiamento das paradas LGBT do Estado (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 37).

Um dos eventos mais conhecidos e que reúne milhões de pessoas em todo o Brasil, são as Paradas do Orgulho LGBT, pelas quais a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro são conhecidas. Elas são eventos de maior visibilidade da cultura LGBT, por agrupar muitas atividades artísticas e culturais em único espaço, agregando respeito, dignidade e direitos LGBT. É nesse encontro que podemos evidenciar a vivência da interseccionalidade, proporcionando discussões das mais diversas formas de vivenciar a sexualidade, além de ser um lugar privilegiado de exercer sua sexualidade em detrimento a classes sociais, etnias, expressões de gêneros, gerações e religiosidades. É um “caldo” diversificado, composto por vários elementos da sociedade em reivindicação por existência da população LGBT.

A primeira manifestação do Rio de Janeiro ocorreu, em 1995, na Orla de Copacabana, com pelo menos 100 pessoas. Esse público reivindicava direitos pela emancipação da homossexualidade e da liberdade sexual. Assim, surgiram outras até a formação das primeiras Paradas do Orgulho LGBT, que começaram a ser incentivadas e financiadas pelo Governo Federal por meio do Ministério da Cultura e do orçamento do PBSH, com o objetivo específico de oferecer maior visibilidade à população LGBT, diminuição da LGBTfobia e o reconhecimento da cidadania LGBT. As Paradas do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, desde sua primeira versão, foram organizadas pelo movimento social LGBT e o Grupo Arco-íris.

Um dos dois maiores pilares do movimento social são: primeiro, a luta contra a LGBTfobia institucional; e segundo, por visibilidade da população LGBT. Por isso, eles sempre estarão em evidências nas Paradas como uma bandeira a ser erguida. Surgem a partir do trabalho de visibilidade fomentado pelos movimentos sociais nos anos 70, durante o regime militar, quando começou a vir a público produções escritas para convergir pessoas a assumirem publicamente sua homossexualidade. O Jornal Lampião da Esquina fez parte desse momento histórico. Em seu primeiro número, na sessão “Opiniões”, lia-se o *slogan* “Saindo do Gueto”, o qual convocava todas e todos a saírem dos armários e dos guetos (LAMPIÃO

DA ESQUINA, 1978, p. 02). O outro pilar que envolve a luta contra a LGBTfobia institucional está nas ações voltadas contra os preconceitos enraizados nas instituições totais que reproduzem, historicamente, formas de discriminações contra a população LGBT. Segundo Simões & Facchini,

O arco de expressão e identificação de homossexualidades havia se expandido e se diversificado em meio a um período fervilhante de mudança sociais e inovadoras culturais, que culminaram o grande movimento de contestação do regime militar e abriram caminho, também, para a expressão de um movimento político homossexual, em que entrava em cena, em 1978, com publicação do jornal *Lampião* e a fundação do Grupo Somos (SIMÕES & FACCHINI, 2009. p.80).

A lógica da Parada do Orgulho LGBT, portanto, foi tentar proporcionar a visibilidade da diversidade de pessoas LGBT em suas diferenças. É, acima de tudo, um ato político ao mostrar as várias possibilidades em ser gay, lésbica, travesti e transexuais; além de reivindicar o direito de se ter direitos.

2. 2. 9 Comunicação e Mídia

Na I CEPPGLBT-RJ não houve nenhuma proposta elaborada para a Secretaria de Estado de Comunicação e Mídia, contudo, foi possível compartilhar a realização de propagandas informativas impressas (cartazes, panfletos, *folders*, etc.) e audiovisuais (vídeos e propagandas na televisão, rádio, internet, etc.) dos serviços do PRSH, através dos meios de comunicação de massa e em locais de maior circulação: centros de cidadania, hospitais, passeios, Ongs e festas temáticas LGBT.

Por outro lado, na II CEPPLGBT-RJ foram elaboradas vinte e duas (22) propostas pelo Grupo de Trabalho “Comunicação, Ciência e Tecnologia” distribuídas para duas secretarias, sendo elas: Secretaria de Comunicação e Mídia e Secretaria de Ciência e Tecnologia. A mais destacada, ao meu ver, foi em relação à solicitação de maior amplitude aos temas sobre novas experiências do movimento social LGBT, tais como: novas famílias LGBT, novas formas de prevenção contra IST, HIV/AIDS, entre outras. A proposta de número 12.1 propunha,

Ampliar, pela Subsecretaria de Comunicação Social, SEASDH/SUPERDIR de peças publicitárias no âmbito do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, em caráter permanente, abordando as especificidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e também o conjunto da população LGBT para informação sobre ampliação do conceito de família, divulgação da agenda cultural LGBT e adoção por pessoas LGBT, contra a discriminação por homo/lesbo/transfobia em todos os meios

de comunicação presentes em TODOS municípios do Estado do Rio de Janeiro (TV, rádios, jornais impressos, redes sociais inclusive mídias comunitárias (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 47-49).

Contudo, durante a primeira gestão do PRSH, 2011-2016, foi possível ver em todos os cartazes, panfletos informativos, *banners* e brindes a representação da bandeira do Arco-íris,⁷⁷ sob o Pão de Açúcar, como o logotipo principal do PRSH (ver anexo 5). Em todas as campanhas publicitárias do PRSH, era possível perceber também os dois importantes pilares do movimento social LGBT: visibilidade e diminuição da vulnerabilidade da população LGBT.

Uma das primeiras campanhas publicitárias foi sobre visibilidade LGBT do programa com o *slogan* “Respeitar é.” (Anexo 6), acompanhado do nome, orientação sexual, e/ou, identidade de gênero e um texto de autoria própria da pessoa que estava na foto publicitária. A pretensão da campanha era enfrentar a LGBTfobia, no Estado, e construir um ambiente propício para a implantação de Políticas Públicas. Além disso, os materiais tinham como objetivos proporcionar maior visibilidade das existências da população de travestis, de mulheres e de homens transexuais, de gays e de lésbicas, como protagonistas, exigindo respeito e dignidade. É notório salientar que esses materiais foram os primeiros consistentes nessa temática, com alcance do Estado do Rio de Janeiro, com intuito de proporcionar mudança estrutural para futura divulgação, promoção e luta contra as violências e o reconhecimento da cidadania da população LGBT.

Além dessa campanha, houve outras de divulgação de eventos e documentos sobre leis estaduais, voltados à informação com campanhas de serviços de prevenção contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), nos dias de evento em massa, como o carnaval, (anexo 7), direitos LGBT, entre outras temáticas do dia de visibilidade lésbica ou trans⁷⁸ (anexo 8).

2. 2. 10 Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social

Um dos obstáculos mais difícil de enfrentamento pela população LGBT é a conquista de empregos com carteira assinada e direitos trabalhistas. Essa dificuldade aumenta mais para aquelas(es) que estão mais evidentes por sua identidade de gênero e expressões de

⁷⁷A bandeira do Arco-Íris é a representação máxima da diversidade sexual e do movimento LGBT. Contudo, com o desenvolvimento dos movimentos sociais e suas representações, as bandeiras foram se diversificando nas representatividades das identidades de gênero, orientações sexuais e expressões de gênero.

⁷⁸ Referência abreviada a população de travestis e transexuais.

gênero fora dos padrões normativos da cisheteronormatividade. Existe uma desigualdade no mercado de trabalho, que destina parcelas de emprego, para àquelas(es) que não se encaixam nos padrões de heteronormatividade e de branquitude.

Essas evidências se concretizam por meio da pesquisa realizada com LGBTs, no mercado de trabalho, no Rio de Janeiro, pela *Micro Rainbow International* (2012), em parceria como o PRSH e ONGs LGBTs locais. O resultado apontou índices assustadores em relação à situação de pobreza que impossibilitam pessoas lésbicas, gays, travestis e transexuais ao campo de trabalho formal⁷⁹. Entre as pessoas LGBTs entrevistadas, “86% acreditam que pessoas heterossexuais (e cisgêneros) possuem mais oportunidades do que elas, devido a não enfrentarem preconceito, estigma e discriminação” (ITABORAHY, 2015, p. 10). Na mesma pesquisa, 40% das(os) entrevistadas(os) tiveram dificuldade de ter acesso a crédito por não possuir conta bancária, pois possuíam renda per capita mensal insuficiente para depósitos em banco; 65% nunca pediu um empréstimo bancário; a maior parte dos entrevistadas(os) recebeu alguma ajuda social; 87% disseram ter sido discriminadas(os) em locais públicos, entrevista de emprego ou ambiente de trabalho; a maioria tem medo de sofrer violência, serem tratadas(os) como diferentes ou serem prejudicadas(os) por isso (ITABORAHY, 2015). O coordenador do PRSH, ao colocar suas observações no prefácio do relatório da MRI, afirma:

O presente relatório é muito importante porque força todos nós, incluindo os decisores políticos e a sociedade civil, a refletir sobre o terrível impacto que o ódio e o preconceito têm sobre a vida das pessoas LGBT e nos convida a refletir sobre nossas responsabilidades de melhorar tal cenário. O relatório destaca, entre outras coisas, como a pobreza, o isolamento, a miséria, a falta de acesso aos serviços públicos, o abuso por parte da comunidade, a discriminação na escola e no trabalho, bem como por líderes religiosos, afetam a vida das pessoas LGBT no Rio de Janeiro (ITABORAHY, 2015, p. 7).

É importante ressaltar que, quanto mais uma pessoa possui elementos de referencial de diferença, ela se torna mais vulnerável para conseguir êxito na sociedade, inclusive no Rio de Janeiro, pois a cidade é considerada classista, racista e LGBTfóbica, ou seja, dividida por territórios entre aquelas(es) que moram e frequentam a Zona Sul e aquelas(es) que moram ou frequentam a Zona Norte, referenciais usados para identificar condições sociais. Muitas outras características comportamentais também influenciam na hora das contratações: alguns apresentam-se mais ou menos efeminados, no caso dos gays, ou

⁷⁹ Por trabalho formal, considero aqueles por meio da carteira de trabalho assinada, com todos os direitos trabalhistas inclusos ou por meio de contrato de trabalho com direitos trabalhistas garantidos por lei.

masculinizadas, no caso das lésbicas. Ou seja, ser masculinizada ou efeminado aparecem como referenciais e marcadores de diferença que os dificultam conseguir emprego. Devido a discriminação no ambiente de trabalho, muitos desses comportamentos são repreendidos e não aceitos por aquelas (es) que decidirão o aceite empregatício.

Na maioria das vezes não há compreensão sobre as homossexualidades de que o modo de ser de uma lésbica masculinizada ou de um gay efeminado são formas existenciais de expressar singularidades, assim como são os diferentes modos de viver as heterossexualidades. A potencialidade não deve ser confundida com o modo de ser de uma determinada pessoa, e sim, a forma possível que cada um tem para exercer uma determinada atividade para aquele emprego. O modo diferente da norma, deveria ser considerado como forma de saída do aprisionamento que a reprodução da cisheteronormatidade determina para a sustentação de uma igualdade de corpos que não existe.

Assim, em vez de calcarem suas aspirações nos modos de vida heterossexuais, os gays deveriam considerar que a maneira como eles inventam modos de existências, de relações, poderia, ao contrário, servir de ponto de apoio a uma renovação do direito e das instituições, de que os heterossexuais poderiam se aproveitar para escapar ao julgo da normalidade conjugal e das limitações que ela implica quanto aos tipos de relações possíveis (ERIBON, 2008, p. 393).

Por esses questionamentos, é preciso que haja investimentos em políticas públicas de prevenção contra os preconceitos e as discriminações nos campos de trabalho e emprego, para que a maioria da população LGBT saia dessa condição de pobreza. Apesar do número de propostas insuficientes demonstradas, pela pesquisa da *Micro Rainbow International* (2015), na I CEPPGLBT-RJ, foi possível elaborar cinco (5) propostas, assim como na II CEPPLGBT-RJ, foi possível elaborar seis (6). Porém, nenhuma dessas ocorreram como Ações e Metas do PRSH (2011a), ou foram implementadas como políticas públicas pelas Secretarias subjacentes a esses assuntos em relação a trabalho, emprego e renda.

2. 2. 11 Turismo, Esporte e Lazer

As propostas elaboras pelo GT Turismo, Esporte e Lazer na I CEPPGLBT-RJ para a Secretaria de Estado de Turismo e Secretaria de Estado de Esporte e Lazer se dividem em trezes (13) propostas, sendo que nenhuma delas foram implementadas como políticas públicas. Já na II CEPPLGBT-RJ foi o GT, que foi desmembrado em grupos diferentes, sendo eles: GT Turismo, com dez (10) propostas, e o GT Esporte e Lazer, com sete (7).

A maior parte das propostas da I e II CEPPLGBT-RJ solicitavam a criação de políticas públicas para a produção de guias de turismo, voltados para o público LGBT, com materiais informativos sobre: prevenção a IST, HIV/AIDS; tráfico de pessoas LGBTs; locais históricos LGBTs; locais comerciais *gay-friendly*, feiras e roteiros de viagens para LGBTs, calendário das Paradas do orgulho LGBTs no Estado; inclusão da Associação Brasileira de Turismo LGBT no Conselho Estadual de Turismo; incentivo de programas, projetos, eventos e competições esportivas para o público LGBT; entre outras possibilidades de segurança e visibilidade de investimento no turismo, esporte e lazer para a população e o público LGBT.

2. 2. 12 Adolescentes LGBT: inclusão social e Medidas Socioeducativas

Este grupo de trabalho foi acrescentado na II CEPPLGBT-RJ, o qual teve o propósito de ampliar discussões para questões até então não debatidas pelo movimento social LGBT. O objetivo estava na preocupação em elaborar propostas para as questões que envolvem a vulnerabilidade de crianças e de adolescentes homossexuais e/ou travestis e transexuais. O assunto que envolve crianças e adolescentes com relação a orientação sexual, a identidade de gênero e as expressões de gênero tem trazido muitas controvérsias e polêmicas em torno da condição por idade dessas pessoas em consideração ao Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA). O que se deve levar em consideração são as formas de vulnerabilidade que essa população se encontra por apresentar expressões de gênero diferenciadas das aceitáveis, pautadas nos comportamentos e expressões da cisgeneridade.

Se considerarmos crianças como aquelas até 12 anos e os adolescentes com idade entre 12 aos 18 anos, pela denominação do ECA (RIO DE JANEIRO, 2004), essas(es) meninas(os) encontram-se em processo de maturidade para compreender seus próprios desejos ou suas escolhas sexuais como parte da complexidade humana. É preciso considerar a dinâmica de acúmulo social e histórico, que corresponde às exigências simbólicas para os comportamentos heterossexuais compulsórios, como sendo a única possibilidade para constituição da sexualidade. Isso, de alguma forma, proporciona equívocos, quando uma pessoa chega em um determinado nível de compreensão de seus desejos afetivos e não é correspondida socialmente. As psicólogas Tatiana Lionço e Debora Diniz (2009) ao escreverem sobre a homofobia nos locais educacionais afirmam que,

Não se sabe, a princípio, quem é ou não homossexual. Muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos

pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no (a) professor (a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade. Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito. (LIONÇO & DINIZ, 2009, p.11).

De modo geral, as crianças e os adolescentes sofrem ao serem ignorados pelos discursos sobre a temática da sexualidade. Esse problema se agrava quando crianças e adolescentes, com expressões de gênero fora dos padrões aceitáveis pela sociedade da heteronorma, precisam de abrigos socioeducativos e se deparam com padrões definidos pelo binarismo de gênero.

Lembro-me de quando trabalhava no Grupo Diversidade de Niterói e recebemos uma menina, adolescente transexual, que precisava de um abrigo, pois os seus pais haviam-na expulsado de casa. Os abrigos municipais e estaduais, que se disponibilizavam a recebê-la, não tinham estruturas para garantir sua integridade e segurança, porque ela estava designada a se instalar em uma instituição contrária à sua identidade de gênero. Esse caso nos possibilitou a pensar na criação de novos instrumentos que pudessem assegurar a integridade dessas(es) adolescentes, assim como está previsto no ECA, no artigo 18: “É dever de todos e todas velar pela dignidade da criança e do adolescente, propondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizantes ou constrangedor” (Rio de Janeiro, 2004, p. 13).

No Rio de Janeiro não existe nenhum abrigo municipal ou estadual para população LGBT. Essa preocupação vai ao encontro da proposta número 8.1.4 na II CEPPLGBT-RJ: “Abrir espaços adequados de acolhimento de crianças e adolescentes LGBTs com maior número de funcionários sensibilizados e formados na temática e ampliação da rede de apoio social” (Rio de Janeiro, 2011b, p. 45).

2. 2. 13 Rio Sem Homofobia: serviços de atendimento, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas LGBT

Este Grupo de Trabalho foi criado especialmente a partir da II CEPPLGBT-RJ, que teve como objetivo elaborar propostas muito específicas para o PRSH e de caráter emergencial para a população LGBT. Parece-me que o acúmulo de propostas elaboradas na I CEPPLGBT-RJ se somaram àquelas não implementadas como políticas públicas. Posteriormente, essas propostas não implementadas somaram-se àquelas na II e III

CEPPLGBT-RJ, e que devido às suas dificuldades de implementação, proporcionaram um descrédito ainda maior na população LGBT.

Algumas políticas públicas foram implementadas no período de gestão do PRSH, mas elas não conseguiram atender a real necessidade da população, talvez devido ao acúmulo histórico de muitos anos de violências e violações de direitos LGBT. Desse modo, foram elaboradas dez (10) propostas para que o PRSH pudesse executar com a máxima urgência dentre as quais, a proposta número 11.1.1 que indica,

Implantação, até dezembro de 2012, dos Centros de Referência da Cidadania LGBT de Nova Iguaçu e Niterói⁸⁰; e até 2013, dos 13 Núcleos de Atendimento Descentralizados da Capital e os Centros de Referência da Cidadania LGBT de Cabo Frio, Resende, São Gonçalo, Petrópolis, Natividade, Macaé e Angra dos Reis, com realização de concursos públicos e que 75% do quadro seja composto por servidores públicos (RIO DE JANEIRO, 2011b, p. 47).

Essa proposta seguiu com os objetivos propostos na inauguração do PRSH, que destinava em seu plano orçamentário a possível construção de treze (13) Centros de Cidadania LGBT (CC-LGBT), em territórios estratégicos do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, somente quatro foram construídos.

⁸⁰O Centro de Cidadania LGBT de Niterói foi inaugurado em: 06 de jun. 2012.

CAPÍTULO III

PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA: LUTAS, DESAFIOS, ACERTOS E FALTAS PARA O RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT

Com o objetivo de obter mais informações sobre o PRSH, decidi realizar entrevistas com quatro gestores, no período preciso entre novembro e dezembro de 2016, a fim de dar mais coesão à pesquisa⁸¹. Essas entrevistas objetivaram analisar minha hipótese inicial sobre a participação dos movimentos sociais, constituídos no final dos anos 90, na idealização de um programa estadual tal como o PRSH. Com isso em mente, questionei-me se o PRSH emergiu como uma resposta às reivindicações da população LGBT para o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro? O meu medo foi que não tivéssemos como obter informações necessárias, devido às informações divulgadas nas redes sociais sobre o término do PRSH por falta de verba orçamentária, diante da suposta falência do Governo do Estado do Rio de Janeiro⁸².

Segundo Antônio Carlos Gil, uma hipótese tem papel fundamental na pesquisa, por sugerir explicações aos fatos. Contudo, as entrevistas foram realizadas através de um roteiro semiestruturado com perguntas abertas (anexo 9) “em que uma das partes busca coletar dados e outra se apresentar como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 42).

As análises das entrevistas, neste capítulo, foram delineadas por meio de categorias de análise, com o objetivo de compreender como movimentos sociais contribuíram para a elaboração do PRSH na implementação das políticas públicas e no reconhecimento da cidadania LGBT. Seis categorias foram utilizadas para analisar as entrevistas realizadas, são elas:

1. A inserção do ativismo estratégico e desafios dentro do governo para o fortalecimento do PRSH;
2. A importância da I Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT para o surgimento das ações para o PRSH;

⁸¹É importante salientar que logo após as entrevistas realizadas com os gestores, o PRSH sofreu instabilidade orçamentária tornando inviável qualquer informação sobre os serviços, pois a maioria dos profissionais que vinham acompanhando o programa foram substituídos. O seu portal eletrônico, na *internet*, com todas as informações sobre o programa foi retirado para consulta.

⁸²Logo após exoneração do Superintendente Claudio Nascimento da coordenadoria do PRSH, todas as informações históricas do programa foram retiradas da *internet*, ou seja, o site oficial do PRSH está indisponível e a maioria das funcionárias (os) foram demitidas (os) de seus cargos de gerência.

3. A estratégias políticas do movimento social LGBT para elaboração do PRSH;
4. A estrutura política do Conselho Estadual dos direitos LGBT do Rio de Janeiro para manutenção das políticas públicas implementadas pelo PRSH;
5. Os serviços e ações do PRSH; e
6. As estratégias políticas do PRSH como instrumento de transformação social.

As entrevistas foram delineadas conforme as categorias de análises do roteiro de entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 10), com vistas a obter informações pertinentes aos desdobramentos históricos entre movimento social, sociedade civil e o PRSH como instituição governamental, parceiros na elaboração e implementação das políticas públicas para a população LGBT. As análises das entrevistas foram divididas pelas categorias elencadas acima, as quais nortearam os assuntos pertinentes aos temas das propostas. Todas as entrevistas (Anexo 11) foram realizadas no Centro de Referência LGBT da Capital em dias alternados, conforme a agenda de cada gestor.

Ao chegar no sétimo andar do prédio da Central do Brasil, no rol de entrada, havia vários cartazes informativos sobre os serviços do PRSH. No corredor de entrada havia várias salas de ambos os lados, sendo o lado esquerdo as salas do PRSH e direito as salas de outras secretarias sociais. O interessante foi perceber que durante o percurso até a sala de entrevista pude visualizar vários pôsteres, cartazes e quadros enfatizando a história do movimento LGBT do Rio de Janeiro. Na sala de reunião podia-se ver o quadro da primeira Parada do Orgulho LGBT de 1995 em Copacabana. Confesso que como ativista, senti-me pertencente aquelas histórias de luta por cidadania.

Esta primeira entrevista foi realizada no dia 01 de dezembro de 2016, às 13 horas, em uma sala, ao lado do Disque Cidadania LGBT, com o coordenador do Centro de Cidadania LGBT da Baixada Fluminense I, Ernane Alexandre Pereira, homem, cisgênero, branco, homossexual, solteiro, gay assumido, ativista dos direitos humanos, formado em Ciências Jurídicas e Especialista em Saúde Pública, pela FIOCRUZ. Ao chegar a sala de entrevista fui recebido por ele, no qual nos sentamos, um ao lado do outro, com gravador sob a mesa entre nós. Nesse dia, tivemos que fazer a entrevista um pouco mais rápida, em face ao evento de apresentação do Relatório Sintético da Gestão de 2016 do PRSH, e da entrega do Prêmio Rio Sem Homofobia, para alguns ativistas que contribuíram na luta contra a LGBTfobia no Estado no ano de 2016.

Começamos falando sobre seu histórico, o início de suas atividades como ativista gay no movimento social LGBT, antes de estar como representante institucional no governo. Ele deixou bem claro a diferença entre: “estar como sociedade civil” e “estar como representante governamental” e como “gestor de políticas públicas”. Ernane relatou ter saudades de quando era militante do movimento social, pois tinha muito mais liberdade de se colocar politicamente contra alguns posicionamentos do governo em relação à falta de infraestrutura para a permanência do PRSH contra a LGBTfobia institucional. Continuando seu relato, falou sobre os desafios que a equipe do Centro de Cidadania da Baixada Fluminense enfrenta todos os dias, para manter forte os objetivos do PRSH contra as violências regionais, as quais interferem na implementação das políticas públicas LGBT. Contou ainda da importância da contribuição do movimento social LGBT, cobrando do Estado a permanência do PRSH na luta contra as violações de direitos e contra as arbitrariedades governamentais contra as políticas afirmativas, além das dificuldades dentro do próprio Estado na luta contra a LGBTfobia institucional.

Após o término da entrevista, pude participar do Prêmio Rio Sem Homofobia através do qual recebi materiais importantes do fechamento da gestão de 2016. Sobre o prêmio, os contemplados foram: o professor sociólogo e pesquisador da UERJ, Sergio Carrara, por sua pesquisa e lançamento de seu livro sobre o PRSH; o psicólogo e pesquisador da FIOCRUZ, Nilo Fernandes, por sua pesquisa sobre novas profilaxias contra HIV/AIDS para Homens, que fazem sexo com homens (HSH); o professor e pesquisador da UFRJ, Marcos Vinícius Oliveira Silva, por sua contribuição como assessor jurídico ao PRSH; e a professora e pesquisadora da IFRJ, Jaqueline Gomes de Jesus, e sua equipe do Grupo Diversidade na Escola, da qual fiz parte, pelo trabalho realizado contra a LGBTfobia, racismo e sexismo nas escolas. No final do evento, pude também realizar a segunda entrevista com o coordenador do Centro de Cidadania LGBT Leste Fluminense, de Niterói, Olavo De Martino, que estava no evento.

O coordenador Olavo De Martino – homem, cisgênero, branco, homossexual, gay assumido, ativista dos direitos humanos, psicólogo – começou falando sobre sua rápida inserção no movimento social LGBT como ativista gay. Enfatizou sobre os desafios que ele e sua equipe enfrentam no Centro de Cidadania de Niterói, em sustentar seu maior desafio, a luta contra a violência institucional durante sua permanência como gestor. Ele afirmou compreender hoje sobre a importância de ter sido militante, para acreditar na luta do PRSH contra as violações e violências históricas contra a população LGBT. Martino falou também sobre como os serviços são realizados pela equipe do Centro de Cidadania e como as

atividades se desenvolvem em parceria com a rede de apoio social do município, para obter êxito na luta contra as vulnerabilidades da população LGBT.

No dia seguinte, 02 de dezembro, voltei para realizar a terceira entrevista com a Coordenadora do Centro de Cidadania LGBT da Capital, Elizabeth Fernandes, – Mulher, cisgênera, heterossexual, casada, ativista dos direitos humanos e psicóloga – assessora direta do Superintendente Claudio Nascimento, e que naquele momento estava substituindo o coordenador de férias do Disque Cidadania LGBT. A entrevista com Elizabeth foi mais rápida do que as demais, sendo realizada em uma sala ampla, ao lado do *call center*, no Disque cidadania LGBT. Ela relatou sobre a sistematização de atendimento do disque cidadania e alguns desafios que o PRSH veio enfrentando durante sua gestão em relação à onda conservadora religiosa que o Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo e que tem refletido no programa. Esse relato pode ser reafirmado por todos os entrevistados.

A quarta entrevista, final, foi com o superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos e Coordenador Geral do PRSH, Claudio Nascimento Silva, – homem, cisgênero, negro, homossexual, gay assumido, casado, ativista e militante dos direitos humanos – foi realizada, no dia 18 de dezembro de 2016, às 14 horas, em seu gabinete: uma sala ampla e aconchegante com uma mesa no centro para reuniões, decorada conforme sua preferência e gosto. Essa entrevista precisou ser remarcada três vezes, em razão dos compromissos do entrevistado. Durante o diálogo, fomos interrompidos três vezes para assinaturas de alguns documentos em relação ao PRSH. Ele foi muito solícito com as perguntas, respondendo sempre com um breve histórico sobre os acontecimentos, que envolveram a construção do PRSH, até os dias atuais.

O coordenador geral do PRSH, Claudio Nascimento, falou de seu histórico como militante e ativista, junto a outras(os) militantes dos movimentos sociais LGBT. Sua representação nos movimentos LGBT's e sua luta contra a LGBTfobia no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro foram e são reconhecidas, favorecendo-o a ocupar o lugar de coordenador do PRSH. Ele ainda contribuiu para a construção política do programa Federal Brasil Sem Homofobia e do programa Estadual Rio Sem Homofobia, para a criação dos direitos da população LGBT junto ao governo do Estado do Rio de Janeiro e para a implantação e a implementação das políticas públicas LGBT. Nascimento falou também sobre seu envolvimento político, que o ajudou a encarar alguns desafios e embates dentro do governo, objetivando alcançar o êxito do PRSH durante estes dez anos em que está como gestor.

Assim, as entrevistas mostraram que o movimento social, composto pelo conjunto de pessoas, que lutam por direitos e o reconhecimento da cidadania LGBT, destinou-se a lutar

também por políticas públicas significativas e simbólicas, urgentes, que visassem diminuir a LGBTfobia institucional estruturada na sociedade. Todas(os) as(os) entrevistadas(os) mostraram em seus relatos as suas histórias de envolvimento com o ativismo e a militância, com o movimento social, e como essas experiências contribuíram para o entendimento na luta contra as violações e as violências contra a população LGBT.

É importante destacar que antes mesmo de se pensar nas conferências, os grupos de gays, lésbicas e travestis já lutavam em um embate entre aquelas(es), que exigiam existir, contra as(os), que hesitavam deixá-las(os) de existir. Sobre esse empasse, o superintendente Claudio Nascimento afirma:

Importante dizer que a história da política pública para LGBT no Brasil é muito recente... se a gente for ver no início dos anos 2000, como o programa Nacional de Direitos Humanos I e II, que fazem citações muito genéricas sobre diagnósticos de situações, assumindo que havia discriminação contra LGBT, numa frase somente! No segundo, já apresenta algumas propostas desarticuladas no âmbito do programa para enfrentar a discriminação, mas ainda há muito de caráter incipiente e frágil, sem nenhum tipo de comunicação entre elas e sem fazer parte de uma estratégia mesmo efetiva. E, depois, com o processo de preparação da participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminações Raciais, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que aconteceram, na África do Sul, em 2001. O Brasil, como a maior diáspora negra, precisava ter uma participação bastante destacada, por conta dessa história de escravidão e de ser a maior diáspora negra do mundo. A época, porque eles queriam discutir a questão que era orientação da ONU, precisava também pra trabalhar as questões das intolerâncias correlatas, tinham que também pensar as questões de gênero e de orientação sexual. Então como eu conseguia, vamos dizer assim, representar a questão da comunidade LGBT no Brasil, e na época eu estava na Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis (ABGLT), então tinha essa posição de também um pouco de ajudar articular os movimentos e tal. E ainda assim, ter uma história... ter uma identidade negra e nordestina, isso também era mais um elemento que poderia ser como facilitador para um diálogo com os outros movimentos, principalmente movimento negro, porque é o tema da conferência principal era a questão do racismo, mas era necessário discutir racismo e intolerâncias correlatas. Até porque, quando você é negro e gay, ou, é negra e lésbica e soro positivo, você vai ter uma ampliação do grau de vulnerabilidade social do indivíduo, então se você já sofre em uma determinada potência de discriminação, quando se somam a outras geram estigmas sociais, mais ainda você vai sofrer o preconceito e vulnerabilização (Relato, Claudio Nascimento).

O relato de Nascimento nos faz pensar que antes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, somente foi mencionado nos Planos Nacionais de Direitos Humanos 1 e 2 (PNDH), genericamente, a possibilidade de criação de políticas públicas de proteção e promoção contra violências no Brasil, pois havia uma luta histórica na tentativa de tirar do papel ações reparadoras e afirmativas que destinassem “apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais” (BRASIL,

1996, p. 8). A experiência de Nascimento como ativista negro, gay e gestor em articulação com o Estado apontou a necessidade da discussão sobre o assunto em relação a situação da população LGBT em âmbito internacional. Essa seria a segunda vez que a comissão brasileira apontava este tema como de suma importância para a criação de ações voltadas contra as vulnerabilidades da população LGBT. Porém, essas ações ficaram no papel até 2004, quando foi possível colocar em prática planos contundentes voltados para elaboração de instrumentos importantes em prol da erradicação da homofobia no Brasil.

De acordo com as proposições de Aguião (2014, p.16), para que exista reconhecimento da cidadania é preciso construir uma dinâmica própria de constituição de direitos para determinados sujeitos, e para se ter o reconhecimento deles, precisam-se de táticas, estratégias de organização e performances do fazer político, envolvendo a replicação de formatos desse mesmo fazer entre movimentos sociais, disputas internas aos próprios movimentos, bem como a circulação desses formatos para cenários governamentais.

O grande desafio seria como fazer com que a sociedade pudesse reconhecer as pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais como cidadãs possuidoras de direitos no Brasil? Isso só foi possível a partir de 2004, na primeira gestão no governo Lula, por meio da articulação do movimento social junto com o Governo Federal na elaboração e criação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH)⁸³ e da possibilidade das conferências Nacionais de Políticas Públicas LGBT com a participação popular. Segundo Nascimento,

De novembro de 2003 a maio de 2004, nós passamos seis meses, fazendo uma série de negociações e reuniões. Eu lembro que fui para Brasília nesse período quarenta e duas vezes... foi uma coisa muito intensa, porque o governo precisava dar respostas. Tinha um ambiente propício, favorável, de um governo democrático popular que estava aberto a esse debate. Tinha um conselho nacional de combate à discriminação, que já tinha sido criado no governo anterior, mas estava meio tímido e que agora tinha mais respaldo, porque estava num governo mais progressista. Então tinha mais condições de fazer mais coisas através do conselho... conseguimos organizar audiências com quase todos ministros das áreas de políticas temáticas e reuniões com as áreas técnicas de quase todos os ministérios, para poder burilar e desenhar o melhor jeito de escrever as propostas (Relato, Claudio Nascimento).

Isso só foi possível também, devido ao presidente Lula ter decretado os Direitos Humanos, como políticas de Estado (BRASIL, 2010), como metas nas agendas governamentais para implementação das políticas públicas para populações consideradas vulneráveis; tais como a LGBT. O PBSH foi uma iniciativa do Governo Federal, do

⁸³ Para melhores informações sobre o PBSH consultar (IRINEU, 2016).

presidente Lula, para elaborar ações em âmbito nacional no combate à violência e à discriminação contra LGBT. O Plano tinha como perspectiva, ações baseadas nas premissas dos direitos humanos com objetivos e metas plurianuais para apoiar projetos de fortalecimento institucionais públicos, e ONGs que pudessem promover a cidadania LGBT e combate à homofobia (BRASIL, 2004). Esse programa foi o resultado de uma intensa cobrança do movimento social LGBT ao governo, já que a homossexualidade estava como indicativa para ações afirmativas, desde os PNDH 1 e 2.

No PNDH 3, o termo homossexual foi mencionado três vezes, tal como no PNDH 1 e 2; o termo LGBT aparece pela primeira vez em nove ações a serem contempladas para políticas públicas, dando a importância da especificidade de cada grupo na macro diversidade que compõe a população LGBT (BRASIL, 2010).

A I Conferência Nacional de Políticas Públicas GLBT⁸⁴ foi elaborada com intuito de alcançar maiores informações sobre demandas regionais e estaduais, para que pudessem ser criadas políticas públicas destinadas à população LGBT, respeitando as especificidades regionais. Segundo considerações de Silvia Aguião (2014), a I Conferência Nacional de Políticas Públicas GLBT, por meio da participação do Partido dos Trabalhadores (PT), foi uma grande contribuinte na elaboração e idealizações das políticas públicas para a população LGBT, para a implementação do Programa Federal “Brasil Sem Homofobia”, e para o reconhecimento de direitos em relação às reivindicações como instrumento estratégico de interlocução entre Movimento Social, Estado e Governo no reconhecimento da cidadania.

O Rio Sem Homofobia, por consequência, foi um desses programas idealizados pelo movimento social para constituir ações voltadas contra a LGBTfobia no Estado do Rio de Janeiro.

No governo Lula, aí a gente faz em 2008 a Conferência Nacional, o governo estadual, Rio, vem com a disputa em 2006 e na eleição de 2006 no primeiro turno, a gente faz, quando eu digo a gente é grupo Arco-Íris e mais outros grupos juntos. Participaram o GDN, a ASTRA, o grupo GPD, não era GPD ainda era movimento... de Caxias os grupos da baixada... participou de reuniões que eu chamei para a gente construir o plano, que chamava Carta Compromisso por um Rio Sem Homofobia. Na época isso era a coisa mais avançada! Por isso que eu falei que tudo tem que ser analisado pelo tempo histórico! (Relato, Claudio Nascimento).

O serviço do Disque Defesa Homossexual do Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual do Rio de Janeiro (CERCONVIDH-RJ) criado

⁸⁴ Para melhores informações sobre a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT consultar (AGUIÃO, 2014).

em 1999, ofereceu alguns resultados para futuros equipamentos governamentais que pudessem diminuir, pelo menos, o número expressivo de violência histórica contra a população LGBT. A partir de seu relatório (DDH, 1999), foi possível ter uma dimensão territorial do Estado à vulnerabilidade em que essas pessoas se encontravam, pois elas não são respeitadas como sujeitos de direitos. Naquela época, não se tinha ações concretas contra a LGBTfobia de âmbito governamental no Estado. Quanto mais invisível a população LGBT se encontrava, mais se tornava vulnerável, ou seja, quanto menos se sabia sobre seus direitos, mais ficava à mercê da violência.

Para o superintendente Claudio Nascimento, a contribuição do movimento social foi muito importante para a construção do PRSH. Segundo o sociólogo Luciano Fedozzi (2009), foi somente a partir do surgimento de movimentos sociais na luta por igualdade de acesso ao espaço urbano e de bens e serviços públicos, que o discurso baseado na noção de direitos e cidadania começou a fazer sentido para essa camada social. A criação dos conselhos representativos e dos orçamentos participativos foram bons exemplos para as principais instâncias participativas populares no Brasil.

Foi também a partir do governo Lula, que a participação popular começou a fazer parte do governo, com ativistas e militantes, ocupando cargos de gestão com intuito de levar conhecimento dos movimentos sociais para a construção de políticas públicas específicas para as populações. De alguma forma essa estratégica proporcionou maior aproximação da população LGBT com o governo, muito embora o movimento LGBT perdesse seus maiores articuladores ativistas, que a partir de então estavam no lugar de gestores. É o que afirma Claudio Nascimento:

Depois disso, o governo Lula, ainda nas eleições, tem um debate dos candidatos a presidente nos programas de governo... e o candidato Lula aponta que no seu programa de governo, que caso fosse eleito, implementaria algumas medidas para enfrentar a discriminação e promover os direitos. Lula é eleito, e então em 2003 começa seu governo, e neste então, eu e um grupo... Yone e Janaína Dutra... somos eleitos no congresso LGBT de Manaus, os representantes para o segundo mandato do Conselho Nacional de combate à Discriminação que são de dois em dois anos, entrei no conselho nacional no mesmo tempo em que o governo Lula tomou posse... muito próximo... no mesmo ano! Aí então, comecei a debater de dentro do conselho nacional, junto com meus colegas a necessidade do governo, de não só colocar em prática a promessa do candidato, como também... porque... já havia apontamentos até mesmo desse relatório, da necessidade de não mais dar conta de responder as ações de forma estanque. Era preciso ter um conjunto de estratégias... e para isso, era preciso ter um programa de ações e metas com responsabilidade de cada ministério e tal para avançar nisso (Relato, Claudio Nascimento).

Como podemos ver, o PRSH foi estruturado conforme os ideais estratégicos do movimento social constituídos a partir da terceira onda⁸⁵, ou seja, um período histórico-político de institucionalização dos movimentos sociais LGBT em organizações não-governamentais, em que os múltiplos grupos ativistas já se encontravam estruturados politicamente em parceria com o Estado. O objetivo era promover “a diversificação dos vários sujeitos do movimento na atual designação LGBT” (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

As Organizações Não-Governamentais, que lutaram contra a epidemia de AIDS nos anos 90, tornaram-se os grandes nascedouros para a institucionalização dos grupos específicos dos movimentos sociais LGBT, em sua maioria, com princípios voltados para a luta específica de reconhecimento da cidadania. Porém, havia muitos entraves sociais, de cunho moral, que interferiram nesse processo de reconhecimento da cidadania LGBT.

A participação estratégico-política para a criação do PRSH só foi possível devido a união dos movimentos sociais, compostos por militantes e ativistas que já estavam envolvidos politicamente com o Estado. Foi o que aconteceu com Claudio Nascimento⁸⁶, ativista e militante, com seu histórico e *expertise* na luta por direitos humanos da população LGBT e que se encontrava como superintendente da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Foi preciso reciprocidade entre o conhecimento das experiências do movimento social e o governo para alcançar a possibilidade de inserção política LGBT, conforme afirma Claudio,

eu acho que sim, até porque tem muita gente que está na gestão e que está coordenando determinadas áreas, mas se ela não tem aquela temática como algo que significa muito para ela, e caro, para história de vida do seu grupo, da sua comunidade... aquilo que é só mais um emprego, mais um trabalho que quando acabar...tchau! Estou indo para outro e tal! Quando a gente consegue ter pessoas que vêm da militância seja qual for, que têm compromisso e vai para gestão...a coerência é tentar fazer uma mediação entre o que você acredita e entre o que é possível e em dado momento... você tenta imprimir uma marca que seja diferente. Por exemplo, agora mesmo eu estava discutindo cartão de final de ano, que a comunicação ia fazer para Rio sem Homofobia.... Não, eu quero ver! E aí chamei minha equipe para ver! Ah, mas uma coisa tão simples... é só um cartão de final de ano! Não é, porque eu quero saber o que vai passar de mensagem para minha população (Relato, Claudio Nascimento).

⁸⁵A “terceira onda” é um momento histórico a partir dos anos 90, segundo James Green, que deu início à institucionalização dos movimentos sociais LGBT (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 14).

⁸⁶Claudio Nascimento atua há 25 anos na militância LGBT. Já foi secretário de Direitos Humanos da ABGLT; presidente membro do Grupo Arco-Íris/RJ; membro do conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República; presidente do Conselho Estadual de Direitos LGBT do RJ; superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; Coordenador do Centro de Referência LGBT e do PRSH; e coordenador da Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, desde 1995.

Parece que estas estratégias é algo menor em comparação ao acúmulo de complicações que envolve a realidade das pessoas LGBTs, mas estes cuidados, como o cartão postal de final de ano, é uma estratégia que potencializa o sentido de pertencimento ao grupo representativo.

O PRSH, além de propor informações sobre direitos LGBT para as instâncias governamentais, tem também a função de cobrar delas a execução das políticas públicas.

Eu sou coordenador geral do programa e superintendente de direitos individuais, coletivos e difusos da secretaria de Assistência Social de Direitos Humanos, onde esse programa está ancorado como a superintendência no papel de coordenação executiva de articuladora dessa política junto as outras secretarias de Estado. Nem tudo a gente executa aqui diretamente, mas o nosso papel é de articular e de acompanhar o que está sendo feito em outras secretarias. Porém, também tem uma parte de execução de políticas e ações específicas que são realizados aqui mesmo pelo programa Rio sem Homofobia, através da superintendência de assuntos coletivos e difusos. (Relato, Claudio Nascimento)

O papel desenvolvido pelo superintendente Claudio Nascimento, assim como por outros militantes e ativistas dentro do governo, ajudou no intercâmbio entre as secretarias governamentais e as propostas elaboradas para serem implementadas como políticas públicas LGBT. Esses atores sociais contribuíram para a formação da Câmara Técnica, na I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT (I CEPPGLBT-RJ), com o objetivo de propor ações necessárias para a execução e a elaboração de medidas para o PRSH. Em seu relato sobre a dificuldade de criar parcerias e negociações, e dar início às ações do PRSH ele nos fala,

E na época para a gente, começou a movimentar a tal da Secretaria de Justiça um resto de móveis do Departamento de Direitos Humanos. E ainda da Secretaria de Segurança Pública, do Beltrami, que nos ajudou a dar uns móveis e umas cadeiras velhas; foi assim! Então, a gente sempre trabalhou na perspectiva de que precisava ser política pública de caráter intersetorial e articulado. Às vezes, você consegue até pegar do parceiro uma cadeira quebrada, mas só o fato de você ter dialogado com ele, e mostrá-lo que precisava da sua ajuda dando o que tinha de melhor; seja aquela cadeira quebrada. Eu então não vou desfazer daquela cadeira quebrada. Eu vou pegar e vou mandar consertar para usá-la até o momento que eu puder mandar comprar uma nova. Mas aí, eu já vou ter uma conexão com aquele gestor, tornando-o meu parceiro (Relato, Claudio Nascimento).

É importante notar o envolvimento e a articulação desses gestores para a criação de parcerias dentro do governo em relação aos entraves que envolvem também possíveis

obstáculos sobre os assuntos pertinentes ao PRSH. Nascimento nos mostra o quanto era preciso acreditar na I CEPPGLBT RJ como um evento dotado de esperança para construção do PRSH para implementação de políticas públicas para a população LGBT.

E aí então a gente fez, bom... a conferência vai ser em 2008, era maio de 2008; maio ou junho?! Maio foi a estadual e junho foi a federal, aí eu falei assim: “— poxa, então a gente pode conectar o processo de construção do programa Rio Sem Homofobia, com o processo de mobilização e discussão de políticas públicas na conferência GLBT”. Então todo esse conjunto de propostas que a câmara técnica elaborou, pode entrar no caderno do texto-base da conferência da I Conferência Estadual GLBT; que é a contraparte estadual para conferência nacional. E aí então o que a gente fez, foi isso! E aí a gente pode inclusive regionalizar o debate das propostas do programa Rio Sem Homofobia, que a gente fez dentro da câmara técnica entre junho e dezembro de 2007... (Relato, Claudio Nascimento).

O PRSH foi elaborado por meio dessa Câmara Técnica, como foi descrito anteriormente, escolhida com objetivo de compor um grupo homogêneo que pudesse alocar ideias precisas sobre como seria o programa para âmbito Estadual. Essas escolhas partiram como pontos estratégicos, com o objetivo de compor parcerias institucionais e universitárias para criação de instrumentos fortes na luta contra o preconceito, pois não bastava apenas ter o programa vinculado somente entre o movimento social e o governo, também era necessário trazer a parceria das universidades, dos pesquisadores e de outras instâncias, como afirma Nascimento,

E aí, cria-se a câmara, e a gente compõe representatividades do poder público e da sociedade civil, convida inclusive outros setores, como a UERJ, que nos ajudam a construir a análise das políticas públicas. Convidamos também, os conselhos profissionais para desde o início construir com a gente esse caminho [...]. Eu aprendi uma coisa, que é preciso está entre os mais qualificados... não na perspectiva elitista, mas na perspectiva de produzir coisas com mais qualidade e sem estar distanciando da crítica. Agora, a crítica construtiva que a pessoa vai trazer ao ambiente para acúmulos de forças, para a construção de agenda e não ficar divagando e detonando tudo; isso não serve para nada (Relato, Claudio Nascimento).

O PRSH iniciou, em 2007, em um andar no prédio anexo do Palácio Guanabara, no bairro de Laranjeiras. Nesta época, ao entrar, era possível ver a cadeira reformada, em vermelho e preto, doada ao programa, conforme afirmou Nascimento. As reuniões da Câmara Técnica eram realizadas no auditório do prédio anexo, e as análises dos textos para o caderno-base eram realizadas em uma sala de reunião improvisada, ao lado da sala minúscula, do

PRSH, coordenadas pelo superintendente Claudio Nascimento e sua secretária Heliana Hemetério⁸⁷.

Em 2009, após as diretrizes criadas na I CEPPGLBT-RJ o programa começou a estruturar suas ações e metas conforme as necessidades da comunidade LGBT. Porém, o PRSH teve que se organizar, infraestruturadamente, devido sua mudança de endereço do prédio anexo do Palácio Guanabara para uma sala no DETRAN e, daquele local, para o 7º andar do prédio da Central do Brasil. Essa mudança durou um ano, de 2009 a 2010, para que todo o andar pudesse estar adequado para receber os mecanismos de atendimento à população LGBT. Esse ambiente era mais confortável. Ao entrar, deparávamo-nos com um corredor com várias salas que foram cedidas pelo superintendente a outros programas sociais. As primeiras salas, à esquerda, ficavam o das baias do Disque Cidadania LGBT. Mais adiante, outras salas de atendimento e, logo em seguida, um rol de entrada para a sala da secretária Denise Taynáh e outra do superintendente Claudio Nascimento. Do lado esquerdo, estavam as salas de outros projetos sociais contra as violências de relações raciais, intolerância religiosa, mulheres, idosos e etc. Ao final do corredor, poderia ser encontrado o auditório com aproximadamente 200 lugares, equipado para eventos. Segundo Nascimento,

Foi assim que iniciou a política pública, iniciou pela porta da frente com o reconhecimento da militância, com reconhecimento desse diálogo com a sociedade civil, com a construção do local... aí numa época olha só tem essa salinha aqui! Que era uma salinha no segundo andar, você chegou a ir lá... feinha pra caramba com gesso quebrando, rato atravessando, barata e tudo mais; horrível! Eu falei para Benedita: tudo bem, não tem problema nenhum a sala! Você vai me atrapalhar? Você vai criar empecilho para mim, para eu buscar dentro do governo e fora do governo recursos para construir, para dar uma melhora aqui? Para depois buscar um outro espaço para criar a nossa área? Na época eu sinto que... ela não vai ficar ofendida com isso se você colocar. Mas na época, eu sinto que ela me achou um lunático! Menos que isso, pretencioso! Eu estava muito feliz e eu estava sendo ingênuo. E eu entendi a leitura dos olhos dela, mas não era uma coisa assim de crítica... era quase uma coisa ingênua dela também. Tipo assim, nossa que bonito que ele está sonhando tanto assim, mas não é assim, não vai chegar (Relato, Claudio Nascimento).

Além da vitória de conseguir ter um andar inteiro na Central do Brasil, outra vitória do movimento LGBT foi ter conseguido criar o Conselho Estadual de Direitos LGBT (CEDLGBT-RJ), como instrumento governamental. Ele foi criado na I Conferência Estadual de Políticas Públicas GLBT como instrumento de monitoramento das políticas públicas que seriam implementadas pelo Estado. Segundo Herrera-Flores (2009, p.68), todos esses esforços

⁸⁷Ativista feminista do Movimento de Mulheres Negras e Lésbicas.

levaram à prática para a perspectiva dos direitos humanos, de modo a transformar a “forma” sobre a qual se construirá um novo conceito de justiça e de equidade. Articulação e estratégia são, assim, instrumentos importantes que devem estar aliados no momento da elaboração de mecanismos governamentais permanentes contra a violação de direitos.

A gente precisa fazer algo mais, um conjunto a de dez propostas e cinco propostas prioritárias. E aí vocês precisam escalonar conosco o que que é prioridade. Isso foi construído coletivamente na câmara técnica e publicado em Diário Oficial. Entendeu... aí discutimos ali, bom a primeira prioridade é a criação do Conselho Estadual LGBT, porque passada essa fase da câmara técnica e da conferência, nós temos agora que ter um órgão perene de controle social de institucionalização das políticas para acompanhar esse processo. Então, deverá ser o conselho. (Relato, Claudio Nascimento).

Podemos entender em uma linha histórica como o movimento social LGBT conseguiu constituir uma tripartite para a formação de políticas públicas LGBT estadual, ou seja, como foram constituídas as conferências regionais e estaduais, Conselho de direitos e o PRSH que estruturalmente construíram as ações proponentes de luta contra a LGBTfobia no Estado. Entende-se que o PRSH é um instrumento que proporciona cidadania, seja ela na interação entre os profissionais e usuáries(os), por meio de seus serviços prestados à população, defendida por Sheufler (2015), como processo de cidadanização e/ou ampliando como processo de cidadanidade defendido por mim.

O processo de cidadanidade visa valorizar a interação entre movimentos sociais, as conferências de políticas públicas, Conselho de direitos e Programas governamentais para a construção do processo de reconhecimento da cidadania, ou seja, o envolvimento recíproco entre a *expertise* dos movimentos sociais LGBT, a participação política das pessoas envolvidas nas conferências LGBT, a inserção política das(os) conselheiras(os) do Conselho Estadual de Políticas Públicas LGBT monitorando as políticas públicas, as(os) profissionais, as(os) usuáries(os) e as redes sociais de apoio para a manutenção e a excelência dos serviços dos programas sociais. A maioria das políticas públicas reivindicadas pelo movimento social para implementação no PRSH foram políticas reparativas, afirmativas e sociais como meios de obter reparação histórica contra as violações de direitos ocorridas pelo Estado contra a população LGBT. Para isso foi preciso criar importantes estratégias para a conscientização dos direitos da população LGBT por meio de campanhas publicitárias com diversos temas sobre direitos LGBT e algumas ações de visibilidade de direitos alcançados tal como do casamento homoafetivo, no qual o PRSH fez por meio de mutirões de cerimônias realizadas

no auditório do PRSH. Assim como também, a posição de uma faixa do Disque Cidadania LGBT como destaque no alto do prédio principal da Central do Brasil (anexo 12). Segundo Nascimento, foi uma conquista esse posicionamento como forma de “marcar território”,

E nós conseguimos! O primeiro serviço na América Latina de utilidade pública de caráter gratuito liberado pela agência de telecomunicação, nós conseguimos ter antes ainda do que o disque 100 como módulo LGBT no nível Nacional. [...] Então a gente falou que precisava marcar território, pois política pública também você tem que marcar território! [...] Eu lembro quando eu botei essa faixa aí em 2010. Aí você tinha assim, a coluna da faixa da Central do Brasil lá em cima e os outros mais baixo, então realmente foi uma estratégia importante... (Relato, Claudio Nascimento).

Além destas estratégias, Nascimento também pontuou a importância da visibilidade para que a população pudesse se sentir pertencente ao espaço que estava sendo construído e para o reconhecimento da cidadania LGBT. Era preciso criar um local de pertencimento, nos quais, além do lugar de acolhimento à população, também pudessem fazer denúncias contra violações, violências simbólicas e físicas contra as pessoas LGBTs. Precisávamos refletir que muitas das arquiteturas de acolhimento institucionais não foram pensadas para acolher os não-heterossexuais e não-cisgêneros. Portanto, o PRSH foi pensado e idealizado como possível espaço de auxílio e acolhimento necessário para que LGBTs pudessem sair do lugar de inferioridade criado pelas hierarquias sexuais e de gênero.

Durante muito tempo foi negado à população LGBT o direito aos espaços públicos, por isso, muitas vezes o sentido de não pertencimento se configurava em sentimento de inferioridade e, consecutivamente, em descrédito. Segundo os autores Prado & Machado (2008),

Esta relação interna às hierarquias não é unidirecional, mas cumpre uma relação de reciprocidade que opera dialeticamente, isto é, quando mais a inferiorização de uns, maior a sustentação da superioridade de outro. Quanto mais uma orientação sexual não-heterossexual assume o status de doença, perversão, pecado, degeneração ou anomalia, maior será a legitimidade da heterossexualidade compulsória (PRADO; MACHADO, 2008, p. 72).

Nessa perspectiva, o PRSH se mostrou ser um espaço de valor na garantia dos direitos sociais e da cidadania, pois conforme podemos ver nas entrevistas, quanto mais se mostravam a existência dos serviços, mais demandas apareciam. O surgimento do Disque Cidadania LGBT (DC-LGBT), por exemplo, tinha como principal objetivo dar maior

amplitude e amparo aos Centros de Cidadania LGBT localizados nos centros metropolitanos. Esse serviço foi fundamental para suprir as necessidades daqueles que moravam longe dos Centros. Segundo relato da coordenadora do Centro de Cidadania LGBT da Capital, Elizabeth Fernandes,

Então quando chega um caso de violência pra gente... de alguém que foi violentamente machucado fisicamente ou psicologicamente falando... e chega pra gente com uma queixa que sofreu um ato de discriminação! Por exemplo, um rapaz de uma loja espancado, e ele foi na delegacia e ninguém o atendeu... E essas pessoas não sabem o que fazer... Ele está com medo... está sozinho... isso já ajuda a traduzir por si só qual demanda esse atendimento precisa ser acolhido... então o que a gente faz? A gente acolhe essa dor... essa queixa dessa pessoa, acompanhando essa demanda... a gente não vai advogar! Temos advogados aqui, mas eles não irão advogar, pois irão fazer somente o acompanhamento do caso... Então alguém ligou para o 0800? Acalma, acolhe e vê o que está acontecendo e encaminha... Pedimos com calma depois de escutá-lo que venha ao Centro de Cidadania presencialmente! Venha conversar conosco para obtermos mais informações sobre a violência. Então perguntamos se ele foi machucado, se foi ao hospital, se tem alguém com ele e se tem alguma dúvida. Ou se ele responder que não tem como vir até o Centro de Referência, perguntamos se ele precisa que alguém vá até ele, para lhe dar acolhimento. E aí a gente se prepara, porque temos uma equipe 24 horas (Relato, Elizabeth Fernandes).

O que chama atenção dos Centros de Cidadanias LGBTs é o próprio local ser um espaço de acolhimento não só para pessoas LGBTs, mas também para pessoas cisgênero heterossexuais, ou seja, parentes, amigos, companheiras(os), namoradas(os), irmãs(ãos) de pessoas LGBTs que precisavam de apoio, apesar dos serviços serem mais voltados aos direitos da população LGBT. Eis aqui os principais trabalhos internos desenvolvidos pelos CC-LGBTs:

- retificação do nome social de pessoas travestis e transexuais;
- assessoria jurídica para direitos trabalhistas, previdenciário e institucionalização de Ongs;
- acolhimento psicológico às vítimas de LGBTfobia; e
- assistência a direitos sociais entre outras demandas.

Os trabalhos externos eram constituídos de atividades, de palestras e formação continuadas para instituições estaduais.

Alguns trabalhos mais contundentes de reconhecimento da cidadania foram a inserção do termo homofobia no boletim de ocorrência policial; capacitações e oficinas para

reconhecimento do nome social para travestis e transexuais, com vistas aos serviços de saúde, educação e instituições privadas. De acordo com o relato do coordenador do CC-LGBT Leste Fluminense, Olavo De Martino, existe uma dificuldade de acolhimento da sociedade em relação às novas nomenclaturas de direitos LGBT. O PRSH tem esse papel de estar nesse lugar de fomento de informações. Como no caso do Boletim de Ocorrência nas delegacias, as quais aderiam o termo de homofobia, mas não outros termos importantes para a demarcação de outras violências específicas contra travestis e transexuais como pode ser visto no relato de Olavo de Martino,

A princípio foi pensado na pessoa homossexual... mas claro que a transexual está dentro desse registro, mas hoje ainda há de se avançar e pensar em outras nomenclaturas para que ajude a própria polícia a desenvolver um trabalho efetivo... isso há de se pensar... isso é uma questão que tem que avançar! Acho que na saúde teve grande avanço também pela questão da inclusão do nome social... da portaria da saúde... muitas pessoas não tinham ideia de que essa portaria existe... as pessoas simplesmente reproduziam seus protocolos de trabalho baseados nas suas gestões que não havia conhecimento... que foi possível através das próprias demandas que vinha dos usuários dessas unidades, que fizeram com que nós soubéssemos de quais locais necessitariam desse tipo de formação... Na educação também... em relação a política do nome social e identidade de gênero... foi um trabalho de formiga... necessário, mas que agora conseguiu ter uma visibilidade... e começa se ver as universidades se adequando a implementar isso de fato na sua rotina... e atualmente, o trabalho na Fiocruz que nós estamos fazendo... uma atividade que tem previsão pra terminar, devido a questão de público que está previsto para abril do ano que vem [2017]... é um trabalho semanal duas vezes na semana, que tem atingido a cada oficina uma média de 25 pessoas... atualmente nós já estamos em cerca de 500 pessoas atingidas com as oficinas na Fiocruz (Relato, Olavo De Martino).

Os relatórios de 2016⁸⁸ sobre as atividades e atendimentos ocorridos nos CC-LGBT da Capital, da região Serrana, do Leste Fluminense e da Baixada Fluminense I (RIO DE JANEIRO, 2016c), informam-nos que 22.630 pessoas foram alcançadas entre atendimentos, acompanhamento de casos, ações socioculturais, políticas e serviços, articulação de políticas públicas, projetos e redes, formação continuadas e capacitações a servidores públicos, informações e orientações para a população LGBT, reuniões internas e estudos de casos. Segundo o coordenador do CC-LGBT Baixada Fluminense I, Ernane Alexandre Pereira,

Eu posso dizer para você que a gente atende mais de mil e quinhentos atendimentos por ano... que eu acho que uma grande quantidade de atendimento... se a gente for falar de número de usuários por exemplo, se eu não me engano este ano teve mais de

⁸⁸Foram analisados somente os relatórios de 2016 entregues no dia da apresentação de fechamento de gestão do ano de 2016 do PRSH.

novecentos usuários... porque um usuário pode refletir em um, dois ou mais atendimentos na área da psicologia, serviço social ou do jurídico... então a gente tem uma gama de pessoas sendo atendidas, sendo contempladas em suas demandas... seja ela na adesão, por exemplo, na questão do nome social ou até mesmo no atendimento da psicologia... a gente não faz acompanhamento psicológico, mas o usuário ele passa pelo psicólogo uma, duas, três quantas vezes ele precisar (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

Os Centros de Cidadanias LGBT alcançaram a quantidade de 1.359 usuárias (os) para 2.303 atendimentos e 1.426 demandas. O Disque cidadania LGBT (DC-LGBT), somente em 2016, obteve 237 demandas atingidas. Essa diferença de atendimentos do DC-LGBT para os Centros de Cidadanias LGBTs corresponde a um aumento constante diariamente. Em relação à identidade étnica das(os) usuárias(os), foi demonstrado que, em sua maioria, as usuárias(os) são travestis, gays e transexuais que se reconhecem como sendo negras(os) e pardas(os), entre 21 a 24 anos. Os serviços mais procurados são os serviços jurídicos e psicológicos, decorrentes do processo transexualizador⁸⁹ ou estresse emocional. Isso, de alguma forma, corresponde às análises das propostas da saúde que demonstraram a falta de infraestrutura nos atendimentos médicos e hospitalares no processo transexualizador no hospital de referência do Estado.

Em relação à violência, os índices correspondentes foram em ordem crescente:

- agressões virtuais, verbais e físicas;
- ameaças;
- discriminação por omissão estatal;
- morte por homicídio;
- discriminação transfóbica;
- conflito familiar e violência doméstica;
- conflitos com vizinhos;
- difamação; e
- abandono.

Essas informações comungam com a análise das propostas sobre segurança pública, a qual demonstrou que muitos dos casos de violência contra a população LGBT não são resolvidos. Essas(es) mesmas(os) atrizes(atores) sociais ainda sofrem de discriminação

⁸⁹Essa demanda corresponde a obrigatoriedade, pelo decreto do Ministério da Saúde, de um laudo psicológico para a realização da cirurgia de transgenitalização e reparação corporal ou para terapia hormonal.

nas delegacias por falta de respeito à sua orientação sexual ou identidade de gênero, causando dupla violência.

O relatório dos Centros de Cidadania LGBT também mostraram que muitas(os) das(os) usuárias(os) procuram os serviços do PRSH para adquirir informações sobre adoção, dupla maternidade ou paternidade por casamento civil, conversão de pacto civil para habilitação direta em casamento, requerimento civil, retificação do registro de nome e emissão de documentos. As(os) usuárias (os) que mais procuraram os serviços foram aquelas(es) que moram próximas(os) aos Centros de Cidadania (RIO DE JANEIRO, 2016c).

Um dos pontos principais do PRSH é dar valor às diretrizes históricas de dois pilares fundamentais: a visibilidade existencial das pessoas lésbicas, gays, travestis e transexuais e a luta contra as vulnerabilidades da população. Nesse sentido, as histórias vivenciadas nos Centros de Cidadania LGBT são importantes, porque demonstram o quanto esses locais são políticos no sentido de proporcionar segurança, visibilidade e cidadania. É como se fosse um local para “chamar de seu”, diante de tanta ociosidade e ausência por parte das violências contra a população LGBT enfrentadas todos os dias.

Hoje mesmo pela manhã acabei acompanhando uma visita domiciliar de um usuário que está com anorexia nervosa e com bulimia... ele está com 38 quilos... eu levei suplementos que eu acabei pegando no posto de saúde, mas eu só posso ir até aqui... a gente não consegue... eu tentei uma internação dele, mas a gente sabe que fim de ano os hospitais estão sem médicos e sem leitos... então é assim, esse é um dos grandes dificuldades que temos... quando a gente chega a um usuário, mais que a gente sabe que quer fazer mais, mas a gente sabe também o nosso limite... a partir daqui eu não consigo mais, não posso ir mais... porque a gente não trabalha na base do assistencialismo... eu não posso fazer assistência (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

Para atuar na equipe técnica dos CC-LGBT, é preciso passar por um concurso publicado por edital, realizado pela UERJ, e após entrevista para obter informações da(o) candidata(o) se ela(e) tem *expertise* sobre direitos LGBT para acolher e dar atenção básica à população LGBT. Os quatros Centros de Cidadania LGBT dispõem de uma equipe de profissionais da área da Psicologia, Ciências Jurídicas e Serviço Social, porém todas(os) exercem função como técnicas(os), pois o serviço desenvolvido pela(o) profissional da Psicologia não está envolto à clínica convencional de psicoterapia, assim como o profissional da área de direito não advoga convencionalmente. Ambos profissionais, desenvolvem trabalhos de atendimentos de acolhimento aos usuárias(os) e seus familiares, assim como a(o) profissional do Serviço Social. Qualquer profissional pode fazer encaminhamento para as

redes de apoio psicossocial; conforme pode ser visto no extenso relato do coordenador Olavo De Martino, do Centro de Cidadania LGBT Leste,

Quando era identificada a demanda com perfil social para associar a outro programa, nós fazíamos isso. Temos parceria com o Centro de Referência em Atendimento Social (CRAS) municipais e também com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Então, todos os Centros de Cidadania que atuam, eles têm uma parceria com esses órgãos locais... porque esses órgãos locais inclusive, identificam esse tipo de população. Muitas das pessoas que são expulsas de casa por sua orientação sexual ou sua identidade de gênero, passam pelo CRAS e CREPOP, que identificam essas pessoas por uma questão de limitação técnica... Existe um trabalho sendo feito com essa política, mas não um trabalho... é... não sei como eu posso denominar... talvez um trabalho de protagonismo... há um trabalho de parceria nesse caso, porque eu acho que o principal do Centro de Cidadania e do Programa Estadual do Rio Sem Homofobia é fazer a promoção do reconhecimento das identidades. E um trabalho secundário é articular todas essas políticas existentes de forma a uma equidade de toda a população, seja de hétero ou LGBT. Então, eu acho que esse trabalho de articular com as políticas é um trabalho consequente (Relato, Olavo De Martino).

Muitas vezes, por meio de atendimento, a(o) profissional pode detectar outras demandas além da LGBTfobia, como afirma De Martino,

...A assistente social que trabalhou com a demanda do próprio relato da pessoa, identificou outras demandas... então, só essa pessoa se desdobrou em onze demandas, desde a emissão de documentos até a inserção dela no projeto Minha casa, minha vida. Então assim, ela também é inserida em outros programas sociais, participação de roda de conversa... tudo isso foi inserido para essa pessoa (Relato, Olavo De Martino).

A estrutura de atendimento dos Centros de Cidadania LGBT objetivava codificar as demandas que, em sua maioria, chegam espontaneamente das pessoas que procuram pedindo apoio. Segundo De Martino, as portas de entrada dos Centros

São quatro, sendo que a quarta é uma porta genérica. O Disque Cidadania LGBT é uma das portas de entrada para a população. O disque está acessível também no Facebook, na página do governo do Estado e no Google. A segunda porta é através da demanda espontânea, quando a pessoa através de boca a boca sabe que existe o centro de Cidadania. A terceira porta é o disque 100, disque Direitos Humanos da Presidência da República, que tem abrangência nacional... e quando lá no disque 100 é identificado que é uma pessoa LGBT do Estado do Rio de Janeiro, o protocolo é automaticamente encaminhado para o programa Rio Sem Homofobia. A quarta é a rede de apoio local, podendo ser o Centro de Referência em Atendimento Social (CREAS), Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), delegacia, movimento social e outros parceiros (Relato, Olavo De Martino).

Percebemos nesse relato, o quão importante é a parceria dos movimentos sociais LGBT e as redes de apoio com o Centro de Cidadania LGBT. São eles quem direcionam a real necessidade da população. Em cada Centro, a maioria das demandas podem se diferenciar, isso acontece conforme a localidade e as condições socioculturais que as usuárias(os) estão inseridas(os). A violência, seja ela física ou psicológica, é a mais contundente. Isso varia muito de um Centro para outro, por exemplo, no Centro de Cidadania LGBT da Baixada Fluminense, os índices de crime por homicídio, precedido de LGBTfobia, são variações mais relevantes, como podemos perceber no relato de Pereira,

O Centro de Cidadania da Baixada Fluminense foi inaugurado em agosto de 2011. Então é assim... eu comecei a fazer um relatório de exemplo dos crimes de tentativas de homicídios na Baixada de 2011 a 2015, a gente tem mais de vinte cinco casos de homicídios. E assim, é complicado a gente trabalhar política pública na área da segurança. A gente sabe a deficiência que é a polícia civil e polícia militar têm. Porque estes órgãos nem sempre estão apoiando essa população... digamos assim... porque eu já estive em alguns batalhões dentro da Academia Estadual de Polícia (ACADEPOL), fazendo capacitações para delegados e inspetores. Mas a gente ainda vê, não em todas as delegacias, mas em algumas delegacias, por exemplo, eles não estão aderindo as tipificações de homofobia e não estão aderindo o nome social das travestis e transexuais, porque dentro da polícia civil a gente tem uma portaria, que ela designa que o nome social tem que ser acolhido. (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

Esse relato nos faz pensar o quanto é complexo a elaboração de políticas públicas para a população LGBT em localidades consideradas vulneráveis e altamente de risco, pois mesmo tendo instrumentos necessários para as mudanças sociais, elas se mostram muitas vezes ameaçadas pelas condições locais de riscos e disputas políticas. Mesmo estando em um país constituído por um sistema democrático de direito, por meio do qual a cultura de direito e a construção de políticas públicas são instrumentos para transformação social de adequação aos direitos humanos, ainda podemos avaliar quão longe nos encontramos desses valores, pois, segundo Marilena Chaui “vivemos em uma sociedade oligárquica, hierárquica, violenta e autoritária” (CHAUI, 2008, p. 70).

Ademais, é preciso que haja resistência e persistência, acreditando nas políticas públicas como instrumentos para mudanças estruturais da sociedade, pois o preconceito é algo estrutural e histórico. Por isso, o trabalho em parceria com as redes municipais, estaduais e movimentos sociais são essenciais para a manutenção do programa Rio Sem Homofobia. Vejamos o que diz Ernane Alexandre sobre o assunto:

O programa na Baixada Fluminense não vem numa contramão das políticas locais, por exemplo, em alguns municípios da Baixada como Duque de Caxias, Nilópolis e Mesquita têm uma coordenadoria que trabalha também com a diversidade sexual. Então, facilita para a gente ter uma interlocução com essa rede de coordenação que faz chegar às redes como os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Conselho Tutelar. Agora, quando alguns municípios não têm coordenadoria nenhuma, então aí é um pouco mais complicado de você discutir uma política para chegar no Centro de Referência de Assistência Social. E se você não tem dentro desses municípios nada implementado da política LGBT fica mais complicado ainda. Então, Duque de Caxias tem e aí eu posso dizer que a rede de Duque de Caxias por estar inserido dentro desse município a gente consegue trabalhar bem essa política. Mesquita e Nilópolis também, porque tem coordenações LGBTs (Relato, Ernane Alexandre Prereira).

Além do trabalho de atendimento pessoal, os Centros de Cidadania LGBT também ajudam grupos sociais⁹⁰ que não conseguiram se institucionalizar por algum obstáculo ou motivo legal. Isso de alguma forma oferece uma maior atenção àqueles grupos que já fazem um trabalho com a comunidade e que não dispõem ainda de seu estatuto ou legalização jurídica, conforme ratifica Ernane Alexandre:

As Ongs que não têm seu CNPJ, sua regulamentação, por exemplo, a gente faz uma reunião. Como já foi feita no Centro da Baixada Fluminense, como também é feita na intolerância religiosa, com a regulamentação de terreiros, né?! A gente se reúne... pego toda documentação e a Ata deles. Eles fazem o registro de autenticação das atas. E o estatuto também, e a gente encaminha para a Defensoria Públicas. O próprio NUDIVERSIS, que é o Núcleo da Diversidade Sexual, eles trabalham com essa questão de três em três meses, eles fazem uma grande ação promovendo aí vinte a trinta organizações... regulamentando estatutos e Atas. Então, é bem bacana! Isso é feito também por nós (Relato, Ernane Alexandre Prereira).

A interação entre governo e movimento social é um dos pontos mais importantes para a manutenção dos serviços nas comunidades. O programa Rio Sem Homofobia, como podemos perceber, é um projeto com alguns limites. Apesar de ser de âmbito estadual, ele não consegue chegar a todos os membros da sociedade por falta de infraestrutura. Seja pela falta de um contingente maior de profissionais nos Centros de Cidades em locais de maior invisibilidade e vulnerabilidade, seja pela falta de investimentos financeiros, entre outros obstáculos, tampouco ele se coloca no lugar dos movimentos sociais. Investir estrategicamente nos grupos sociais para torná-los movimentos sociais institucionalizados, por meio da legalização de seus serviços, é ampliar também o trabalho contra as violações de direitos e estar em parcerias com eles.

⁹⁰São grupos que se reúnem com a finalidade de desenvolver atividades sociais, mas não são legalizados judicialmente.

O coordenador do Centro de Cidadania LGBT Baixada, Ernane Alexandre, relata sua experiência de estar como representante do Estado e como é difícil estar nesse lugar e não poder fazer críticas como militante ao Estado,

Eu venho há dez anos do movimento social. Comecei em 2006, no Grupo Pluralidade e Diversidade assim que ele iniciou, fazendo as paradas ali na Brigadeiro Lima e Silva. Minha militância era muito interessante, porque mais que eu me veja e me reconheça homossexual... um pouco mais tempo... hoje eu tenho 44 anos, então pra mim trabalhar a questão da militância com o Estado é um pouco complicado, porque a gente passa a ser poder público... Eu sou gestor e estou gestando uma política LGBT, então muitas das vezes eu queria estar do outro lado. Eu queria continuar sendo militante... gostaria muito de poder fazer esse contraponto... mas eu vejo hoje as políticas avançarem... o RSH é um programa de excelência... eu não tenho o que falar... mesmo... a gente não consegue colher todos esses frutos que a gente almeja, porém é um programa pioneiro, né? A gente vê que é um programa que está no Rio de Janeiro, acho que desde 2008... a gente vem trabalhando em prol dessa liberdade, dessa diversidade... e eu acho que a gente vem dando nosso recado direitinho. (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

A importância do trabalho de interação entre diferentes grupos de pessoas que passam por diferentes formas de violações de direitos pode ser testemunhada também nos atendimentos através das atividades nos Centros:

Ajudar às pessoas a encontrar seu lugar na sociedade e proporcionar a equidade no tratamento das pessoas, acho tão importante quanto a política da educação, da saúde... eu acho que o programa tenta levar isso para a população LGBT todos esses anos... por muito tempo os LGBTs estiveram invisibilizados e desempoderados nos seus direitos tais como direitos básicos e fundamentais... de direitos comuns como expressão da sua identidade de gênero e expressão de seu afeto que é tão comum e corriqueiro para a população heterossexual... coisas como andar de mãos dadas... (3. Relato, Olavo De Martinho).

Ao longo desse percurso, o programa Rio Sem Homofobia veio enfrentando vários desafios para colocar em prática as políticas públicas para a população LGBT. Além dos obstáculos financeiros, outros desafios também podem ser encontrados dentro do próprio governo do Estado, a partir do momento que se tenha lentidão por parte das Secretarias de Estado em concretizar ações que possam proporcionar mais qualidade de vida para a população ou além daquelas secretarias que se colocam ausentes. Assim como também, grupos políticos ultraconservadores e religiosos que impossibilitam e embarreiram politicamente a inserção dos direitos da população LGBT.

Um dos exemplos mais contundentes são as investidas de grupos religiosos que reproduzem discursos de que a homossexualidade é uma doença ou possessões de demônios,

e que essas pessoas precisam ser resgatadas ou regeneradas de suas práticas afetivas. Todos os gestores apontam essa questão como sendo um dos grandes entraves para o livre desenvolvimento do programa Rio Sem Homofobia e um dos maiores motivos para o aumento de violações contra a população LGBT:

A gente administra crise todos os dias... acho que desde 2012 que a gente administra crise aqui dentro... o Feliciano, assim como o Ezequiel... isso faz parte dessa resistência... Um ataque direto ao programa foi o pastor Ezequiel... essa entrada do pastor aqui foi um acidente... foi uma aberração... foi uma agressão... foi uma violência... quando você tem um secretário de Estado que é um pastor dentro dessa secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e ao mesmo tempo você tem um programa como o Rio Sem Homofobia e ele diz que a cura gay existe... (Relato, Elizabeth Fernandes).

Não vou dizer que havia uma certeza, mas havia muita insegurança de ter um pastor que, inclusive, prega na sua religião particular de forma muito veemente que homossexual é aberração. Enfim... e ainda se utiliza do termo expressão homossexualismo... para referir as pessoas homossexuais... e algo assim que eu considero como uma grande ignorância ou uma desonestidade intelectual. Inclusive seu último relato foi o que acarretou sua exoneração, foi comparar a homossexualidade ou a cura gay com cura do câncer. Todos nós nesse momento, ficamos bem apreensivos... mas essa tentativa de cerceamento do programa, ela passou naquele momento... naquele instante... mas isso praticamente tem nos perseguidos nestes últimos três anos... (Relato, Olavo De Martinho).

Então é um programa também que traz essa questão do empoderamento muito forte... então a visibilidade vem crescendo! E ao mesmo tempo vem crescendo também esta onda do conservadorismo... por exemplo, das questões religiosas que é um pouco complicado falar isso... porque a gente tem uma onda muito forte como se fosse colocando a gente sempre pra baixo, varrendo a gente pra baixo, nossas propostas vão ficando sempre engessadas... há um engessamento muito grande, mas eu vejo que a gente consegue sim, colocar a cara (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

O programa Rio Sem Homofobia é um programa institucional do governo, portanto, todo investimento orçamentário vem das instâncias do Estado. Desde sua inauguração em 2007, o PRSH vem sofrendo diversos embates. Os maiores obstáculos em relação aos trabalhos desenvolvidos de reconhecimento da cidadania LGBT está envolto as disputas simbólicas que envolvem a tradição, a moral e os bons costumes. É histórico a luta que se travou entre o público e o privado, os quais consequentemente proporcionaram violências e violações de direitos contra a população LGBT. Segundo Natividade (2013, p.10), as ameaças contra a população LGBT ficaram mais enfáticas após os anos 80, do século passado, quando as igrejas pentecostais investiram no empreendimento do reavivamento cristão, acrescentando disputas por poder religioso, econômico e político. Nas palavras de Natividade:

A tônica dos discursos é a desqualificação da homossexualidade a partir de argumentos que podem aparecer isoladamente ou em combinações variáveis: a homossexualidade seria um “comportamento apreendido em famílias desestruturadas”; expressão de “problemas espirituais”, sintomática de “possessão demoníaca”; “prática antinatural” que “ameaça” os pilares da sociedade (a família heterossexual) e os valores cristãos (NATIVIDADE, 2013, p. 52).

Essas configurações conservadoras continuam ocorrendo contra as pessoas LGBTs por meio de denominações religiosas, pois acreditam-se que tais comportamentos “implicam diretamente contra a família, o amor conjugal, a personalidade do embrião, a heterossexualidade” (NATIVIDADE, 2013, p. 11). Esses princípios sustentam, simbolicamente, o mito da procriação das espécies colocando equivocadamente gays, lésbicas, travestis e transexuais como pessoas que não podem constituir famílias e se constituem como promíscuas, naturalizando, no discurso, a homossexualidade, a transexualidade e a travestilidade como escolhas, opções e etc. Esse envolvimento entre religião e política vem proporcionando muitas controvérsias em relação às políticas públicas, políticas reparativas e ações afirmativas como se fossem fatores de favorecimento político em prol da população LGBT.

A partir dessas crenças religiosas, as perseguições aos LGBTs continuam a existir; não mais ligada à medicina, como nos tempos de outrora, mas julgadas pelos políticos partidários religiosos. As situações de perseguição são muito parecidas com as vertentes históricas que queimaram, julgaram e patologizaram a população LGBT por séculos. Segundo Natividade (2016), em sua pesquisa realizada na Baixada Fluminense entre política e religião:

A lideranças do movimento social mencionaram que adesões religiosas de políticos dificultaram a aprovação de leis que beneficiam gays, lésbicas, travestis e transexuais. Referiram uma forte presença de vereadores vinculados a instituições religiosas evangélicas nas câmaras municipais. Contudo, diferentemente de contexto de outras casas legislativas onde se constituem bancadas religiosas que se confrontam com algumas frentes parlamentares que endossam demandas LGBT, na Baixada Fluminense a hegemonia religiosa impacta a visibilidade dessas questões no processo legislativo e no processo executivo (NATIVIDADE, 2016, p. 45).

É notório perceber o quanto a onda conservadora vem crescendo no Brasil. Contudo, o momento mais enfático que afetou os direitos LGBTs foi a partir da declaração da então presidente Dilma Rousseff em relação ao material didático construído contra a homofobia e que foi apelidado, propositalmente, pelos religiosos políticos como “Kit gay”. O agravamento também se deu a partir das grandes manifestações de 2016, quando o deputado

Federal Marcos Feliciano declarou publicamente ser a favor da “cura gay”. Esses dois acontecimentos afetaram todos os serviços voltados para a promoção da cidadania LGBT, inclusive o PRSH como podemos ver na fala de Nascimento:

E no governo Dilma se foi diminuindo até chegar o que chegou agora, isso porque ela para poder ter algum nível de governabilidade, cedeu a esses grupos mais conservadores e fundamentalistas. E tem algumas coisas que mesmo no grau de pragmatismo você não pode abrir mão de princípios, porque pode gerar consequências e vai ter um nível de resolução de décadas e décadas... No Rio de Janeiro eu posso dizer que agora no início do ano 2015 para 2016, a gente teve a primeira situação mais concreta de uma interferência do fundamentalismo religioso na política pública estadual (Relato, Claudio Nascimento).

No Rio de Janeiro, há três décadas, vem crescendo o número de pessoas adeptas às denominações neopentecostais com predominância ideológica fundamentalista cristã (Natividade, 2013). Essas denominações religiosas vêm influenciando no modo de ser da população, através de suas influências políticas na figura dos vereadores, deputados, prefeitos e pastores que enfaticamente defendem princípios fundamentais para a manutenção da religião e a manutenção dos princípios cristãos fundamentalistas.

Hoje, a gente está aí em 2016 e a gente vem sofrendo algumas perdas dentro da política e dentro do movimento também... o movimento vem se enfraquecendo... se a gente fala de um movimento de quinze anos atrás a gente via um movimento bem mais forte de dez anos atrás... hoje não, hoje já vejo essas ongs, esses movimentos mais enfraquecidos, talvez por a gente ter um grupo de deputado bem conservadores... por questões religiosas... aí outras pessoas que não são... por dogmas, por costumes, por questões sociais acabam também aderindo a causa... a causa não, a eles... a gente viu isso no plano municipal e estadual de educação... quando a gente foi para lá tentar aprovar... a gente então percebeu que dentro de determinadas escolas em Nova Iguaçu e Volta Redonda têm uma lei municipal que proíbe, que se discuta a questão de gênero dentro das escolas... eu achei isso um absurdo... fomos para lá para fazer uma formação com a assistência social e, depois, fizemos com a saúde, mas com a educação não conseguimos. A gente não teve a adesão da Secretaria de Educação para trabalhar a política LGBT (Relato, Ernane Alexandre Pereira).

A maioria das pessoas LGBTs mais atingidas por essa onda de interferência religiosa são adolescentes e jovens adultos, que estão no seio familiar, os quais muitas vezes são expulsos de suas casas pelos pais e de seus empregos por chefes religiosos. A influência política religiosa é muito mais capciosa, pois interfere também nas instituições, fazendo com que elas decidam se aceitam ou não as pessoas LGBTs. Por esse motivo, as evasões escolares,

os desempregos e as mortes por LGBTfobia vêm aumentando, consideravelmente, no Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homossexualidade, a travestilidade e a transexualidade são condições, que compõem a diferença humana, contrária àquela denominada normativa na sociedade ocidental. São nomenclaturas classificatórias inventadas a partir do século XVIII, assim como a heterossexualidade, para dar conta de um saber-poder constituído pela religião, a ciência médica e o judiciário, que, consecutivamente, demonizou, patologizou, criminalizou e politizou as sexualidades e as identidades não-cisheterossexuais. Por meio destas nomenclaturas, sujeitos foram constituídos como pessoas dissidentes da sociedade nos quais lutaram para serem inseridos na cultura de direitos pelo reconhecimento de suas cidadanias.

Os sujeitos da sexualidade são todos aqueles determinados na sociedade cisheteronormativa pela condição desejante, sendo destinados a estar na posição de não ter o direito de ter direitos. Os corpos de lésbicas, gays, travestis e transexuais são codificados a dissidência, e, por isso, são considerados os últimos da fronteira na luta por reconhecimento da cidadania. Seus referenciais de diferença tornam a cobrança muito mais árdua, quando os rótulos são construídos pelos vieses da moral e dos bons costumes. Estar sob o discurso da moral e dos bons costumes é estar sob a mira de um poder estrutural que destrói e aniquila os dissidentes sexuais e de gênero. Esse poder estrutural está na escola, na política, na igreja, na família e em todos os lugares. Por isso, é preciso se estruturar politicamente para enfrentar de igual para igual os meandros que compõem essa massa impeditiva de alcance aos direitos.

Os sujeitos de direitos surgiram a partir de um marco histórico de compreensão de suas próprias histórias de repressão, mortes e abandono, por parte de um Estado que omitiu a existência dessa diferença. Essa compreensão agregou pessoas com os mesmos ideais na luta pelo reconhecimento da cidadania, formando os movimentos sociais em prol dos direitos existenciais e sociais. A revolta de *Stonewall* é um bom exemplo disso, pois esse foi um marco na luta por direitos que abriu horizontes para a construção da cidadania LGBT.

No Brasil, lésbicas, gays e travestis, na época da ditadura militar, eram impedidos de vivenciar a homossexualidade e a travestilidade publicamente, acarretando uma luta pela politização e emancipação da homossexualidade, a qual proporcionou, mais adiante na linha do tempo, uma ampla luta por direito à diferença, formando o que conhecemos hoje, como movimento social LGBT.

A luta se intensificou a partir das “Diretas Já” com a abertura da democratização no Brasil, possibilitando novos instrumentos para a inserção das políticas públicas. Foi por meio das lutas dos movimentos sociais em prol da emancipação homossexual (primeira onda),

da luta dos movimentos sociais contra a epidemia de AIDS (segunda onda), que os direitos das pessoas LGBT começaram a ter valor significativo e político, por conscientização da cidadania. Contudo, o período da terceira onda, de institucionalização dos movimentos sociais LGBT em parceria com o governo, possibilitou novos horizontes para a valorização das diferenças sexuais e de gênero como fontes primordiais para a criação de políticas públicas específicas para a população LGBT. Esses instrumentos trouxeram o rompimento do laço que sustentava um mutismo histórico de não aceitação das diferenças. Por muito anos, as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ficaram no limbo, na escuridão, e nas sarjetas, por serem consideradas esquecidas, sem direito à humanidade e sem ter aquelas(es) que pudessem lutar por elas.

As políticas públicas possibilitaram uma maior visibilidade à população LGBT, mas também trouxe maior vulnerabilidade devido ao Estado não acompanhar a verdadeira necessidade de obtenção de leis, tais como: as de proteção às mulheres e à população negra, que assegurassem as vidas das pessoas LGBTs.

O Governo Federal brasileiro ao criar o Programa Federal Brasil Sem Homofobia, objetivando combater os preconceitos e discriminações contra a população LGBT, possibilitou a abertura para projetos, pesquisas e novos instrumentos para criação dos direitos e políticas públicas LGBT, no Brasil.

Os termos “homossexuais” e “lésbicas” saíram da ociosidade política no governo Luiz Inácio Lula da Silva por meio do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), e logo em seguida, em 2008, com as chamadas para as Conferências regionais, estaduais e federais de políticas públicas LGBT, saíram da clandestinidade. O PNDH 3 foi o primeiro documento governamental a designar o termo “LGBT”, nove vezes, como referência à diversidade sexual, objetivando a erradicação da violência contra a população LGBT. A Cartilha do PBSH foi o primeiro documento governamental a reconhecer a cidadania de uma travesti, Janaína Dutra. O histórico da cidadania da população LGBT envolve a interação entre governo e sociedade civil por meio da politização e negociação, por se sentarem juntos na elaboração de políticas públicas, que se fortaleceram após as investidas das conferências, da criação dos conselhos de direitos e programas reparativos e afirmativos de erradicação da LGBTfobia. Ou seja, pensando em âmbito estadual, essas instâncias convergiram para uma cidadania de reconhecimento da cidadania LGBT, através do envolvimento interacional entre os movimentos sociais, as Conferências, os Conselhos de direitos, e os Programas de ações afirmativas como o “Brasil Sem homofobia” e o “Rio Sem Homofobia”. Esse processo histórico de luta por reconhecimento da cidadania LGBT, em comparação com a

história cisheteronormativa da sociedade, possui dez anos de existência entre movimento social e governo contra desarranjos reprodutivos, que impediam os diferentes sexuais e de gênero de gozarem do *status* de direitos.

A sociedade de direitos constituída pelo capitalismo ocidental, preconizou a valorização econômica como passaporte para a obtenção de *status*. Porém, com a luta dos movimentos sociais pela inserção do reconhecimento das diferenças, possibilitou uma nova forma de inserção social por meio da congregação dos ideais em comum, em prol da luta pela cidadania LGBT. Esse processo de cidadanidade proporcionou a formação de grupos mais coesos e conscientes, como *modelo de status*, na convergência de consolidar a redistribuição econômica e reconhecimento cultural, como meio de obter justiça, proporcionou o reconhecimento da cidadania das pessoas LGBTs.

O processo de cidadanidade corresponde a esse novo passaporte de inserção na sociedade por meio do exercício político, como um novo *status* social. Estar envolvido politicamente nessas instâncias é adquirir passaporte para reconhecimento, tanto do movimento social, quanto das pessoas que o compõem. Portanto, a pesquisa demonstrou que àquelas(es), considerados dissidentes, que não se apropriam desses espaços de produção de cidadania, tais como: as conferências, os fóruns de debates, as audiências públicas, os conselhos de direitos e dos programas afirmativos de reconhecimento, automaticamente, podem continuar à mercê do próprio destino, pois a cidadania corresponde ter autoconsciência participativa no Estado.

Os embates entre sociedade e cultura não caminham da mesma forma e, às vezes, andam em lados opostos. Verter esses dois caminhos é muito mais difícil quando a população vulnerável não conhece seus direitos e muito menos lutam por eles. Ser uma pessoa lésbica, gay, travesti e/ou transexual rica, graduada e bem-sucedida, por exemplo, não garante seu reconhecimento como cidadã(ão), se o mundo continua formando signos que são cobrados como supostos passaportes para sua inclusão como sujeito. Lutar contra esses signos podem ser cansativos; contudo, o mesmo se mostra necessário e essencial neste momento histórico, em que o sistema heteronormativo continua forte como resistência. Resistir contra esses signos normativos para se ter uma garantia de inserção na cultura de direitos é fundamental para garantir a diferença como referencial para a permanência da complexidade humana.

Um bom instrumento, que trago ofereço para maiores pesquisas são os “diferenciais de referências” como possibilidade para a valorização do reconhecimento, os quais possibilitam as pessoas a se identificarem com as vivências de outras, que foram excluídas da sociedade normativa; mas, as quais alcançaram *status* pelo forte potencial de

resistência que as ajudaram na luta por dignidade, reconhecimento e pertencimento social. Por exemplo, o ativista transhomem, João Nery⁹¹, primeiro transexual no Brasil a passar pelo processo de redesignação sexual, o qual possibilitou a saída de vários homens transexuais do lugar de silêncio por meio de sua história de vida publicado em seu livro: “*Viagem solitária*” (NERY, 2011). Nery é um grande ativista que possibilitou trazer a discussão da visibilidade de homens transexuais através de seu discurso de militância para o reconhecimento da cidadania da população transexual. Seu empoderamento instigou outros homens transexuais a reivindicarem direitos publicamente pela primeira vez na III CEPPLGBT-RJ. Reivindicar esse lugar de *status*, constituído por uma complexidade, é acreditar em um reconhecimento que abranja a diferença como referencial para a inclusão social.

Nesse sentido, esta pesquisa mostrou que o programa Rio Sem Homofobia, do governo do Estado do Rio de Janeiro, foi criado por meio da interação entre movimento social e governo, com objetivo de reparar um acúmulo histórico de violação de direitos contra a população LGBT. As propostas elaboradas durante as conferências são respostas e desejos precisos de necessidades da população LGBT que se configuram na luta por reconhecimento da cidadania, e não privilégios. Porém, é importante compreender que elas não se fecham a total realidade da população, pois a cada conferência realizada, mais se obtém materialidade dessa realidade.

Escutar a sociedade sobre a história de vida e seus anseios diante de tanta opressão, preconceito e discriminação contra a existência de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na sociedade brasileira, possibilitou a criação de políticas públicas LGBTs. As pré-conferências regionais e as conferências estaduais foram instrumentos importantes na elaboração de ações e metas para a criação do programa afirmativo, Rio Sem Homofobia, para a implementação de políticas públicas LGBTs no Estado do Rio de Janeiro.

Esse período de existência de políticas públicas para a população LGBT, no Rio de Janeiro, deu-se nos últimos dez anos; por isso, não se pode creditar ao programa Rio Sem Homofobia a total responsabilidade de resolver todas as dificuldades da população LGBT do Estado. A pesquisa apontou que o programa sozinho não conseguiu dar conta da complexidade que envolve tais violências históricas contra as dissidências sexuais e de gênero

⁹¹ João Walter Nery é graduado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), escritor, professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em gênero, especializado em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Membro fundador da Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT e do IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade, sendo um dos seus conselheiros nacionais. Ativista dos direitos humanos com ênfase na causa LGBTTI.

em âmbito estadual. Foi plausível também ratificar sua contribuição em parceria com as redes públicas de atendimentos locais e com os movimentos sociais LGBT em completude com esses objetivos, pois os serviços prestados para a comunidade ultrapassam a finalidade estrutural do programa por acolher igualmente pessoas cisheterossexuais que necessitam de informações sobre os direitos LGBTs, os quais de alguma forma também agregam a elas, familiares, amigos e companheiras (os) de LGBTs que sofrem correlatamente com as violências que afetam a população LGBT.

O programa Rio Sem Homofobia é um produto institucional governamental, fruto da elaboração entre movimento social, sociedade civil e instâncias governamentais, os quais se mostraram estar em consonância com os objetivos da população LGBT. É preciso dizer que o programa, do mesmo modo, tem falhas e muitos desafios a enfrentar; inclusive dentro do próprio governo, com a sociedade e com os movimentos sociais. Por consideração aos seus dez anos de gestão na luta pelo o reconhecimento da cidadania LGBT, ele também demonstrou ter enfrentado grandes desafios dentro do próprio governo, através da ociosidade de algumas secretarias, devido a interesses políticos, direta ou indiretamente, no Estado do Rio de Janeiro.

O número expressivo de atendimentos realizados durante estes dez anos do PRSH de atendimento à população, demonstrou que o serviço tem uma importância de utilidade pública enorme para a sociedade; inclusive para a população LGBT. Com a existência dele foram codificados vários outros aportes para a criação de projetos de leis municipais e estaduais, conscientização política de direitos LGBT, demografias territoriais sobre as violências contra a população LGBT no Estado do Rio de Janeiro, histórias de violações, estado de acolhimento, leis orgânicas, acompanhamentos e de pertencimento entre outras inserções sociais. Talvez por isso, o PRSH se mostrou ser uma ameaça as vertentes políticas que congregam em manter vigente o sistema da heteronorma.

Por considerar esse um dos maiores desafios que o programa enfrentou e enfrenta atualmente contra a LGBTfobia e por considerar que atualmente os programas afirmativos, reparativos e sociais do Estado estão sob o domínio de gestores com princípios religiosos assistencialistas, aponto a necessidade de mais estudos e pesquisas sobre a implicação dos movimentos religiosos conservadores contra os instrumentos governamentais de implementação de políticas públicas LGBTs. Atualmente, tanto o Programa Estadual Rio Sem Homofobia, quanto o programa Municipal da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS-Rio) estão sob a coordenação de gestores evangélicos, nos quais vertem políticas assistencialistas contrárias aquelas construídas pelos princípios dos movimentos sociais

históricos e da população LGBT. Para nós que lutamos por direitos e reconhecimento da cidadania, isso corresponde a um grande retrocesso na edificação das políticas públicas LGBT, pois aqueles que sempre nos julgaram agora estão gestando nossos direitos.

Além da existência de vertentes políticas religiosas, estão surgindo também aqueles formadas por setoriais partidários LGBT. Ambos trazem em suas agendas, cada um em sua linha de atuação, ideologias religiosas e/ou partidárias.

É preciso alertar para essas novas formas de ativismo, que formam organizações políticas de negociações com objetivos próprios de reivindicar demandas para seus próprios interesses ideológicos, que muitas vezes vão contrários as pautas preconizadas pelo movimento social LGBT histórico que congrega em função do direito a visibilidade da diferença e contra as vulnerabilidades em que a população LGBT se encontra.

Portanto, os setoriais partidários LGBT, grupos religiosos LGBT, movimento social LGBT, coletivos LGBT, programa Rio Sem Homofobia, Conferências e Conselho dos Direitos da população LGBT precisam estar unidos, reciprocamente em interação, na elaboração e na criação de novos instrumentos para fortalecer a inserção do processo de cidadanidade, como potência na luta contra a subordinação, a inferiorização e a LGBTfobia em favor da continuidade do reconhecimento da cidadania LGBT no Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado"**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado. Campinas: UEC, 2014.

ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

ASSOCIAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA (APT). **Relatório Final do Simpósio Jean-Jacques Gautier: Enfrentamento das Vulnerabilidades de Pessoas LGBT Privadas de Liberdade**. Tradução: Luísa Luz de Souza. Genebra: APT, 2015.

BACELAR, CARINA. **Pezão exonera secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Ezequiel Teixeira. Pastor disse acreditar na 'cura gay'; Paulo Melo (PMDB) assumirá a pasta**. Jornal O Globo On line, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em <https://goo.gl/vLNJQp>. Acesso em: 27 de nov. 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRAH, A. "Diferença, diversidade, diferenciação". **Cadernos Pagu**, N°. 26, pp. 329-376, 2006.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1)**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 1996. Disponível em: <https://goo.gl/mW5h1Y> - Acesso em: 12 de dez. 2017.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2)**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/u3LN61> - Acesso em: 12 de dez. 2017.

_____. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Direitos Humanos e contribuições à Cidadania Homossexual.** Rio de Janeiro/Brasília: Movimento D'ELLAS/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI (2008).** Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004 - 2007: exercício 2008, 2007.

_____. **Brasil Direitos Humanos: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal.** Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: SEDH, 2008.

_____. **Texto-Base da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas Bissexuais, Travestis e Transexuais/Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/5xAX3b> - Acesso em: 12 de dez. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Brasil, 2016.

_____. **Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil (2012).** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

_____. **Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil (2013).** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN.** DEPEN. Justiça Federal: BR, 2014a.

_____. **Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil (2014).** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014b.

_____. **Caderno Escola Sem Homofobia.** Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais - ABGLT, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – (Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva), contando com a orientação técnica da Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação Brasília: MEC, 2015a. Disponível em: <https://goo.gl/BZ8Nyy> - Acesso em: 29 de nov. 2017.

_____. **Relatório Anual 2015-2016 / Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.** Organização: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. – Brasília, 2015b.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa. **Lampião da Esquina: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981).** Dissertação de mestrado: UNB, 2016.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo” In: LOURO, Guacira (org.). **O Corpo Educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-166.

CANHEO, Roberta Olivato. **População LGBT, políticas públicas e cárcere: uma análise da atuação do programa Rio sem Homofobia.** 2º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Relatório do GT. Gênero e Prisão. Brasília: ANDHEP, 2016, p.50-67.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Martha; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.87-122.

CARRARA, Sergio et al. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Caderno Pagu.** Prazeres e Perigos: 30 anos de debate. Campinas: SP. Ano 47, 2016, p. 1-38.

_____. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. **Crítica y Emancipación.** V.1, p. 53-76, 2008.

COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Coleção Cult. Bahia: EDUFBA, 2011.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.** Salvador: Edufba, 2015.

_____. Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Coleção Cult. Bahia: EDUFBA, 2011.

CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre "margens" e centros". **Revista Bagoas**, 4, p. 17-42, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **O referente da identidade homossexual**. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996.

_____. **A Face e o Verso: Estudos sobre o homoerotismo II**. Rio de Janeiro: Escuta, 1995.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2011.

DDH. **Relatório do Disque Defesa Homossexual**, 1999. Disponível em:

[https://www.ucamcesec.com.br/wp-](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Relat%C3%B3rioDDH_1999.pdf)

[content/uploads/2011/06/Relat%C3%B3rioDDH_1999.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Relat%C3%B3rioDDH_1999.pdf). Acesso em: 24 de nov. 2017.

DUARTE, Luís Fernando et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 22, nº 8, 1993, pp.24-40.

_____. A sexualidade nas ciências sociais: leituras críticas das convenções. In: CARRARA, Sergio. et al. **Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 24, p.213-225, 2004.

ERIBON, Dirdier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARIA, Claudia et al. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, p.249-284, 2012.

FEDOZZI, Luciano Joel. Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. (org). **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, p.209-241, 2009.

FRANÇA, Alexandre Nabor. **Encontro de Vivência mais que convivência**. Apresentação de trabalho no II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos. UERJ, 2008.

_____. **Homofobia: uma trajetória epistemológica**. NEPP-DH/UFRJ: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/7vpikz> - Acesso em: 24 de nov. 2017.

_____. **A trajetória do sujeito homossexual brasileiro na luta por direitos.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado. NEPP-DH/UFRJ: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/F35mi8> - Acesso em: 24 de nov. 2017.

_____. **Manifesto contra-os-normativos nas políticas públicas LGBT.** 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande: Paraíba, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRASER, Nancy, Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pos-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. "Reconhecimento sem ética?". **Lua Nova**, n. 70, p. 101-138, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org). **Dicionário de Políticas Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Unesp; Fundap, 2015.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu.** V.15, p.271-295, 2000a.

_____. **A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora UNESP, 2000b.

_____. James Naylor & QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

GROSSI, Mirian Pillar et. al. **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GUILLON, Flávio. **Pirateando afetos e produzindo práticas:** viagens pelo Centro de Cidadania LGBT. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Psicologia Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu et al. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2014.

HERRERA-FLORES, Joaquín. **A (re) invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HONNETH, Axel. **A luta pelo reconhecimento**. São Paulo: 34, 2011.

IPEA. **Situação social da população negra por estado** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014.

ITABORAHY, Lucas Paoli. **Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Micro Rainbow International C.I.C., 2015.

IRINEU, Bruna. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

IVENICKI, Ana & CANEN, Alberto. **Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares**. Rio de Janeiro: Ciências Modernas, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JINKINGS, Ivana et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KULICK, Don. **Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KOTLINSKI, Kelly. **Legislação e Jurisprudências LGBTTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros**. Brasília: Letras Livres, 2007

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

LEITE, Vanessa **“Impróprio” para menores? Adolescentes e Diversidade Sexual e de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras Contemporâneas**. Tese de doutorado. Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

LIMA, Andréa Moreira. **Política Sexual: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular**. Belo Horizonte: Relicário, 2017.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs). **Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio**. Brasília: DF, p. 9-13, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/7xJoXG> - Acesso em: 02 de dez. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidades. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard Guy (org.). **Construção da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS**. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, p.203-212, 2004.

MACHADO, Maria das Dores & PICCOLO, Fernanda Delvalhas (ORG.) **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 57-114, 1967.

MARTINS, Felipe. **Coordenador do programa Rio Sem Homofobia é exonerado no dia do próprio aniversário**. Jornal Fórum online, 09 de fev. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qwTEuB>. Acesso em: 05 de nov. 2017.

MELLO, Luiz et al. “Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil”. **Estudos Feministas**, Nº 22, V.1, p. 297-320, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTT, Luiz et al. **Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório de 2016**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2016.

MOTA, Murilo Peixoto. **As diferenças e os “diferentes” na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito**. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, n. 2, p.191-210, 2008.

_____. As contribuições dos estudos de gênero no âmbito das homossexualidades: o masculino como questão. **Revista Gênero**. Niterói, V.11, Nº 2, p. 99-123, 2011.

MORAIS, Carolina de; PAVIANI, Neires Moraes Soldatelli. **Entrevista narrativa: um gênero da pesquisa sociolinguística**. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais: o ensino em foco. Rio Grande do Sul, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo. **As guerras sexuais:** diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. **Margens da política:** Estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NERY, João W. **Viagem Solitária:** memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Editora Leya, 2011.

_____. **De viagem solitária ao ativista,** 2014. Disponível em: <https://goo.gl/K9GUe8> - Acesso em: 16 de nov. 2017.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. **Direitos Sexuais de LGBT no Brasil:** jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2013.

PARKER, Richard. & TERTO, Veriano. **Entre Homens:** Homossexualidade e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 1998.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.) **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia.** Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** a hierarquia da invisibilidade. Coleção Preconceitos. São Paulo: Cortez, 2008.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** Observatório de Sexualidade e Política, 2007.

UNAIDS - **Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no mundo do trabalho - construindo a igualdade de oportunidade no mundo do trabalho: Combatendo a homo-lesbo-transfobia.** Mimeo. s/d.

RAMOS, Silvia. & CARRARA, Sergio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis.** vol.16, n.2, p. 185-205, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

RICHARDSON, John Hart Diane. **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

RIO DE JANEIRO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição atualizada. Governo do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Estado da Infância e Juventude. Rio de Janeiro: Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente, 2004.

_____. **Caderno de Propostas Estadual - Pré-Conferência Regionais do RJ. Câmara Técnica do Programa Rio sem Homofobia**. Rio de Janeiro: Secretarias do Governo Estadual do Rio de Janeiro - Comissão Organizadora Estadual, 2008.

_____. **Relatório de Caderno de Ações e Metas do Programa Rio Sem Homofobia entre 2011 e 2014**. Rio de Janeiro: (SUPERDIR/SEASDH), 2011a.

_____. **Relatório da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT/ Por um Rio livre de pobreza e da discriminação**: Promovendo à cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, 2011b.

_____. **Relatório da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT**: Por um Rio que enfrente a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, 2016a.

_____. **Caderno de propostas da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT/ Por um Rio que enfrente a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, 2016b.

_____. **Relatório Sintético de Fechamento de Gestão - 2016 do Programa Rio Sem Homofobia**. Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos: Rio de Janeiro, 2016c.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 71-100, 2006.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e limites da política de combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do programa Brasil sem homofobia. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul: UFRS, 2010.

SALLESO, Stéfano. **Referência em transexualidade, Pedro Ernesto clama por apoio ao serviço:** unidade está entre as cinco credenciadas para a realização do processo transexualizador. Jornal online O Globo, 08 de set. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/aHTtd9>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos.** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Revista Crítica de Ciências Sociais, N. 48, Junho, 1997, p.11-32.

_____. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2014.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, Democracia, Políticas Públicas e Direitos LGBT.** Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique & FERRAREZI, Elizabeth (org.). **Políticas públicas.** Coletânea, v.1. Brasília: ENAP, p.21-42, 2006.

SCHEUFLE, Isabela. **O processo de cidadanização de pessoas LGBT:** Uma etnografia em Centro de Cidadania do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. IMS, Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

SILVA, Sergio Gomes da. Direitos Humanos: entre o princípio de igualdade e a tolerância. **Praia Vermelha**, UFRJ, v. 19, p.79-94, 2009.

SIQUEIRA, Indianara. **Gênero, Diversidade Sexual e a Luta por Direitos Humanos hoje.** Palestra proferida no I Curso de Extensão - Gênero, Diversidade sexual e Direitos Humanos do Ganimedes Grupo de Estudos em Sexualidade em Políticas Públicas e Direitos Humanos do NEPP-DH UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis & FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Cecília. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, nº 16, p. 20-45, 2006.

SPIVAK, Gaysatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.

TAPIA, Luis. **Política Salvaje.** La Paz, Bolívia: Muela Del Diablo, 2008.

TOLEDO, Leslie Campaner et al. **Manual para o uso não sexista da linguagem:** o que bem se diz bem se entende. Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Políticas para as Mulheres: RS, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/NSjPXm>. Acesso em: 27 de dez. 2017.

TRINDADE, João Damião Lima. “Os Direitos Humanos: para além do capital” In: FORTI, V.; BRITES, C. (org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 11-28.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, p. 7-72, 2000.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.) et al. **O Corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p.24-59, 2000.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **PHISIS: Revista da Saúde Coletiva**, V 5, N 1, p. 9-31, 1995.

VIANNA, Adriana & LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

VIEIRA, Andrea Lopes da Costa. Colaborações das teorias sobre a nova sociedade civil para o debate acerca da construção de ações afirmativas “made in brazil”. **Teoria e Pesquisa**, Nº 42 e 43, p.265-284, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos Sociais e a Política Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

VILLELA, Flávia. **Rio terá Centro de Saúde Integral para Travestis e Transexuais**. EBC Agência Brasil. Publicado em 08 de abril de 2015. Disponível em <https://goo.gl/ysVryC>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

ZANATTA, Eliane Marques. Documento e Identidade: o movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5/6, p.194 – 220, 1997.

PORTARIAS, DECRETO, LEIS, RESOLUÇÕES

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS**. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Ministério da Saúde: Brasília, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/IUyOmJ>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Portaria Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – Ministério da Saúde: Brasília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/8LvbdZ>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Decreto nº 41.798 de

02 de abril de 2009. Governo do Rio de Janeiro: RJ, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/A2VSrL>. Acesso em: 02 de nov. de 2017.

Conselho Estadual de Direitos LGBT do Rio de Janeiro. **Carta em atendimento ao Superintendente dos Conselhos sobre o relatório resposta de atividade no 3º quadrimestre 2016**. Mensagem pessoal. Mensagem recebida no Evento do Relatório Sintético de Gestão do Rio Sem Homofobia 2016. Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2017.

Diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Resolução SEAP Nº 558 de 29 de maio de 2015. Disponível em: <https://goo.gl/3Ai5qP>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

Regulamentação a visitação aos presos custodiados nos estabelecimentos prisionais e hospitalares da SEAP e dá outras providências. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – Resolução SEAP nº 395 de 21 de março de 201. Disponível em: <https://goo.gl/1NfpL>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

ARTIGOS DE JORNAL, REVISTAS, DOCUMENTOS, RELATÓRIOS E SITES

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais - www.abgl.org/

Agência Brasil. **Rio terá o primeiro centro de atendimento a transexuais e travestis da América Latina**. Publicado em: 28 de nov. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/4yj9SC>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais – www.antrabrasil.org/

ASTRA RIO – Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro - <http://astra-rio.blogspot.com.br/>

BOECKEL, Cristina. **Aluno da UFRJ é encontrado morto dentro do campus do Fundão, Rio**: Crime de ódio teria causado morte do estudante, segundo amiga. Rio de Janeiro, 2016. <https://goo.gl/rpkbVs> - Acessado em 24 de janeiro de 2018.

Carta e-mail do Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro sobre a III Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT (III CEPPLGBT-RJ), 2017. Enviada no dia 11 de janeiro de 2017 para as conselheiras e conselheiros.

CRP-RJ. **Conselheiro do CRP-RJ toma posse no Conselho Estadual LGBT**. Postado em: 25 de mai. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/DMteTC>. Acesso em: 05 de out. de 2017.

Educação e Cultura LGBT. Publicado em: 30 set. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/QQC2XG>. Acesso em: 30 de nov. 2017.

Governo Federal Portal Brasil. **Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008** - Cidadania e Justiça. Publicado em: 06 de mar. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/WbasdY>. Acesso em: 03 de out. 2017.

GAI - **Grupo Arco-Íris** - www.arco-iris.org.br

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. **Edição Experimental**, Nº 0, Rio de Janeiro, 1978.

PORTAL TERRA. **Pelo menos 4 grupos neonazistas atuam no RJ, diz Polícia Civil**. Publicado em: 28 de mai. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/cBVdSt> - Acessado em: 24 de nov. de 2017.

MINC, Carlos. Audiência Pública sobre aumento de violência contra travestis e transexuais. Rio de Janeiro, 2015. <https://goo.gl/XH6REk> - Acessado em 30 de novembro de 2017.

Presídios da Paraíba reservam alas para detentos homossexuais. Portal G1, 2013. Publicado em: 14 de set. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/7CztQN>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Supremo reconhece união homoafetiva. Notícia do STF publicada em: 05 de mai. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/rZTf0> - Acesso em: 29 de nov. 2017.

ANEXO 1

AS REPRESENTAÇÕES DOS 79 MUNICÍPIOS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS GLBT*

Pré-conferências	Municípios
Pré-Conferência Regional I Nova Friburgo	Bom Jardim, Carmo, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Guapimirim e Cachoeira de Macacu.
Pré-conferência Regional II Macaé	Campo dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.
Pré-conferência Regional III Cabo Frio	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim;
Pré-conferência Regional IV Petrópolis	Areal, Comandante Levi Gaspariam, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto.
Pré-conferência Regional V São Gonçalo	Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá.
Pré-conferência Regional VI Nova Iguaçu	Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba.
Pré-conferência Regional VII Rio de Janeiro - Capital	Rio de Janeiro.
Pré-conferência Regional VIII Volta Redonda	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Volta Redonda, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Angra dos Reis e Paraty.
Câmara Técnica	Técnicos das secretarias de Estado, militantes, ONGs, integrantes de movimentos sociais, Conselhos profissionais entre outros.
Secretaria de Estado de Educação	Secretária (o) e técnicas (os) em educação.
Secretaria de Estado de Meio Ambiente	Secretária (o) e técnicas (os) em Meio Ambiente.

* Fonte: Rio de Janeiro, 2008, p.10-11.

ANEXO 2
GUARDIÃ VITÓRIA



Foto: Arquivo pessoal.

ANEXO 3


CARTA COMPROMISSO DA UERJ POR UM RIO SEM HOMOFOBIA

CARTA COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR UM RIO SEM HOMOFOBIA

Em virtude da realização da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), fruto de intensa mobilização de enfrentamento da homofobia e promoção da cidadania GLBT e do diálogo produtivo entre sociedade civil e poder público, a UERJ vem assumir o seu compromisso no combate à discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero com todos e todas participantes desta Conferência através das seguintes ações afirmativas:

1. Apoiar a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos na implantação, gestão, implementação e monitoramento do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.
2. Criar Laboratório de Políticas Públicas para GLBT na UERJ em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, envolvendo pesquisadores de diversas faculdades, objetivando o levantamento e a produção acadêmica, além de propor ações afirmativas para a população GLBT nas diversas áreas;
3. Promover estratégias de articulação da produção acadêmica voltada para a temática GLB, por meio de um seminário internacional, coordenado pela UERJ e pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos;
4. Estabelecer ato administrativo permitindo a utilização de banheiros femininos por travestis e transexuais em todas as instalações da UERJ e no Hospital Pedro Ernesto;
5. Estabelecer ato administrativo determinando o tratamento de travestis e transexuais pelo nome social em todas as suas instalações sejam funcionários públicos, estudantes, empregados terceirizados e usuários dos serviços oferecidos pela universidade para inscrição em formulários, cadastro e chamadas oficiais como: na inscrição de vestibular, registro de matrícula, lista de chamada em sala de aula, livro de ponto, prontuário hospitalar, e na abordagem individual nas ações acadêmicas em geral.
6. Estabelecer ato administrativo determinado como falta grave os atos homofóbicos ocorridos dentro das instalações da UERJ;
7. Estabelecer ato administrativo determinando a permissão de acompanhamento em consultas, exames e internações de companheiros/as do mesmo sexo de usuários do Hospital Pedro Ernesto/UERJ;

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2008.



Ricardo Vieira
Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Documento: arquivo pessoal.

ANEXO 4

BANNER EM HOMENAGEM A ALEXANDRE IVO



Foto: arquivo pessoal.

ANEXO 5

CAMPANHA DE MARKETING DO PRSH



Logomarca



Kit do PRSH: Boné, panfletos, chinelo, caderno, lápis, batom, capa para celular e leque.

Foto: arquivo pessoal.

Fotos retiradas do site: <http://www.riosemhomofobia.org.br>

ANEXO 6

CAMPANHA PUBLICITÁRIA: “RESPEITAR É...”.



Fotos retiradas do site: <http://www.riosemhomofobia.org.br>

ANEXO 8

CAMPANHA DE VISIBILIDADE DAS PESSOAS LGBT DO PRSH

UM LUGAR TÃO MARAVILHOSO COMO O RIO NÃO COMBINA COM HOMOFOBIA. RESPEITE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.



RIO SEM HOMOFOBIA É UMA INICIATIVA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. MAS PODE SER A SUA TAMBÉM.

Como qualquer forma de preconceito, a homofobia deve ser combatida em todos os lugares e, por isso, o Governo do Rio está lançando o Rio sem Homofobia. Uma iniciativa inédita que vai contar com vários setores do governo e promover a educação e a conscientização da sociedade. Afinal, respeitar a diversidade é um dever de todos. Faça parte do Rio sem Homofobia. A População LGBT merece seu respeito.

DELEGUE CIDADANIA LGBT
0800 0234567
www.riosemhomofobia.org.br

 **RIO SEM HOMOFOBIA**

 **GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETTIVOS E DIFUSOS

UM LUGAR TÃO MARAVILHOSO COMO O RIO NÃO COMBINA COM HOMOFOBIA. RESPEITE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.



RIO SEM HOMOFOBIA É UMA INICIATIVA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. MAS PODE SER A SUA TAMBÉM.

Como qualquer forma de preconceito, a homofobia deve ser combatida em todos os lugares e, por isso, o Governo do Rio está lançando o Rio sem Homofobia. Uma iniciativa inédita que vai contar com vários setores do governo e promover a educação e a conscientização da sociedade. Afinal, respeitar a diversidade é um dever de todos. Faça parte do Rio sem Homofobia. A População LGBT merece seu respeito.

DELEGUE CIDADANIA LGBT
0800 0234567
www.riosemhomofobia.org.br

 **RIO SEM HOMOFOBIA**

 **GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETTIVOS E DIFUSOS

RIO SEM HOMOFOBIA É UMA INICIATIVA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. MAS PODE SER A SUA TAMBÉM.



DELEGUE CIDADANIA LGBT
0800 0234567
www.riosemhomofobia.org.br

 **RIO SEM HOMOFOBIA**

 **GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETTIVOS E DIFUSOS

 **CLIQUE PARA PESQUISAR**

Fotos retiradas do site: <http://www.riosemhomofobia.org.br> - Agencia Nova SB
<http://www.novasb.com.br/trabalho/rio-sem-homofobia/>

ANEXO 9

ROTEIRO ABERTO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

ASSUNTOS:

- Movimentos sociais;
- A importância dos movimentos sociais;
- A importância dos MS na realização do PRSH desde o programa Brasil Sem Homofobia (PBSH);
- Se existe diálogos entre os estados sobre os possíveis programas estaduais (Piauí, Paraíba, Mato Grosso);
- Como se constitui a relação de promoção à cidadania; e
- Como se dará o programa BSH após o golpe político.

Perguntas: 1

1. Qual a relação entre os movimentos sociais que antecederam o PBSH e sua relação com as políticas públicas?
2. Quais as especificidades dos movimentos cariocas para a realização do programa RSH?
3. Como você viu a participação do segmento LGBT nas conferências? Quem era esse público das Conferências? Quem estava lá representado?
4. Como que você analisa, por exemplo, a relação entre o segmento LGBT e outros segmentos da sociedade? E qual a relação que tem o movimento LGBT com o movimento negro, mulheres e AIDS?
5. Como que você vê a relação dos movimentos sociais na perspectiva de ações afirmativas para o segmento LGBT menos favorecidos, tais como: os mais pobres, não escolarizados e moradores de periferias?

Perguntas: 2

1. Qual é a importância que as Conferências tiveram na construção das políticas públicas e na implementação delas?
2. Qual o público majoritário e minoritários que participaram das conferências LGBT? E quais as categorias, dentro das letras LGBT que participaram mais politicamente, contribuindo para a implementação do PRSH?
3. Após a realização do PRSH você poderia falar um pouco de sua implementação, tais como: quantos anos tem o RSH? Como foi o processo de sua criação institucionalmente? Como ele foi constituído pelo PBSH, primeiramente, no Rio de Janeiro? Quais recursos políticos institucionais tiveram para sua implementação? Quais são as pastas da secretaria social e Direitos Humanos que o PRSH dialoga; e quais trabalhos são realizados na perspectiva de interseccionalidade e interdisciplinaridade?
4. Como é constituído a estrutura institucional e profissional do PRSH?
5. Quantos profissionais fazem parte do PRSH e quais suas funções?
6. Quais políticas foram implementadas durante o PRSH? E quais áreas o PRSH tiveram mais e menos progressos?
7. Quais foram os entraves que o PRSH mais enfrentou durante sua gestão?
8. Com todas as dificuldades que o PRSH vêm enfrentando, devido as condições políticas do País e do Estado, quais são as expectativas para o andamento dele daqui para frente? E como você vê daqui para frente a manutenção do PBSH após golpe político e midiático atual no Brasil?
9. Se o PRSH acabar, como ficará a garantia de direitos da população LGBT no Rio de Janeiro?

ANEXO 10

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se refere a pesquisa de dissertação de mestrado de Alexandre Nabor Mathias França – alexnmfranca83@gmail.com (21) 98240-6269 - com o título de Movimento sociais e o programa Rio Sem Homofobia: uma trajetória de luta por políticas públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro, entre 2016 e 2018, na pós-graduação do NEPP-DH/UFRJ.

O pesquisador orientador responsável é o Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva, professor do Núcleo de estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (www.nepp-dh.ufrj.br) (21)97170-9246; serggioluiz@uol.com.br

Você está sendo convidada (o) a participar da referida entrevista de pesquisa para essa dissertação de mestrado que tem por objetivo analisar a construção e a constituição do Programa Rio sem Homofobia e suas consequências como instrumento de transformação social e cultural na cidade do Rio de Janeiro pela premissa de que sua inserção, visa através de políticas públicas, promover a diminuição do preconceito e da discriminação da população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Sua participação é totalmente voluntária e a qualquer momento da pesquisa está garantida a possibilidade de sua desistência em participar sem qualquer ônus material ou simbólico.

As informações desta entrevista serão analisadas conforme a necessidade da pesquisa, cujas informações serão utilizadas conforme sua aprovação. Usaremos seu nome, cargo e função no escopo da dissertação como indicador@, voluntári@ e colaborador@ desta pesquisa.

Utilizarei um gravador para registro desta entrevista.

Garantimos que receberá na íntegra a transcrição de sua fala; caso solicite.

Ao conceder sua história para esta pesquisa tenha certeza de que contribuirá para a luta por cidadania e promoção de políticas públicas voltadas a população LGBT.

Este termo será assinado em duas vias de igual teor em que uma delas será entregue a você.

Eu, _____, RG nº _____
 _____ declaro estar ciente, informado e de acordo por participar, como voluntária (o), desta pesquisa acima descrita. Nº de seu celular (opcional) _____ e-mail _____.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

 Assinatura do voluntária (o) /entrevistada (o)

 Assinatura do coordenador ou pesquisador

ANEXO 11

Quadro de resumo das entrevistas com quatro gestores do PRSH

<p>Claudio Nascimento - Superintendente e coordenador geral do PRSH e Centro de Referência de Cidadania LGBT.</p> <p>Ativista e militante LGBT</p> <p>Homem, negro, Cisgênero, homossexual, gay, casado, filósofo - 40 anos</p> <p>Entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2016 - Centro de Referência LGBT – Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro</p>
<p>(Falas sobre a inserção de ativismo estratégico dentro do governo e desafios para fortalecimento do PRSH)</p> <p>“Eu participei de todos eles como parte da delegação oficial do governo brasileiro, na época fui muito criticado pela militância, porque disse que eu era pelego porquê estava dialogando com governo tucano, governo de centro, governo de centro direita e tal... e eu sempre tive uma coisa muito clara na cabeça... uma coisa é o que eu penso e sonho do mundo e outra coisa é o que é possível da gente construir dentro da realidade concreta... porque você precisa entender que mesmo que reivindique 100% de determinada coisa, precisa pensar o que é possível conquistar daquilo gradualmente”.</p> <p>“De novembro de 2003 a maio de 2004, nós passamos seis meses, fazendo uma série de impactuações e reuniões...eu lembro que fui para Brasília nesse período quarenta e duas vezes, foi uma coisa muito intensa...porque o governo precisava dar respostas”.</p> <p>“Na época também... ah pelego está dando capacitação para o governo que não é de posição progressista...só que eu também entendi que você precisa... e também quando te chama, que não dá para dizer não! Era para construir uma ação para nossa comunidade, então não estava ganhando nada com aquilo... foi uma ação voluntária... na verdade foi ao contrário, estava abrindo mão do meu tempo de vida e de outras coisas para poder me dedicar aquela ação”.</p> <p>“E daí então, porque eu estou falando isso...isso tudo, foram componentes tanto os federais quanto estadual para gerar...um acúmulo de críticas de pensamento no campo da política LGBT...aí vem o CLAM, vem o Arco-íris com as paradas do orgulho LGBT, porque aí nascem as outras paradas depois; a primeira parada do Brasil foi no Rio de Janeiro. Depois vem com o governo federal os diálogos para o reconhecimento da parada de Copacabana como uma manifestação cultural... porque até 2003 nenhuma parada era reconhecida com manifestação cultural”.</p> <p>“Porém no primeiro momento eu me reservei e tive muito medo, muito receio porque a história da república brasileira e do poder público brasileiro nas várias esferas é uma história de cooptação das lideranças dos movimentos sociais de todos os movimentos sociais... você traz uma grande liderança, coloca numa posição, não dá estrutura necessária para a liderança articular a política pública e depois quando você sugou todo o capital político dela, você joga no lixo. E ela fica refém daquele governo, e já não tem mais a credibilidade e a relação com a</p>

sociedade civil”.

“Talvez o aprendizado ao longo da vida, e o processo também como foi construído, né antes e durante, gerou atmosfera favorável no primeiro momento para esse boom que o programa Rio Sem Homofobia no primeiro momento teve. Que teve todo um processo de negociação, teve reconhecimento do governador, teve um diálogo durante o processo eleitoral, teve ajuda do parlamento com a mediação do deputado Carlos Minc. Na época também, o Deputado Paulo Melo era presidente ALERJ; não posso esquecer isso... teve a mediação dos movimentos, que também já tinha uma experiência ou um conjunto de experimentações dessa relação com o poder público nos diversos níveis. Então tudo isso foram elementos...”

“E na época para gente começou a movimentar e tal, Secretaria de Justiça de um resto de imóveis de DDH ainda, secretária de Segurança Pública... aqui, o Beltrame ajudou a dar uns móveis; umas cadeiras e foi assim! Então porque a gente sempre trabalhou na perspectiva de que precisa ser política pública de caráter intersetorial, articulado, mover... às vezes você deve aceitar do parceiro até uma cadeira quebrada, mas só o fato de você ter dialogado como o parceiro, que precisava de uma ajuda dele o que ele tinha de melhor... que aquela cadeira quebrada... eu não vou desfazer daquela cadeira quebrada, eu vou pegar eu vou mandar consertar e vou usar até o momento que eu puder mandar comprar uma outra. Então já vou ter uma conexão com aquele gestor com aquele parceiro”.

“Então foi sempre assim, construindo desse jeito! Isso foi em toda minha vida... A gestão mais ainda, não para você achar que você vai atuar isoladamente, que você vai conseguir fazer, porque você é o poderoso, porque é o intelectual... não funciona desse jeito. Porque tem sistemas dentro da gestão para te brecar para te gerar empecilhos, então você tem que estar sempre pactuando, acordando com seus tomadores de decisão e divulgando para eles também as conquistas e divulgando com eles também as conquistas como construção deles também, para ser dividido porque o poder só existe se for compartilhado. Sozinho ele é efêmero, ele se vem forte e ao mesmo tempo ele se esvai rapidamente, então sempre foi assim... esse foi o primeiro momento do nascedouro do programa Rio Sem Homofobia”.

“Então, isso eram argumentos que conseguiram por exemplo gerar uma blindagem ao programa frente aos líderes religiosos fundamentalistas do Rio de Janeiro... você não tem uma passagem por exemplo de parlamentares, pastores como o Silas Malafaia e outros de enfrentamento muito forte contra o Rio sem Homofobia. Até pronunciamento eles tentaram... até em dado momento ignorar tipo...né...não quero! Porque também o enfrentamento sempre foi muito nisso.... Violência, alguém morreu, denunciar e pedir investigação. Como ele vai dizer que é contra e que se apure um crime? Que é contra que acalente uma mãe chorando por um filho morto? Nessa linha! Então no primeiro momento em caráter programático... Melhor o guarda-chuva desse caráter programático do programa, ele tem uma aparência defensiva de uma agenda defensiva de atuar para enfrentar a violência...e não numa perspectiva numa agenda promotora de direitos, promotora de ação, mas isso foi uma escolha vamos dizer assim, feita conscientemente entre nós e muitos líderes do movimento LGBT... a gente entendia que era preciso construir uma fronteira argumentativa para em caso de um ataque na política e de uma cobrança ao Governador, de uma cobrança aos gestores, a gente tem elementos suficientes para comprovar o caráter do programa e os resultados que ele produzia naquele respectiva”.

“Agora nós tivemos... primeiro foi um problema muito sério foi quando a presidente Dilma, e aí em meados de 2012 e 2013, quando ela por exemplo começa a rejeitar a pedir para arquivar, para encerrar, proibido as campanhas de prevenção à AIDS com gays e prostitutas e trans... isso não foi uma vez, pois foram várias vezes. Teve até vergonha da penúltima campanha com Alexandre

Padilha, Ministro da saúde, vindo lançar a campanha aqui no Rio e voltou para Brasília, e quando chegou lá, foi desautorizado por ela, e disse que a campanha não ia sair mais. E ao mesmo tempo ela recebeu o grupo daquela frente parlamentar para tirar a campanha, foi isso justamente esse período... então isso também a questão do projeto escola com diversidade e de escola sem homofobia vinha já sendo desenhado no governo Lula, que foi feito várias pesquisas, várias experimentações, capacitações, projetos foram financiados vários projetos do governo Lula para trabalhar diversidade na escola... então é agora a chance de avançar para algo mais de política pública e não como o governo financiando ações da Universidade e ações de ONG para fazer esse trabalho”.

“E no governo Dilma se foi diminuindo até chegar o que chegou agora, isso porque ela para poder ter algum nível de governabilidade cedeu a esses grupos mais conservadores e fundamentalistas. E tem algumas coisas que mesmo no grau de pragmatismo, você não pode abrir mão de princípios, pode gerar consequências e vai ter um nível de resolução de décadas e décadas de não é às vezes não mais... às vezes até aquilo não ter mais condição de evoluir por conta de uma ocupação desse espaço, como foi feito por eles. No Rio de Janeiro eu posso dizer, que agora no início do ano 2015 para 2016, que a gente teve a primeira situação mais concreta de uma interferência do fundamentalismo religioso na política pública estadual”.

(Fala sobre a importância da I Conferência de direitos LGBT)

“... já vi em várias dissertações de pessoas que na época falaram contrariamente, e que hoje reconhece que foi muito importante o legado dessa conferência para construir as políticas públicas posteriores para LGBT”.

“E aí então a gente fez, bom... a conferência vai ser em 2008, era maio de 2008; maio ou junho?! Maio foi a estadual e junho foi a federal, aí eu falei assim: poxa, então a gente pode conectar o processo de construção do programa Rio Sem Homofobia, com o processo de mobilização e discussão de políticas públicas na conferência LGBT. Então todo esse conjunto de propostas que a câmara técnica elaborou pode entrar no caderno do texto-base da conferência da I Conferência Estadual LGBT, que é a contraparte estadual para conferência nacional. E aí então que a gente fez, foi isso! E aí a gente pode inclusive regionalizar o debate das propostas do programa Rio Sem Homofobia, que a gente fez dentro da câmara técnica entre junho e dezembro de 2007... a gente não tinha conseguido ainda por mais militantes de outras regiões, mas não tinha tido uma capilarização mais ampla, mais regional. E aí a gente então conseguiu realizar oito conferências regionais com esse documento com esse texto... e culminou com a Conferência estadual, onde a gente pegou as propostas das contas de regionais e acrescentou as propostas da câmara técnica do programa Rio sem homofobia e vinha escrito do lado de forma transparente também, o que era a proposta advinda da regional, proposta advinda da câmara técnica e o que era proposta advinda de secretaria como sugestão”.

(Fala sobre a estratégias políticas para elaboração do PRSH)

“E nós tínhamos além desse relatório conseguido também aprovar no finalzinho de 2002 para 2003...no PPA, conseguimos com diálogo com deputados dentro da câmara, incluir que no PPA a criação de um programa de combate a homofobia; então, não tinha dinheiro nenhum, era zero! Mas só de isto estar escrito no documento orçamentário, já era então, um antecedente para ser usado como justificativa para necessidade de criar um programa também. Você tinha o relatório, tinha esse apontamento no PPA e tinha também a própria posição do

governo do candidato que assumiu de fazer alguma política neste sentido. Fora as reivindicações do movimento, que cada vez mais começou a cobrar uma resposta mais ampla e de caráter sistêmico e não mais uma coisa solta e pueril”.

“Mas analisando friamente o ponto de vista de um caminho e de uma metodologia de política pública, na minha opinião era inadequado, porque pra de fato ser incluído como uma política pública, que possa ter caráter continuado e perene, ele precisava estar dentro da estrutura do governo e não depender de voluntários e de militantes”.

“Mas, mais fortemente do que isso também, você tem uma ascensão do fundamentalismo religioso dentro do governo... porque no primeiro momento o governo do Garotinho não foi eleito numa lógica religiosa. Ele inclusive foi eleito numa coligação com o PT, com partidos progressistas... ajudei a construir o programa de governo na área dos direitos humanos, sentei com grupo de especialistas...então era uma esperança...até porque ele tinha uma fala extremamente positiva e tal. Mas na entrada do Governo ele teve uma inflexão...faz uma flexão, para o centro e depois para uma perspectiva de direita no sentido do fundamentalismo religioso”.

“Eu até na época falei com Yone... eu vou continuar te dando suporte, mas não tem nada o que fazer porque foi público. Não tem como mais! E eu vou sustentar isso, não tem mais o que fazer...e ela foi reeleita, lembra? Foi uma coisa assim assustadora...a mulher foi reeleita! [Governo de Rosinha Garotinho] Nós passamos por um período desgraçadamente triste de obscurantismo. Aí nisso a gente viu, perdemos as esperanças no governo do estado, vamos para o governo federal. Atuamos fortemente nisso...outros militantes e eu...aí em 2003 a gente consegue iniciar esse debate, e vamos ter em maio de 2004, a gente consegue então lançar o programa federal Brasil sem Homofobia. Um conjunto de cinquenta e três ações do governo com mais de dez ministérios, determinando quais secretarias que iram fazer aquelas ações de cada ministério”.

“De 2004 a 2008, foi um período de grande construção no governo federal; foi um período de muita construção! Porque a gente conseguiu que o Ministério da Cultura trabalhasse para aplicar as ações do programa Brasil sem Homofobia no campo da abertura de editais para reconhecimento de manifestações culturais LGBT. Então de apoio a parada, filmes, shows, várias publicações de livros e pesquisas no campo cultural”.

“No campo dos direitos humanos a gente conseguiu nesse período ter uma linha de financiamento para criação de centros de referências de combate a homofobia, que era o nome! Chegando em 2007 a 85 centros de referências de combate a homofobia no Brasil todo, um financiamento de mais cinco milhões com centros de referências. Financiamento também na cultura chegou a quase sete, então assim, eu vi que tinha uma robustez; o negócio estava tomando rumo. No campo de segurança pública, a gente também avançou muito com a secretaria de segurança pública, começou a apontar caminhos para pensar uma segurança pública com cidadania LGBT; participei de diversos grupos de trabalho”.

“Com seis secretários presentes, Benedita junta com: o planejamento de educação, Secretário de Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretário da casa civil, Secretário da justiça, governador, Deputada Cida Diogo, Deputado Carlos Minc... o negócio foi no jardim de inverno e cheio... no Palácio Guanabara! Em um mês depois, o governador assina o decreto, não sei se você lembra... no dia 28 de junho que cria a câmara técnica, para elaborar câmara do Programa Rio Sem Homofobia, e a gente dá os primeiros benefícios da lei de pensão. E aí teve aquele

show lindo, com a primeira bailarina do Teatro Municipal, porque tinha funcionário homossexuais do Teatro Municipal, que tinha entrado com pedido de pensão. E se seu companheiro já falecido e não tinha assegurado, que a gente conseguiu fazer uma mobilização e depois eles queriam presentear a política pública com alguma coisa”.

“Então você tem esse rumo, mas você também tem os caminhos para chegar a conquista de determinada coisa... eu não preciso terminar todo o processo da conferência para iniciar e talvez ampliar um diálogo com segurança pública então por exemplo em 2008 eu já estava fazendo 2007 o primeiro debate com Beltrame [secretário de segurança pública] em fevereiro de 2007, pois a necessidade de construir um policiamento preventivo para LGBT no carnaval foi a primeira vez que a gente conseguiu discutir”.

“Tem gente, até do movimento, na época, que achava um absurdo! Tem que ser igualitário. Eu falei, ao contrário, inclusive na hora da votação, os anseios da sociedade civil que está demandando no Estado é que tem que estar mais vivo, potente, e ainda mais que, quem vai estar pela gestão são profissionais, são agentes profissionais inclusive com a tarefa de representar um órgão ali; inclusive remunerado. Então, a tendência de ele participar mais organicamente é mais, e tem uma frequência maior e mais natural, porque o movimento é mais flexível e é desigual, porquanto da estrutura não tem estrutura para vir... a passagem para trabalhar. Por isso até, também para quando tem um desequilíbrio da quantidade de pessoas na composição, você acaba ficando até mais paritário, porque você consegue com esse dispositivo 60% garantir que é essa voz nunca fique a menos que do poder público. Então tem uma lógica de construção que hoje por exemplo está pouco escrita nos lugares; é uma pena! Porque isso falando aqui eu tenho procurado e quase não tem mais documentos discutindo porquê e como que nasceu? Nasceu em uma conferência Mundial de Direitos Humanos na França... não foi um negócio de qualquer jeito! ”

(Fala sobre a estrutura política do Conselho Estadual dos direitos LGBT RJ)

“E outra também foi do conselho [CELGBT], que o governo, criou na estrutura do Conselho, por exemplo, que a sociedade civil não é por indicação. E depois outros conselhos foram seguir o nosso, que no primeiro momento os conselhos no governo eram por indicação, e o nosso já nasceu do processo de eleição, ou seja, a sociedade civil se organiza num fórum próprio de grupos LGBT e discuti os critérios e os nomes das entidades, que no primeiro momento você não elege pessoas... você é as entidades para compor o conselho, e depois a entidade diz quem será o representante dela dentro do Conselho e ela pode mudar sempre que ela quiser”.

(Falas sobre os serviços e ações do PRSH)

“O primeiro serviço na América Latina de utilidade pública e caráter gratuito foi liberado pela agência de telecomunicação... nós conseguimos antes ainda do início do disque 100 como módulo LGBT no nível Nacional”.

“Então a gente falou assim, mas precisa também marcar território, porque política pública também você tem que marcar território! ”

“E ao mesmo tempo um cartão postal com a importância que ele tem... é uma mensagem cultural simbólica, muito importante para a sociedade de que nós existimos e que é parte da realidade que precisa ser tratado como cidadãos e respeitados e tudo mais”.

“Porque a própria lei de união estável diz que os conviventes em união estável, podem converter as uniões estáveis em casamento civil, então na época até muito militante batia com Cabral que queria logo o casamento. E ele disse: Cláudio e

Turffson [antigo coordenador da SEADS) não é melhor estratégia... a melhor estratégia é a gente defender a união estável, porque a lei da união estável eu já disse que pode converter em casamento, então depois é só você entrar com um monte de pedido de conversão e vai chegar o momento que será obrigado ter que regulamentar o casamento. E foi o que aconteceu! Uma estratégia bacaníssima! Tanto é, que foi provado no dia 05 de maio de 2011. Eu e vários casais entraram com pedido da conversão de união estável em casamento naquele mesmo mês, e eu aqui no Rio de Janeiro foi o primeiro casal, eu e João, fomos o primeiro casal a ter o reconhecimento da Justiça convertendo a nossa união estável em casamento; e até sendo retroativo. Então assim, o governo que teve sempre nunca vacilou nos posicionamentos públicos sobre a questão... mesmo que tivesse alguma aliança com o outro, nunca isso foi problema para avançar agenda”.

Elizabeth Fernandes - Coordenadora do Disque Cidadania LGBT - 0800-02345678 – Assessora do Superintendente do PRSH

Mulher, Cisgênero, Heterossexual, casada, psicóloga - 50 + - anos

Entrevista realizada no dia 02 de dezembro de 2016 no Centro de Referência LGBT - Centro de Referência LGBT – Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro.

(Falas sobre a inserção de ativismo estratégico dentro do governo e desafios para fortalecimento do PRSH)

“Quando você fala de política pública... nós somos um equipamento do estado e estamos funcionando dentro de uma secretaria de estado da Secretaria Assistência Social e Direitos Humanos e já temos a notícia que será desmontada, que será fragmentada... então, a gente está vivendo este momento de apreensão, sofrimento e dor, sem saber se seguiremos e pra onde iremos.... em que estrutura a gente vai se encaixar... então nesse momento específico a gente está vivendo isso!! E de 2013 para cá a gente já teve três grandes crises... que foi a do pastor... o Ezequiel... Você deve ter acompanhado... a redução de salário... aliás ao não pagamento dos salários... a busca dos salários... que a ALERJ entrou ano passado... que sustentou nosso trabalho ao longo desses meses de 2016... Se a ALERJ não tivesse repassado a verba, aqui nós não estaríamos...”

“então eu vejo que o PRSH hoje também é um programa de resistência para poder existir... apesar de todas essas adversidades [inserção religiosas no governo], que também são expressões de preconceito e discriminação é muito difícil viu!! Não é uma tarefa fácil...”

“a gente administra crise todos os dias... acho que desde 2012 que a gente administra crise aqui dentro... o Feliciano, assim como o Ezequiel... isso faz parte dessa resistência... um momento especial que nós vivemos e que foi um ataque direto ao programa foi do pastor Ezequiel... essa entrada do pastor aqui foi um acidente... foi uma aberração... foi uma agressão... foi uma violência... quando você tem um secretário de estado... um pastor dentro dessa secretaria e você tem um programa como o RSH e o pastor diz que a cura gay existe...”

“mas o desmonte da secretaria de estado existe essa ameaça, que é uma ameaça desse estado de desmontar algumas políticas de estado... infelizmente as mais que trabalham com os mais vulneráveis... isso é o maior paradoxo, que eu já vi na minha vida... que eu não conheço isso... violação de direitos... assim como violação

de direitos tirar meu salários e não me pagar... isso é uma outra violação de direitos... enfim salário é uma coisa sagrado... você pegar e não pagar um funcionário, isso é uma violação com o que está acontecendo!”

(Falas sobre os serviços e ações do PRSH)

“eu cheguei aqui em 2013... no final de 2012 para 2013... então quando eu chego os Centros já estão funcionando... eles já existem e já estão rodando nesse formato que você conhece que é o atendimento à população... que são atendimentos que são jurídico e atendimentos psicossociais, que são com psicólogas e assistentes sociais atendendo as demandas que chegam através do disque cidadania LGBT; o 0800.... e atendendo demandas que chegam espontaneamente pra gente... a gente está aqui esperando as demandas que chegam aqui... a gente também atende a essas demandas que às vezes vem através do site, do facebook...”

“se a gente for ver os usuários e as usuárias que chegam aqui pra gente... se chegam é porque essas pessoas não estão encontrando nas redes esse acolhimento e esse encaminhamento para diferentes questões que a gente recebe... se a gente pensa que o Rio é um Rio sem homofobia, com o programa... a gente tem que entender que existe e já está posto que existe a homofobia, a transfobia, a lesbofobia... isso já está posto na sociedade...”

“Então quando chega um caso de violência pra gente... de alguém que foi violentamente machucado fisicamente ou mesmo psicologicamente falando... e chega pra gente com essa queixa... uma pessoa me fez um ato de discriminação e tal! Um rapaz da loja me espancou... e eu fui na delegacia e ninguém me atendeu... e as pessoas não sabem o que fazer... eu estou com medo... estou sozinho... isso já ajuda e traduz por si só a demanda a necessidade desse atendimento e desse acolhimento... então o que a gente faz? A gente acolhe essa dor... essa queixa dessa pessoa... a gente vai acompanhar essa demanda... a gente não vai advogar... temos advogados aqui, mas eles não irão advogar... eles irão fazer o acompanhamento... então ligou para o 0800? Acalma, acolhe e ver o que está acontecendo e encaminha... venha ao Centro de Cidadania presencialmente!! Venha conversar conosco... você foi machucado? Você foi no hospital? Tem alguém com você? Tem alguma dúvida? Não tem? Precisa que a gente vá agora encontrar você? Para lhe dar este acolhimento? E aí a gente se arma, porque a gente tem uma equipe 24 horas...”

“Eu entendo que para a população LGBT... a gente brinca... a gente que tem um Centro pra chamar de seu... É para isso mesmo que as pessoas venham com as diferentes demandas... como é sobre o nome social e situação de violência... que infelizmente é muito frequente...”

“é o casamento que é um grande encontro de alegria... um momento bom... porque a gente fica o tempo todo com a violência com a queixa, com a violação de direitos... e aí a gente tem um momento de promoção de cidadania de alegria que é o casamento... a união estável... então isso também é uma coisa boa que esse programa ofereceu pra essa população e que não fica só na dor... também tem um momento de alegria”.

“esse ano então nós fizemos duas grandes jornadas... uma na Fiocruz e outra em Volta Redonda, onde a gente está capacitando ainda todos os funcionários da Fiocruz... são mais de 1500 pessoas... mais a Fiotec... sobre a cidadania LGBT, sobre questões de gênero e diversidade sexual... desde os porteiros até atendentes, recepcionistas, médicos, pessoal da pesquisa, o pessoal que recebe o

voluntário... são turnos altamente diversificados... está sendo uma experiência incrível... assim também em Volta Redonda... o mesmo... Estivemos em algumas unidades do HemoRio que nos chamou pra mesma capacitação... e o que está movimentando as pessoas é o nome social... porque o nome social é o que leva as instituições para parar para pensar, porque as meninas estão exigindo que isso seja feito... e essa demanda chega e ninguém sabe o que fazer... nem conhece a lei e nem sabe que isso existe... e a lei é desde de 2011 e até hoje as pessoas não sabem..."

"o que eu vejo é uma busca grande por atendimento jurídico, porque é a grande questão por vários motivos... as meninas por causa do uso do nome social... como é que se faz... como é que se consegue e o trâmite... as meninas quando vem buscar como faz para entrar na fila da Cirurgia de Transgenitalização... a violência aos gays... quando vem também vem mais pela violência... as diferentes situação de violência... passamos a receber muitos jovens... infelizmente nos procurando, mas felizmente porque conseguiram acessar o programa... que é uma coisa boa para falar de agressão... de falar sobre a discriminação no colégio, do vizinho, do amigo... isso é uma coisa boa.... isso é sinal que as pessoas estão nos vendo ai fora..."

Ernane Alexandre Pereira - Coordenador do Centro de Cidadania LGBT da Baixada Fluminense

Ativista e militante LGBT

Homem, branco, Cisgênero, homossexual, gay, Advogado – 40 anos

Entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2016 no Centro de Referência LGBT – Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro.

(Falas sobre a inserção de ativismo estratégico dentro do governo e desafios para fortalecimento do PRSH)

"Eu acho que o programa na Baixada Fluminense vem numa contramão de políticas, por exemplo, em alguns municípios da Baixada, como Duque de Caxias, Nilópolis e Mesquita tem uma coordenadoria que trabalha também com a diversidade sexual. Então facilita para a gente de ter uma interlocução com essas redes de coordenação que faz chegar às redes como os CAPES e Conselho Tutelar. Agora alguns municípios não têm coordenadoria nenhuma, então aí é um pouco mais complicado de você discutir uma política para chegar nos CRAS e CREAS. E se você não tem dentro desses municípios nada implementado da política LGBT. Então Duque de Caxias tem e aí eu posso dizer que a rede de Duque de Caxias por estar inserido dentro desse município, então a gente consegue trabalhar bem essa política. Mesquita também, e Nilópolis também, porque tem coordenações LGBTs".

"Mas a política sofre um déficit muito grande como um todo em política de assistência, educação, saúde e por sua vez essa política voltada para essa população GLBT, assim como dos negros e intolerância religiosa fica geralmente em segundo e terceiro plano".

"Há dois meses atrás eu estava contando um caso de uma professora bilíngue, concursada... então assim, a gente vê que essa com a questão da visibilidade e esse reconhecimento dessas categorias de gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou

trans... ela vem ganhando um empoderamento muito forte. E graças a programas como esse. Não só como o PRSH, mas outros programas também... a gente tem da SEDES, que é o Damas [Programa do SEDES para inclusão de travestis e transexuais na rede de trabalho]. Então é um programa também que traz essa questão do empoderamento muito forte... então a visibilidade vem crescendo!”

É crescentes essa onda de conservadorismo... por exemplo, das questões religiosas que é um pouco complicado falar isso... porque a gente tem uma onda muito forte como se fosse colocando a gente sempre pra baixo, varrendo a gente pra baixo, nossas propostas vão ficando sempre engessadas... há um engessamento muito grande, mas eu vejo que a gente consegue sim, colocar a cara... as paradas são tão importantes... acho que a parada é um dever cívico... é um ato cívico e eu me vejo ali dentro... a gente não consegue discutir política... mas eu acho que é um marco que deixa essa visibilidade um pouco mais latente, dentro da sociedade como um todo”.

“voltar essa questão da religiosidade e ele ser um secretário... e aqui dentro ele fazendo cultos... trazendo essa questão da “cura gay”... que é inconcebível também...”

“eu espero que a gente possa dar continuidade desse programa... como eu falei é um programa pioneiro... agora, a gente tem a ideia de levar esse pioneirismo para outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo...”

“pra que a gente consiga também recursos... por que um programa como esse precisa no mínimo uns três milhões por ano para sobreviver com a equipe que tem... essa equipe também é deficitária... hoje a gente tem uma advogada, uma assistente social e uma psicóloga na Baixada Fluminense pra atender essa Baixada toda... a gente não dá conta pra isso... e também de recursos materiais... como por exemplo, com veículo; porque a gente ainda não tem... então quando a gente não consegue fazer uma AVT [atendimento de visita] ou uma VD [visita domiciliar] a gente tem que pegar o nosso carro e ir com a nossa gasolina e muitas das vezes disponibilizando do nosso recurso”.

(Falas sobre os serviços e ações do PRSH)

“A gente sabe a deficiência que a política civil e a polícia militar têm. Porque estes órgãos nem sempre estão apoiando essa população, digamos assim, porque eu já estive em alguns batalhões dentro da CADEPOL fazendo capacitações para delegados e inspetor. Mas a gente ainda vê, não em todas as delegacias, mas em algumas delegacias, eles não aderindo as tipificações de homofobia e o nome social. Porque dentro da polícia civil a gente tem uma portaria, que ela designa que o nome social tem que ser acolhido. E em muitas delegacias as trans e as travestis acabam indo, e chegando lá elas são discriminadas, até mesmo na hora de fazer um boletim de ocorrência; não colocam nem mesmo o nome social”.

“As Ongs que não tem seu CNPJ sua regulamentação por exemplo, a gente faz uma reunião. Como já foi feita no Centro da Baixada Fluminense, como também a intolerância religiosa. Que é a regulamentação de terreiros, né! A gente se reúne, pega toda documentação e a Ata. Eles fazem o registro de autenticação das atas. E o estatuto também, e a gente encaminha para a defensoria públicas, para a legalização”.

“o PRSH é um programa de excelência... eu não tenho o que falar... mesmo não conseguindo acolher todos esses frutos que a gente almeja, porém é um programa pioneiro, né? A gente vê que é um programa que está no Rio de Janeiro, acho que

desde 2008... a gente vem trabalhando em prol dessa liberdade, dessa diversidade... e eu acho que a gente vem dando nosso recado direitinho. O objetivo vem sendo conquistado e conseguido... a gente passa por uma fase muito difícil no estado do Rio; talvez isso não deixa que a gente avance um pouco mais. Mas hoje a gente tem decretos, portarias... então é muito importante também dizer que o PRSH contribuiu muito pra isso. Para que a gente possa hoje, por exemplo... na Baixada Fluminense eu possa te dizer que eu tenho trinta meninas trans e travestis com seu nome reconhecido, judicialmente. Entraram com a retificação civil e coisa que há vinte anos atrás a gente nem ouvia falar desses direitos... então o programa tem um lado muito positivo, muito grande e avanço também na política pública lgbt”.

“eu vejo essa visibilização como um todo, porque geralmente quando a gente fala da questão do empoderamento eu penso mais da travesti e das trans... mas olhando o RSH como um todo... desse movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais eu acho que hoje a gente tem um outro olhar... realmente de empoderamento... hoje o campo por exemplo, da empregabilidade... há dez anos atrás era difícil você ver uma transexual trabalhando... em uma escola! Hoje eu tenho professoras e pedagogas travestis na Baixada Fluminense...”

“Olha eu... o que eu venho acompanhando... é porque tem vários casos, por exemplo, de gays de questões intrafamiliares, que os próprios pais não aceitam a orientação e acabam colocando aquela pessoa pra fora de seu lar... pra fora de casa... E adolescentes... são jovens hoje de 14 e 15 anos, sendo colocados para fora de casa... a gente tem muito desses casos... e aí é um trabalho em conjunto com o conselho tutelar... e a questão do abrigo que também não é fácil... mas no caso de violência física mesmo, são com as travestis... elas sofrem... no último ano eu tive quatro ou cinco assassinatos em Duque de Caxias envolvendo essa população... então isso me assusta muito, né... só agora neste último ano [2013] foram três...”

“eu posso dizer para você que a gente atende mais de mil e quinhentos atendimentos por ano... que eu acho que uma grande quantidade de atendimento... se a gente for falar de número de usuários por exemplo, se eu não me engano este ano teve mais de novecentos usuários... porque um usuário pode refletir em um, dois ou mais atendimentos na área da psicologia, serviço social ou do jurídico... então a gente tem uma gama de pessoas sendo atendidas, sendo contempladas nas suas demandas... seja ela na adesão, por exemplo, na questão do nome social ou até mesmo no atendimento da psicologia... a gente não faz acompanhamento psicológico, mas o usuário ele passa pelo psicólogo uma, duas, três quantas vezes ele precisar”.

Olavo De Martino - Coordenador do Centro de cidadania LGBT do Norte Fluminense (Niterói)

Ativista e militante LGBT

Homem, branco, Cisgênero, homossexual, gay, psicólogo – 30 anos

Entrevista realizada no dia 01 de dezembro de 2016 no Centro de Referência LGBT -- Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro.

(Falas sobre a inserção de ativismo estratégico dentro do governo e desafios para fortalecimento do PRSH)

"Eu posso falar como coordenador do Centro de Cidadania, porque é a parte que eu tive mais acesso... dessa questão... É... Nós buscamos muitas parcerias com as redes, mas nem todos nos receberam ou aceitaram as ideias de início de nossa parceria... nós tivemos muito mais êxito no Centro de Cidadania Leste que eu coordenava, porque... em Niterói... nós tínhamos mais parceria com Niterói, porque lá tem movimento social forte e atuante no Estado que é o Grupo Diversidade de Niterói... e que no auxiliou esse intermédio... até porque é uma política que é para o movimento para LGBT... é para eles... foi uma demanda que veio do movimento social a criação do PRSH... Eles que nas ruas, nas trincheiras, manifestações perceberam que havia uma necessidade de dar uma atenção... então eles através nos ajudaram a identificar estes pontos para que nós possamos atuar lá. Foram grandes parceiros, acho que são ainda até hoje... Mas tivemos muita dificuldade em São Gonçalo por causa da questão da percepção e reconhecimento que havia LGBT lá. Acho que também é a questão religiosa... religiosa no sentido de uma linha religiosa que não aceita a população LGBT, que ainda considera..."

"Em 2015 para 2016 houve uma grande incidência da população de homens trans... um dado muito interessante, porque é o que se destaca... de homens trans... E o município de São Gonçalo é o lugar, onde mais moram a maior parte da população de homens trans que o Centro de Cidadania Leste atende... Então é um dado muito interessante... então em primeiro lugar, gay, a identidade gay, é a que mais incide no Leste e segundo lugar homem trans. terceiro lésbica, quarto mulher trans, quinto é heterossexual... pessoas que são heterossexuais... bissexual é o que aparece em último... na maioria, o bissexual aparece em último... e das ações que foram computadorizadas no Centro de Cidadania LGBT Leste nós buscamos atuar mais na defesa das travestis... da população transexual, porque nós vimos e percebemos que esses dois seguimentos sofrem mais que o gays e as lésbicas, porque simplesmente a caracterização das identidades das pessoas... e é a expressão da identidade dessas pessoas que está nitidamente perceptível ao olhar dos outros que se trata de uma trans travesti... o gay e a lésbica ele pode passar pela rua e, abre aspas, ter uma passibilidade heterossexual e pelo fato dele também não causa grande impacto na sociedade, devido a estas questões machista e preconceituosa que a nossa cultura ocidental tem. Então essas pessoas tem dificuldade de conseguir arranjar emprego, conseguir acesso a tratamento de saúde e demais outras políticas que existem. Pelo fato delas serem travestis transexual e pelo fato também do preconceito de associar travesti como marginal."

(Fala sobre a estratégias políticas para elaboração do PRSH)

"importância de dar às pessoas o seu lugar na sociedade... da equidade no tratamento das pessoas... eu acho tão importante quanto a política da educação, da saúde... eu acho ter o programa... porque a população LGBT, ela todos esses anos passados... por muito tempo se teve invisibilizada e desempoderadas nos seus direitos de... direitos básicos e fundamentais... de direitos comuns como expressão da sua identidade de gênero e expressão de seu afeto que é tão comum e corriqueiro para a população heterossexual... coisas como andar de mãos dadas... coisas como casamento que muitas das pessoas viviam juntas... constituíam famílias juntas... famílias que me refiro sim... famílias que constituem apenas de dois homens ou apenas de duas mulheres... ou de dois homens e um cachorro... ou de dois homens e, talvez, um sobrinho... que a irmã de um deles tivesse parido,

mas não tivesse condições de criar... porque até então a questão do aborto... que uma outra questão... assim eu... acho que a questão da família também é importante trazer para essa resposta... porque até então família esse conceito de família se evoluiu na prática... que é a prática, devido toda a... acho que é a partir da década de 50, que o período pós guerra... acho que todo mundo... não falo só do Brasil... mas eu acho que a família evoluiu.”

“Daqui para frente a uma insegurança... nós estamos inseguros... do ano passado, 2015, nós saímos de uma crise grave... graças a uma emenda que veio da ALERJ. Muitos dos funcionários ficaram sem pagamento, inclusive eu, e o serviço parou no final de 2015... até maio de 2016... só que ele parou... quase parou... no Centro de Cidadania Leste em Niterói eu fiquei lá no Centro quase todos os dias sozinho como ativista... porque eu estava sem salário e por uma questão de direito eu não tinha que trabalhar... eu estava sem receber, mas por uma questão de fazer manutenção daquilo... pra questão... e imposição daquele espaço... porque houve uma especulação daquele local que funciona o Centro... inclusive pela Secretaria de planejamento e gestão em que segundo a visita lá, disse que no cadastro de imóvel no Governo de Estado contatava que aquele imóvel estava vazio... e eu estava lá e constatei que o imóvel não estava vazio... eu até mostrei registro fotográfico da inauguração do Centro de Cidadania e de todos os protocolos e relatórios... então eu fiquei ali empurrando... e no máximo que eu poderia fazer as pessoas era dar orientação a elas por atendimento telefônico... eu não podia fazer atendimento presencial porque a minha segurança pessoal estava ali comprometida, mesmo eu com as grades fechadas... eu poderia sofrer algum tipo de violência pelo fato de eu ser um LGBT em uma sociedade que não aceita... eu então eu fiquei ali... não dava atendimento presencial... se a pessoa chegasse ali para buscar um atendimento eu com muito cuidado eu convidava a pessoa para entrar, porque eu estava sem segurança... eu estava sozinho... e o Centro de Cidadania Leste funciona em uma casa que fica em um local ermo, então eu me coloquei em risco pessoal para isso. E os atendimento telefônicos sim, porque atendimento por telefone você pode atender as pessoas de forma segura... E como tinha internet, luz elétrica ainda e telefone que ainda não tinham sido cortados... que era um dos nossos medos também acontecer... então era possível fazer isso... Nova Friburgo também se manteve nessa situação... a coordenação, ela ficava lá... até que Nova Friburgo funciona dentro de um prédio da Prefeitura, que tem outros serviços da prefeitura ... Caxias esteve atuante também... o coordenador e a advogada lá... eles ficaram por amor a causa... a Capital ficou parado, porque não tinha técnico e também a coordenadora ela no meio dessa crise... a coordenadora faleceu... uma questão de saúde mesmo... mas os atendimentos que eram e vinham para a Capital era atendido pela Superintendência, pelo gabinete do superintendente e pelos outros profissionais que não estavam na folha de pagamento porque estavam em crise... são os profissionais que recebem pela folha da secretaria de gestão que são os nomeados... eles que ficaram com o atendimento direcionados para a Capital... então ficou assim durante a crise...”

(Falas sobre os serviços e ações do PRSH)

“Eu acho que o programa conseguiu e teve grande avanço na política pública no estado do Rio... ele serve de referência para a América Latina e outros países que reconhecem o programa na sua importância. Mas ainda há que tem muito o que fazer na questão cultural das pessoas... na cultura das pessoas para entenderem essas pessoas que o programa atende... que estas pessoas são como qualquer outra pessoa... eu acho que o programa poderia avançar muito mais se tivesse

dado atenção a expansão de sua abrangência territorial...”

“Acho que a formação da polícia militar, que é uma atuação antiga do programa... eu acho que ela teve bastante abrangência nos municípios... acredito que tenha mudado a percepção de muitos que trabalham ali por detrás daquelas fardas militares... e que também causou grande resistências, devido a toda a cultura que existe dentro da instituição da polícia militar... principalmente a cultura machista, que eu acredito que haja lá dentro... êxito na questão da expansão da disseminação da formação... êxito do reconhecimento social e inclusão do campo homofobia no boletim de ocorrência feito pelo instituto de segurança pública... que hoje o campo de homofobia não abrange todas as identidades... ainda há de se revisar... esse campo hoje... mas na época que foi implementado foi um grande avanço, para poder ter o registro de violência contra...”

“Acho que na saúde teve grande avanço também na questão da inclusão do nome social... da portaria da saúde... muitas pessoas não tinham ideia de que essa portaria existia... as pessoas reproduziam seus protocolos de trabalho baseados nas suas gestões que não havia conhecimento... mas isso só foi possível através das próprias demandas que vinham dos usuários dessas unidades, que fizeram com que nós soubéssemos desses locais e que mais precisariam desse tipo de formação... Na educação também... em relação a política do nome social e identidade de gênero... é um trabalho de formiga necessário, mas que agora conseguiu ter uma visibilidade... e começa se ver as universidades se adequando e implementando isso de fato na sua rotina... e atualmente, o trabalho na Fiocruz que nós estamos fazendo... uma atividade que tem previsão pra terminar, devido a questão de público que está previsto para abril do ano que vem... é um trabalho semanal... duas vezes na semana, que tem atingido a cada semana uma média de 25 pessoas... eu acho que nós já estamos em torno de 500 pessoas atingidas...”

ANEXO 12

BANNER INFORMATIVO DO DISQUE CIDADANIA LGBT NO PRÉDIO DA CENTRAL DO BRASIL



Imagem de Rafael Galdo. Retirado do jornal O Globo. Disponível em: <https://goo.gl/pJxhGz>.